

UFRRJ
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
PSICOLOGIA

DISSERTAÇÃO

Sentinelas dos Mares: a Carreira Militar e suas
Representações Sociais para Aspirantes e Oficiais da
Marinha do Brasil

Rosane Pinto Rodrigues

2014



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

**SENTINELAS DOS MARES: A CARREIRA MILITAR E SUAS
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS PARA ASPIRANTES E OFICIAIS DA
MARINHA DO BRASIL**

ROSANE PINTO RODRIGUES

Sob Orientação do Professor
Denis Giovani Monteiro Naiff

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em Psicologia**, no Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Área de concentração em Psicologia Social

Seropédica, RJ
Maio/2014

355.10981

R696s

T

Rodrigues, Rosane Pinto, 1977-

Sentinelas dos mares: a carreira militar e suas representações sociais para aspirantes e oficiais da Marinha do Brasil / Rosane Pinto Rodrigues. – 2014.

128 f.: il.

Orientador: Denis Giovani Monteiro Naiff.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Psicologia, 2014.

Bibliografia: f. 115-120.

1. Militares – Aspectos sociais - Brasil – Teses. 2. Marinheiros - Brasil – Teses. 3. Representações sociais – Teses. 4. Psicologia social – Teses. I. Naiff, Denis Giovani Monteiro, 1971- II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Curso de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

ROSANE PINTO RODRIGUES

Dissertação/Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Psicologia**, no Programa de Pós-Graduação em Psicologia, área de Concentração em Psicologia Social.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 05/05/2014

Prof. Dr. Denis Giovani Monteiro Naiff
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
(Orientador)

Prof. Dr. Marcos Aguiar de Souza
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Rafael Moura Coelho Pecly Wolter
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Dedicatória

À primeira turma de Mestrado em Psicologia na UFRRJ
e à minha querida equipe SOEP

LISTAGEM DE SIGLAS

AFA	Academia da Força Aérea
AMAN	Academia Militar das Agulhas Negras
ANEMAR	Anuário Estatístico da Marinha
ASP	Aspirante
BDA	Baixo Desempenho Acadêmico
BDF	Baixo Desempenho Físico
BDO	Baixo Desempenho de Oficialato
BOCQM	Boletim dos Oficiais dos Corpos e Quadros da Marinha
CA	Corpo da Armada
CFN	Corpo de Fuzileiros Navais
CIABA	Centro de Instrução Almirante Braz de Aguiar
CIAGA	Centro de Instrução Almirante Graça Aranha
CIAW	Centro de Instrução Almirante Waldencolk
CIM	Corpo de Intendentes da Marinha
CINF	Centro de Informática
CN	Colégio Naval
COMCA	Comando do Corpo de Aspirantes
CPAEN	Concurso Público de Admissão à Escola Naval
CT	Capitão-Tenente
DPMM	Diretoria de Pessoal Militar da Marinha
EAM	Escola de Aprendizes de Marinheiro
EDA	Elevado Desempenho Acadêmico
EN	Escola Naval
EVOC	<i>Ensemble de programmes permettant l'analyse des évocations</i>
HA	Habilitação em Administração
HE	Habilitação em Eletrônica
HM	Habilitação em Máquinas
HS	Habilitação em Sistema de Armas
INCEV	Índice de Centralidade de Representações Sociais a partir de Evocações
MB	Marinha do Brasil
MEC	<i>Mise en cause</i>
OM	Organização Militar
PSAEN	Processo Seletivo de Acesso à Escola Naval

RS	Representações Sociais
SA	Superintendência de Administração
SE	Superintendência de Ensino
SCB	<i>Schèmes Cognitifs de Base</i>
SISBOL-WEB	Sistema de Boletins (eletrônico)
TIC	Teste de Independência Contextual
1T	Primeiro-Tenente
2T	Segundo-Tenente

LISTAGEM DE TABELAS

- Tabela 1** Corpos e Quadros de Carreira
- Tabela 2** Círculos e Escalas Hierárquicas
- Tabela 3** Cursos para Oficiais
- Tabela 4** Seleção e aproveitamento de alunos 2012
- Tabela 5** Distribuição de vagas nos Corpos e Habilitações
- Tabela 6** Reconhecimento do objeto pelo sujeito em função da presença da característica
- Tabela 7** Características dos participantes
- Tabela 8** Participantes por corpo
- Tabela 9** Participantes por postos
- Tabela 10** Quantidade de hapax e não hapax por grupo
- Tabela 11** Proporção de tipos comuns aos diferentes grupos
- Tabela 12** Características dos *corpora* de evocações por grupo
- Tabela 13** Frequência de cognemas evocados por pelo menos 5% dos aspirantes
- Tabela 14** Frequência de cognemas evocados por pelo menos 5% dos oficiais
- Tabela 15** Centralidade dos elementos das representações sociais acerca da carreira militar para aspirantes da Marinha do Brasil segundo valores do INCEV
- Tabela 16** Centralidade dos elementos das representações sociais acerca da carreira militar para oficiais da Marinha do Brasil segundo valores do INCEV
- Tabela 17** Visão dos aspirantes sobre a carreira militar antes do ingresso na Marinha
- Tabela 18** Visão dos oficiais sobre a carreira militar antes do ingresso na Marinha
- Tabela 19** Conhecimento dos aspirantes sobre a carreira militar antes do ingresso na Marinha
- Tabela 20** Conhecimento dos oficiais sobre a carreira militar antes do ingresso na Marinha
- Tabela 21** Visão atual dos aspirantes sobre a carreira militar
- Tabela 22** Visão atual dos oficiais sobre a carreira militar
- Tabela 23** Diferencial da carreira militar para aspirantes
- Tabela 24** Diferencial da carreira militar para oficiais
- Tabela 25** Fatores de atração para a carreira militar para aspirantes
- Tabela 26** Fatores de atração para a carreira militar para oficiais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I	
1 A FORMAÇÃO DO OFICIAL DA MARINHA DO BRASIL	16
1.1 - A Estrutura Militar	18
1.2 - A Instituição Militar	23
1.3 - A Visão da Instituição Marinha do Brasil	26
1.4 - A Construção da Identidade Militar	29
1.5 - Formação do Aspirante na Escola Naval	34
CAPÍTULO II	
2 REPRESENTAÇÕES E IDENTIDADE SOCIAL: AMPLIANDO DIÁLOGOS	49
2.1 - A Teoria das Representações Sociais	50
2.2 - Aspectos Históricos da Teoria das Representações Sociais	52
2.3 - Representações Sociais: a Complexidade na Definição	55
2.4 - Processos Formadores das Representações Sociais: Objetivação e Ancoragem	59
2.5 - Teoria do Núcleo Central das Representações Sociais	62
2.6 - Sobre a Metodologia de Pesquisa em Representações Sociais	65
2.6.1 - Coleta e análise na abordagem estrutural	67
2.7 - Representações e Práticas Sociais: sobre as Transformações das Representações Sociais	73
2.8 - A Identidade Social	76
3 MÉTODO	80
3.1- Objetivos	80
3.2 - Participantes	80
3.3 - Instrumento de Coleta e Análise de Dados	82
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	85
4.1 - Análise Prototípica	85
4.2 - Índices de Diversidade, Raridade e Comunidade	89
4.3 - Índice de Centralidade de Representações Sociais a partir de Evocações (INCEV)	91
4.4 - Perguntas Complementares para a Caracterização do Objeto	95
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
6 REFERÊNCIAS	115
ANEXOS	121
Anexo A – Parecer do Comitê de Ética	122
Anexo B – Termo de Consentimento	123
Anexo C – Formulário Aspirantes	124
Anexo D – Formulário Oficiais	126

RESUMO

RODRIGUES, Rosane Pinto. **Sentinelas dos Mares: a Carreira Militar e suas Representações Sociais para Aspirantes e Oficiais da Marinha do Brasil**. 2014. 128 p. Dissertação de Mestrado (Pós-Graduação em Psicologia). Instituto de Educação, Departamento de Psicologia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2014.

O presente trabalho tem como objetivo o estudo das representações sociais dos Aspirantes e Oficiais da Marinha do Brasil acerca da carreira militar tendo como base teórica a abordagem estrutural. Foi selecionada uma amostra de 210 participantes, do sexo masculino, com idade entre 20 e 34 anos, sendo 105 Aspirantes do 3º ano escolar da Escola Naval e 105 Oficiais Subalternos e Intermediários. Também foi considerada na amostragem a distribuição dos participantes nos Corpos da Armada, Fuzileiros Navais e Intendentes. Utilizou-se como metodologia a técnica da evocação livre combinada com um questionamento de centralidade e aplicação de um breve questionário estruturado para a caracterização do objeto. Os dados coletados na evocação livre foram processados pelo *software* EVOC®, que fornece um gráfico com quatro quadrantes possibilitando localizar o possível núcleo central e os elementos periféricos das representações sociais. A centralidade dos elementos do núcleo foi avaliada a partir de uma técnica de questionamento para a obtenção do Índice de Centralidade de Representações Sociais a partir de Evocações (INCEV). Os resultados indicam representações sociais semelhantes entre os grupos estudados, porém, com organização diferente de seus elementos.

Palavras-chave: Representações Sociais. Carreira Militar. Oficial da Marinha

ABSTRACT

The present project has as objective present the study of social representations on military career for Midshipmen and Officer's Brazilian Navy based on structural approach. A sample of 210 participants between the ages of 20 and 34, male, are also 105 Midshipmen and junior Officers. The sample was also considered among Navy, Marines and Supply Officers. Free evocation technique was used as methodology combined with centrality questioning and a short structured questionnaire for the characterization of the object. The collected data by free evocation were processed in EVOC® that provides a graphical with four quadrants which allows locating the likely central nucleus and peripheral elements of social representations. The centrality of nucleus elements was evaluated through a questioning technique to obtain Social Representations Centrality Index from Evocations (INCEV). Results indicate similar social representations between the two groups, however, with different organization of its elements.

Keywords: Social Representations. Military Career. Marine Officer

AGRADECIMENTOS

Talvez o melhor ao passar do delineamento de um projeto à construção de um trabalho como este seja o sentimento de gratidão por quem embarcou e navegou conosco até a dissertação. Aliado também a isto, o prazer de compartilhar ideias e gerar mais do que representações, estabelecer vínculos e ricas trocas.

Envolvemos tantas pessoas em nossas inquietações e tarefas que injusto seria não mencioná-las. Há referenciais teóricos para dar suporte às ideias e há pessoas que nos dão suporte, incentivam e orientam. Por isso, agradeço a todos os professores do Programa de Pós-Graduação da primeira turma de mestrado em Psicologia pela UFRRJ e aos amigos desta turma pelo companheirismo e diversidade de perspectivas, enfoques e olhares. Agradeço em particular, ao Professor Denis Naiff, que me apresentou a Teoria das Representações Sociais e indicou um norte para a trajetória de pesquisa.

Às amigas que me acompanharam em outros rumos, de convenção e de jornada: Cristiane, Nilma, Marla, Alice, Aracelly e Solange.

À querida equipe de campo de trabalho, dos estagiários aos chefes, a qual supriu minhas necessidades e ausências, em particular, à Juliana Póvoa. Aos meus ex-estagiários, e agora colegas de profissão, com os quais mantenho valiosos laços de amizade.

Há outros tantos amigos fora destes círculos que me acompanharam e também contribuíram com uma tradução aqui, um livro ali, uma revisão acolá, que não vou citar, mas aos quais sou grata também.

A toda a minha família, em especial, meus pais, irmãos, cunhados e sobrinhos: muito grata! *In memoriam*, à querida tia Nereida, grande incentivadora na minha formação.

À Escola Naval que se abriu a esta proposta e também espera alguma resposta.

E a Deus, em primeiro lugar.

Meus agradecimentos!

INTRODUÇÃO

Tendo como campo de atuação a Escola Naval, instituição onde são formados os oficiais da Marinha do Brasil e cujo currículo prevê uma formação acadêmica e militar-naval, surgiu o interesse de investigar quais representações sociais estão circulando no discurso daqueles jovens que optaram pela carreira militar e como uma profissão sustentada nos pilares da hierarquia e disciplina, que requer abnegação, dentre tantos outros valores éticos, e cuja formação se dá em tempo integral, pode guiar comportamentos e práticas de acordo com as representações que são construídas e compartilhadas coletivamente, em um contexto específico.

O objetivo deste trabalho é investigar as representações sociais sobre a carreira militar para os futuros oficiais da Marinha do Brasil ainda em formação como Aspirantes da Escola Naval e também para Oficiais em suas respectivas organizações militares, considerando também suas opções de carreira nos Corpos da Armada, de Fuzileiros Navais e de Intendentes.

Este tema de pesquisa já foi inicialmente explorado na monografia de pós-graduação com enfoque nos Aspirantes em suas distintas origens: Colégio Naval e Concurso Público de Acesso à Escola Naval (Rodrigues, 2010). O interesse pela carreira militar vem da constante afirmação dos aspirantes no que se refere à vontade de ter mais contato com a prática profissional naval durante a formação em detrimento de algumas disciplinas consideradas mais acadêmicas.

O curso de graduação de oficiais tem a duração de cinco anos. A carreira prevista para o Oficial de carreira da Marinha vai se delineando ao final do segundo ano escolar quando os aspirantes fazem a escolha de Corpo e são preparados para atuar como oficiais nos Corpos da Armada, Fuzileiros Navais e Intendentes, com perfil e atribuições específicas. Ao longo de toda a carreira, os oficiais vão sendo preparados para assumir cargos de comando, direção e chefia, já que poderão galgar os postos mais elevados da profissão.

Em estudos anteriormente realizados sobre os militares brasileiros, observou-se uma maior concentração de estudos sobre oficiais, em relação à quantidade dos que foram realizados sobre praças, e sobre o Exército, em relação à quantidade dos que foram realizados sobre a Marinha e a Aeronáutica, focando momentos específicos da carreira e não a trajetória do militar. Também há poucos estudos comparativos entre diferentes gerações de militares e

com a experiência de outros países (Castro e Leirner, 2009). Esperamos que esta pesquisa no âmbito da Psicologia Social possa ampliar a contribuição no estudo sobre os militares.

Quando se levantam os objetos mais comumente estudados em Psicologia Social, na área das Representações Sociais, os estudos com militares parece não ter sido ainda objeto de maior interesse. Wachelke (2009) comenta que, no Brasil, há um maior interesse dos psicólogos sociais com a ciência aplicada do que com a explicação de dimensões de processo de pensamento social. As pesquisas buscam obter informações acerca do conhecimento de um grupo sobre um objeto qualquer que possa resolver problemas de ordem prática, com elevada relevância social.

Ainda que não seja tradição na área social estudar um grupo considerado hegemônico como os militares com a escolha do referencial teórico das representações sociais, cabe aqui pensar o que seria um objeto de representação social para este grupo. Flament e Rouquette (2003) esclarecem que um objeto social é um assunto de que as pessoas falam a respeito, algo que tem pelo menos um grau mínimo de saliência social para atrair o interesse de grupos e estar presente em sua comunicação. A carreira militar pareceu relevante por estar presente no discurso dos Aspirantes, ainda em formação, e dos Oficiais da ativa no que se refere às suas práticas profissionais.

Cada abordagem teórica vai orientar diferentemente a construção do objeto de pesquisa e como nosso objetivo é comparar diferentes grupos, Sá (2002) indica dentro do referencial teórico das representações sociais a perspectiva estrutural cuja metodologia permite estudos comparativos. O conceito de representações sociais, de acordo com Vala (2000), remete sempre a um objeto específico e a um sujeito social que produz representações. É preciso levar em conta o sujeito na construção do objeto de pesquisa e que este sujeito constrói representações coletivamente, já que estas precisam ser consensuais e compartilhadas. Por isso, consideramos necessário abordar também a identidade social do militar articulando a teoria das representações sociais com a teoria da identidade social.

Procuramos caracterizar as diferentes representações sociais acerca da carreira militar para quem está em formação e quem já iniciou ou está iniciando a carreira na prática. A hipótese de que as representações sobre a carreira para quem está em formação podem mudar ao entrar em contato com a prática profissional justificou a escolha de Oficiais nos primeiros postos e também a viabilidade de contato, num período de avaliação pós-escolar, quando são localizados os Oficiais já distribuídos nas diversas organizações militares pela Divisão de Avaliação da Escola Naval. Esta amostra foi estendida do posto de Segundo-Tenente ao posto

de Capitão-Tenente. Como durante a formação, a opção por um dos Corpos é feita ao final do 2º ano escolar, foi selecionada uma amostra de Aspirantes do 3º ano de graduação.

Utilizamos como referencial teórico a teoria das representações sociais, também conhecida como “grande teoria”, formulada por Serge Moscovici (2012) e publicada originalmente em 1961. Segundo Moscovici (1961; 2012), todas as interações humanas pressupõem representações sociais, sejam elas interações entre duas pessoas, sejam interações entre dois grupos sociais. As representações são criadas coletivamente e permeadas pela linguagem. Moscovici evitou adotar uma definição única de representações sociais, objetivando uma não cristalização precoce do campo de pesquisas a partir de conceitos fechados. Em uma de suas definições ele escreve: “por representações sociais, entendemos um conjunto de conceitos, proposições e explicações originadas na vida cotidiana no curso de comunicações interpessoais” (Moscovici, 1976, 31).

Da grande teoria de Moscovici desdobraram-se correntes complementares dentre as quais Sá (2002) destaca três: a abordagem sociogenética de Denise Jodelet, mais próxima da original, a perspectiva sociológica de Willem Doise e a dimensão cognitivo-estrutural de Jean-Claude Abric.

Destacamos para o enfoque da pesquisa a abordagem estrutural de Jean-Claude Abric (1976), também conhecida como a Teoria do Núcleo Central das Representações Sociais. Abric propôs a hipótese de que toda representação social se organiza em torno de um núcleo central que dá consistência à representação e, por isso, é mais resistente à mudança, e um sistema periférico que, ao mesmo tempo, a atualiza e a contextualiza. Para Abric (1998), o núcleo central das representações sociais está ligado à história coletiva do grupo, definindo, assim, sua homogeneidade. A heterogeneidade do grupo se manifesta nos elementos periféricos. É função do sistema periférico adaptar-se ao contexto e também proteger o núcleo das representações.

Abric (1994) atribui quatro funções às representações sociais: a função de saber, que facilita a comunicação social; a função identitária, que auxilia na definição da identidade do indivíduo no grupo; a função de orientação, que define práticas e comportamentos; e a função justificatória, que permite ao indivíduo explicar e justificar suas condutas em determinada situação. As representações são, portanto, uma maneira de registrar as relações do sujeito com o mundo e com os outros, orientando e organizando as suas ações e as comunicações sociais e permitindo a compreensão de concepções e valores que os grupos formulam a seu respeito e a respeito do mundo.

De acordo com a abordagem estrutural, para identificar as representações sociais não basta conhecer seu conteúdo. Faz-se necessário identificar os elementos que constituem o núcleo central para descrever as representações em termos estruturais, e isso pode ser feito por meio de técnicas variadas, como entrevista ou associação livre. Para esta pesquisa utilizamos técnicas de evocação livre, questionário e um teste de centralidade.

Com o auxílio do programa EVOC 2003®, um *software* que combina a frequência dos termos evocados com a ordem da evocação, levantamos os elementos mais proeminentes das representações sociais sobre a carreira militar em cada grupo (de Aspirantes e de Oficiais). O provável grau de centralidade das representações foi verificado através de uma tarefa de questionamento em aplicação conjunta com a tarefa da evocação que permite calcular o Índice de Centralidade de Representações Sociais a partir de Evocações (INCEV), conforme proposto por Wachelke (2009), já no levantamento inicial das representações e não em um segundo momento, como geralmente se propõe.

Para a análise dos dados, foi efetuada a análise prototípica proposta por Vergès (1994, 2005) a partir das evocações. Algumas perguntas abertas foram inseridas no instrumento para auxiliar na caracterização do objeto por meio de análise do conteúdo (Bardin, 2011). Também foram calculados os índices de raridade, diversidade e comunidade (Wolter & Wachelke, 2013) a fim de verificar o grau de compartilhamento social do objeto estudado.

Pode haver um repertório amplo de representações sociais em relação a algum objeto, porém, de acordo com a teoria do núcleo central, existem representações, crenças consensuais compartilhadas por indivíduos de um mesmo grupo social que asseguram uma visão estável e comum deste objeto (Lo Monaco, Lheureux & Halimi-Falkowicz, 2008) e cuja escolha pode ser influenciada pelas identidades sociais pertinentes para a situação, de acordo com Breakwell (1993). Buscamos caracterizar a carreira militar como objeto de representações sociais para os grupos já mencionados buscando seus elementos mais comuns tanto em expressões ou palavras como em aspectos particulares que se traduzem nas práticas.

CAPÍTULO I

1. FORMAÇÃO DO OFICIAL NA MARINHA DO BRASIL

Apesar de haver uma vasta literatura sobre militares na área das ciências sociais, apenas uma pequena parte trata da formação dos oficiais em academias militares. Como observado no ensaio bibliográfico realizado, em 1985, por Edmundo Campos Coelho sobre a instituição militar no Brasil, a maioria dos trabalhos produzidos tratava do papel dos militares na política brasileira, principalmente, nos momentos de intervenções armadas.

A atenção dos cientistas sociais brasileiros pelo universo militar, em fins da década de 1960, advém do período do governo militar. Nos últimos vinte anos predominaram trabalhos de análise do regime militar e de transição para a democracia nas ciências sociais. Depois disso aparecem novas abordagens com pesquisas de campo, etnografia, entrevista direta com militares, busca da fala ou dados internos e trabalhos de construção e análise da memória militar (Albertini, 2009). Há referências importantes desse período como os trabalhos do Gaspari sobre a ditadura, de Maria Celina D'Araújo sobre a memória dos militares na ditadura e o trabalho de Castro (1990) sobre o processo de construção da identidade social do militar realizado com cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Castro (2009) destaca como trabalhos mais instigantes no campo de ciência política: Carvalho (1978, 1983), Coelho (1976), Barros (1978) e Costa (1984), os quais se caracterizam por consistirem em propostas de estudo a partir de uma perspectiva institucional.

Chinelli (2009) pontua que a partir dos anos 1980 a antropologia passou por uma radical autocrítica colocando sob suspeita o ideal positivista de objetividade na antropologia clássica. Essas mudanças de paradigma nas áreas do conhecimento se refletem nas pesquisas, da metodologia à escolha do objeto. Não foi diferente com a Psicologia Social, que passou por um processo de mudança nos anos 1970, quando a psicologia europeia se rebelou contra a hegemonia norte-americana buscando destacar o caráter social da disciplina (Álvaro & Garrido, 2007). Entre as linhas de pesquisa mais representativas encontra-se a de Henri Tajfel (1919-1982), que será apresentada ao tratarmos da identidade social.

Na época em que Castro (2009) realizou sua pesquisa de campo na AMAN, instituição que forma os oficiais do Exército brasileiro, parecia pouco provável entrar em uma instituição militar, pois também entre os pesquisadores de sua área era mais comum pesquisar outros grupos sociais marginalizados ou dominados e não um grupo considerado hegemônico na

própria sociedade. Os pontos principais do trabalho de campo de Castro, nessa Academia, foram a construção da identidade militar e o seu universo simbólico (Atassio, 2009). De acordo com Souza (2009), “entre os especialistas em estudos sobre os militares, predomina uma abordagem sociológica diretamente vinculada a temas como recrutamento, origem social e estrutura organizacional das corporações militares, sem muita preocupação com o ponto de vista do nativo” (p. 201).

Estudos como os de Castro (1990) e Leirner (1997) contribuíram para expandir o campo da pesquisa sobre militares no Brasil a partir dos anos 2000. Eles buscaram uma visão interna do mundo social dos militares se debruçando sobre a rotina cotidiana. No entanto, Takahashi (2009) considera o acesso ao universo militar ainda distante da maioria dos pesquisadores das ciências sociais. Também se pode dizer o mesmo em relação à produção acadêmica sobre militares na psicologia social. Dentre os diversos objetos de estudo sobre as representações sociais, dos quais Vala & Castro (2013) mencionam alguns temas de saúde e problemas sociais, o âmbito militar pode suscitar novos objetos de pesquisa. Como menciona Sá (1998), os objetos das representações sociais a serem estudados precisam ter relevância para o sujeito ou grupo, dentre outros aspectos em sua construção como objetos de pesquisa. Foi sobre a carreira militar que buscamos levantar as representações sociais entre os aspirantes e oficiais da Marinha do Brasil.

Para Badaró (2009), a escassez de trabalhos sobre as Forças Armadas latino-americanas também se deve às marcas que estas deixaram pelo passado de ditadura, tortura e morte que a maioria dos países experimentou. Baquim (2009) revela que um véu de interrogações se mantém sobre a escola militar seja pela dificuldade de acesso ou por preconceito proveniente do período de regime militar (1964 a 1985). No Brasil, uma oportunidade de acesso de alguns pesquisadores no campo de pesquisa com militares se deu através do Congresso de Defesa Nacional promovido pelo Ministério da Defesa. Este congresso, que teve início em 2001, visa a promover o encontro entre estudantes de diversas universidades e cadetes/aspirantes das Forças Armadas para discussões acerca do tema da defesa nacional. O evento, que vem sendo realizado anualmente e se alterna entre as três Academias das Forças Armadas (Academia da Força Aérea, Academia Militar das Agulhas Negras e Escola Naval), permite a estudantes civis conhecer a instituição militar. Além do congresso, há também o incentivo do Ministério da Defesa com o programa Pró-Defesa fomentando pesquisas nas universidades. A Estratégia Nacional de Defesa (2008) coloca

como base da defesa nacional a “identificação da Nação com as Forças Armadas e das Forças Armadas com a nação” (p.37).

1.1 – A Estrutura Militar

O artigo 14 do Capítulo III do Estatuto dos Militares determina que “a hierarquia e a disciplina são a base institucional das Forças Armadas”. A hierarquia militar é definida como a ordenação da autoridade na estrutura das Forças Armadas que se dá em níveis diferentes, organizados em postos ou graduações, e no mesmo nível por antiguidade. A disciplina consiste na “rigorosa observância e acatamento integral” das leis, regulamentos, normas e disposições que fundamentam e coordenam o funcionamento do organismo militar.

Uma Força Armada é composta por Praças e Oficiais, em caráter voluntário ou obrigatório. Aqui vamos nos deter ao círculo dos oficiais da Marinha do Brasil cuja carreira é privativa de brasileiro nato. Nesta Força, a carreira de oficiais deve atender ao preparo e ao emprego do poder naval.

O Poder Naval é o componente militar do Poder Marítimo, capaz de atuar no mar e nas águas interiores, visando a contribuir para a conquista e a manutenção dos objetivos identificados na Política de Defesa Nacional. (...) compreende os meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais; as bases e as posições de apoio; as estruturas de comando e controle, de logística e administrativa (Marinha do Brasil, 2013).

A filosofia de carreira dos oficiais tem como base os Corpos e Quadros, os graus hierárquicos, os cargos e os cursos de carreira. Na Marinha do Brasil, os oficiais de carreira são distribuídos por Corpos (conjunto de oficiais do serviço ativo que exercem atividades afins). Dentro de um mesmo Corpo, por Quadros (subconjunto dos Corpos); e, dentro de um mesmo Quadro, pelas respectivas escalas hierárquicas.

Neste estudo, direcionamos nosso enfoque para os Corpos (Armada, Intendência e Fuzileiros Navais), cuja formação passa, necessariamente, pela Escola Naval. Os Quadros complementares são preenchidos por meio de concurso público de nível superior nas áreas de interesse da Marinha, como, por exemplo, o Corpo de Saúde e Capelães Navais, e também por meio de concurso interno para praças que atendam aos requisitos fixados no plano de carreira. A tabela 1, retirada do Plano de Carreira de Oficiais da Marinha (Marinha do Brasil [MB], 2007a), mostra como se compõem os Corpos e Quadros de Oficiais.

Tabela 1

Corpos e Quadros de Carreira

COMPOSIÇÃO DOS CORPOS E QUADROS DE OFICIAIS DA MARINHA		
CORPO	QUADRO	ESCALA HIERÁRQUICA
Corpo da Armada (CA)	Quadro de Oficiais da Armada (CA)	de 2ºTen a Alte Esq
	Quadro Complementar de Oficiais da Armada (QC-CA)	de 2ºTen a CT
Corpo de Fuzileiros Navais (CFN)	Quadro de Oficiais Fuzileiros Navais (FN)	de 2ºTen a Alte Esq
	Quadro Complementar de Oficiais Fuzileiros Navais (QC-FN)	de 2ºTen a CT
Corpo de Intendentes da Marinha (CIM)	Quadro de Oficiais Intendentes da Marinha (IM)	de 2ºTen a V Alte
	Quadro Complementar de Oficiais Intendentes da Marinha	de 2ºTen a CT
Corpo de Engenheiros da Marinha (EN)	-	de 1ºTen a V Alte
Corpo de Saúde da Marinha (CSM)	Quadro de Médicos (Md)	de 1ºTen a CMG
	Quadro de Cirurgiões-Dentistas (CD)	
	Quadro de Apoio à Saúde (S)	
Corpo Auxiliar da Marinha (CAM)	Quadro Técnico (T)	de 2ºTen a CT
	Quadro de Capelães Navais (CN)	
	Quadro Auxiliar da Armada (AA)	
	Quadro Auxiliar de Fuzileiros Navais (AFN)	

O oficial do Corpo da Armada realizará atividades operacionais e técnico-administrativas, atuando como ajudante ou encarregado de divisão de navios, chefe de departamento ou Imediato. O oficial do Corpo de Fuzileiros Navais vai exercer atividades tipicamente operacionais, como o comando de pelotões de Fuzileiros. O Corpo de Intendentes visa ao atendimento das atividades logísticas e relacionadas à economia, às finanças, ao patrimônio, à administração e ao controle interno (MB, 2010a).

A ordenação hierárquica dos oficiais é feita por círculos e, dentro de um mesmo círculo, por postos e ainda, dentro de um mesmo posto, pela antiguidade no posto. Segundo Castro (2009, 28), “os ambientes militares são formal e explicitamente separados em ‘círculos hierárquicos’, que regulam a sociabilidade possível na vida cotidiana”. Essa divisão por círculos é observada no ambiente de trabalho, em refeitórios, banheiros, alojamentos. Para Leirner (1997), a segmentação é mantida como um princípio regulador.

Posto é o grau hierárquico do oficial, conferido pelo Presidente da República ou pelo Comandante da Força. Os círculos hierárquicos são âmbitos de convivência entre militares da

mesma categoria, com o objetivo de desenvolver o espírito de camaradagem, em ambiente de estima e confiança, sem prejuízo do respeito mútuo. Leiner (2009, 40) esclarece que “cada indivíduo ocupa um lugar singular na cadeia, duas pessoas jamais estão na mesma posição, sempre há alguém que comanda e alguém que obedece imediatamente ‘antes’ e ‘depois’ de cada um”. Conforme o Plano de Carreira de Oficiais da Marinha (MB, 2007a), os círculos hierárquicos são delimitados como a tabela a seguir.

Tabela 2

Círculos e Escalas Hierárquicas

CÍRCULOS HIERÁRQUICOS	ESCALAS HIERÁRQUICAS
Círculo de Oficiais-Generais	Almirante (Alte) (*)
	Almirante-de-Esquadra (Alte Esq)
	Vice-Almirante (V Alte)
	Contra-Almirante (C Alte)
Círculo de Oficiais Superiores	Capitão-de-Mar-e-Guerra (CMG)
	Capitão-de-Fragata (CF)
	Capitão-de-Corveta (CC)
Círculo de Oficiais Intermediários	Capitão-Tenente (CT)
Círculo de Oficiais Subalternos	Primeiro-Tenente (1ºTen)
	Segundo-Tenente (2ºTen)
PRAÇAS ESPECIAIS	
Círculo de Oficiais Subalternos	Guarda-Marinha (GM)
Excepcionalmente ou em reuniões sociais têm acesso ao círculo dos oficiais	Aspirante (ASP)
	Aluno do Colégio Naval (ACN)
(*) O posto de Almirante somente será provido em tempo de guerra.	

Na Marinha do Brasil, esclarece Lyra (1999), o tratamento normalmente dado aos Oficiais da Armada resumem os postos a três: Almirante, Comandante (Oficiais Superiores) e Tenente (Oficiais subalternos e intermediários). A hierarquia ascendente dos comandantes como Capitães-de-Corveta, Capitães-de-Fragata e Capitães-de-Mar-e-Guerra provém da antiga classificação de navios para o combate de acordo com o número de conveses e canhões: corveta com um convés de canhões, fragata com dois conveses e as naus com três conveses de canhões.

O oficial é preparado, ao longo da carreira, para funções de comando, direção e chefia por meio de cursos para os cargos atinentes aos postos em que se encontram e para os subsequentes, previstos no Plano de Carreira (MB, 2007a). Os cursos de carreira visam

propiciar aos Oficiais a obtenção das habilitações necessárias para os cargos previstos. Um oficial graduado pela Escola Naval poderá fazer um dos Cursos de Aperfeiçoamento que o qualificará para funções e serviços na operação de meios de superfície, submarinos, aeronaves e navios (hidrográficos e oceanográficos), ainda nos postos iniciais. Como oficiais intermediários e superiores há também outros cursos previstos conforme o quadro a seguir:

Tabela 3

Cursos para Oficiais

CLASSIFICAÇÃO DOS CURSOS DE OFICIAIS			
Curso de Graduação de Oficiais (CGO)			
Curso de Formação de Oficiais (CFO)			
Cursos de Carreira	Cursos de Especialização (C-Espc)		
	Cursos de Aperfeiçoamento (C-Ap)		
	Curso de Estado-Maior para Oficiais Intermediários (C-EMOI)		
	<table border="1"> <tr> <td>Cursos de Altos Estudos Militares (C-AEM)</td> <td> Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores (C-EMOS) Curso Superior (C-Sup) Curso de Política e Estratégias Marítimas (C-PEM) </td> </tr> </table>	Cursos de Altos Estudos Militares (C-AEM)	Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores (C-EMOS) Curso Superior (C-Sup) Curso de Política e Estratégias Marítimas (C-PEM)
Cursos de Altos Estudos Militares (C-AEM)	Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores (C-EMOS) Curso Superior (C-Sup) Curso de Política e Estratégias Marítimas (C-PEM)		
Cursos de Pós-Graduação	Cursos de Qualificação Técnica Especial (C-QTE) Cursos Extraordinários (C-Ext) Cursos de Aperfeiçoamento Avançado (C-ApA)		

As vagas para esses cursos são estabelecidas em um documento denominado “Plano Corrente”. Enquanto os cursos de Aperfeiçoamento se destinam aos Oficiais graduados pela Escola Naval, os cursos de Especialização são destinados a oficiais do Quadro Complementar (MB, 2007a). Há um fluxo de carreira planejado que obedece a critérios definidos incluindo higidez, capacitação profissional e limites de idade influenciando também nas promoções aos postos subsequentes (Estado Maior das Forças Armadas, 1995).

Para ser promovido, ou seja, ascender a um grau hierárquico superior, o oficial precisa atender a tais critérios ou requisitos. A promoção pode ser efetuada por critérios de antiguidade, merecimento e escolha (somente oficiais-generais). Para os postos de Primeiro-Tenente e Capitão-Tenente, o critério é de antiguidade; para os demais postos, entra também o critério de merecimento.

As condições de acesso para a promoção envolvem o interstício (tempo mínimo de permanência em cada posto), aptidão física e condições peculiares a cada posto, além dos conceitos profissional e moral. “Essas promoções são realizadas segundo um planejamento a

longo prazo, necessário para definir, com exatidão, as vagas existentes em cada posto ou graduação e administrar o fluxo de carreira nos diferentes quadros de oficiais e graduados” (Estado Maior das Forças Armadas, 1995, 20).

Nos Corpos da Armada, de Intendente e de Fuzileiros Navais, o interstício de Segundo a Primeiro-Tenente é de dois anos, de Primeiro-Tenente a Capitão-Tenente é de três e, nos demais postos, é de seis anos. O oficial fica cerca de onze anos nos círculos de oficiais subalternos e intermediários e permanece, em média, dezoito anos no círculo de oficiais superiores (MB, 2007a). O conceito profissional, que recebe quando avaliado, consiste na soma de atributos inerentes à aptidão para o exercício da função militar. O conceito moral refere-se à soma atributos do indivíduo e sua conduta como militar e cidadão. Esta avaliação é feita por uma comissão para promoção de oficiais.

Sobre a profissão militar diz o Estado Maior das Forças Armadas:

A carreira militar é estruturada de forma singular em relação às outras atividades, também inerentes ao Estado, pois tem características diferenciadas em vários aspectos que vão desde o tipo de promoção de seus profissionais, ou o modo peculiar de que se reveste o exercício de suas funções, até a condição especial de seus inativos (1995, 38).

O militar passa para a reserva remunerada, isto é, sai do serviço ativo para inatividade, contando no mínimo trinta anos de serviço. Oficiais inativos deixam a “reserva” e passam a ser “reformados” ao completar setenta anos (Cavilha, 2009). A diferença é que durante a reserva, os militares podem ser convocados a qualquer momento, em necessidades eventuais, como revoltas que exijam a presença das Forças Armadas; na reforma ficam desobrigados deste tipo de atividade. O militar é reformado por idade limite ou incapacidade física. É comum o uso da expressão “vestir o pijama” para referir-se ao militar que vai para a reserva, o que está relacionado com o fato de deixar de usar a farda.

O trabalho extra e frequente acumulado pelo militar ao longo da carreira faz com que os trinta anos efetivos de serviço correspondam a muito mais que o previsto para a aposentadoria de outros trabalhadores. Tal fato justificaria uma remuneração integral para os militares ao passar para a inatividade (Estado Maior das Forças Armadas, 1995).

Leirner (2009) descreve os militares como “um grupo que prescreve ao máximo seu cotidiano” (p.32). Tudo na instituição passa pelo mesmo regime prescritivo tanto na formação para o combate quanto para um desfile ou para entrar num elevador, por exemplo. Na Escola Naval, há uma escada exclusiva para a chegada e saída do Comandante, forrada com tapete azul, onde ele é sempre recebido com honras pelos militares de serviço. Forma-se um portalo

(nome que se dá a uma escada de acesso ao navio) com marinheiros em continência para a passagem da autoridade máxima na organização militar. Grande parte de costumes e práticas em uma Organização Militar (OM) da Marinha assemelha-se à rotina a bordo de um navio.

De acordo com Nobre (2005), “o oficial ocupa um espaço privilegiado numa organização militar, visto que cabe a ele o poder máximo em uma estrutura que condiciona seus integrantes a uma norma pautada na disciplina e na hierarquia” (p. 55). Ele vai exercer ao longo da carreira, cargos e funções em graus de complexidade crescente, tornando imprescindível a liderança, como consta no Estado Maior das Forças Armadas (1995). Portanto, o estudo de sua formação é fundamental para entender a dinâmica de uma instituição militar.

1.2 - A Instituição Militar

Toda pessoa, ao ser incorporada numa instituição, passa a ter suas necessidades e motivações influenciadas pela mesma (Lewin, 1965). Em geral, os indivíduos encontram nas instituições um suporte, um elemento de segurança, identidade e de inserção. Assim, a instituição toma parte na subjetividade configurando diferentes significados e valores, diferentes representações para os diferentes indivíduos ou grupos a ela pertencentes. Geralmente vista como um instrumento de organização, regulação e controle social, a instituição também pode ser entendida como um instrumento de equilíbrio da individualidade (Bleger, 1975).

Uma instituição militar coloca como problema o encontro com o outro e a possibilidade de viver sem conflitos com este outro. A característica fundamental de um sistema militar é a sua estruturação numa hierarquia de obediência, prevalecendo como dever máximo dos militares a obediência leal e instantânea dos subordinados (Foucault, 1979).

Na perspectiva dos militares, a guerra é um estado, “uma potência que se coloca a todo momento” (Leirner, 2009, p.38), por isso há todo um conjunto de normas prescritivas como resposta à imprevisibilidade da guerra (Souza, 2009). O militarismo existe para servir ao Estado, e a profissão militar depende da existência de Estados em competição. Assim, os comandantes militares devem ser eficientes instrumentos de política estatal. No entanto, a qualidade militar do profissional independe da causa pela qual ele luta (objetivos políticos ou ideológicos) uma vez incorporados os ideais militares (Coelho, 1976).

A ética militar é de espírito corporativo e anti-individualista. Enfatiza a importância do grupo e a necessidade de subordinar a vontade individual à vontade do grupo. A profissão militar pressupõe conflito de interesses e o uso da violência para a defesa desses interesses. Na ética militar, o conflito é padrão universal da natureza e a violência está enraizada na natureza biológica e psicológica do homem. Ela declara a supremacia da sociedade sobre o indivíduo e a importância da ordem, da hierarquia e da divisão de funções. Defende que a segurança do Estado depende da criação de Forças Armadas fortes (Coelho, 1976). De acordo com Silva (2009), na instituição militar há uma preeminência da coletividade sobre os indivíduos para o bom desempenho das atividades. Este autor afirma que

A corporação militar, portanto, detém certo controle e conhecimento da vida do indivíduo que nela está inserido e, ao condicioná-lo a uma série de regras e condutas próprias, acaba definindo a construção das relações e a formação da identidade dos indivíduos (p.108).

Leiner (1997) trata os militares como um “grupo social que até certo ponto constrói sua identidade isoladamente, mas que, por outro lado, está inserido no contexto de uma sociedade nacional, na qual sua existência necessariamente tem que passar pelo plano da política” (p.19).

Quando se ingressa em uma instituição de ensino há certas expectativas frente à mesma quanto à relação interpessoal com os diversos indivíduos que fazem parte da corporação e o relacionamento hierárquico é um deles. Segue-se esperando que essas pessoas tenham comportamento condizente com a posição que ocupam. Espera-se também que os conhecimentos aos quais se propõem transmitir tenham coerência com a função da instituição onde se deseja sair apto a realizar sua prática profissional (Nasciutti, 2001). Leiner (1997) afirma que mesmo sendo instituída pela sociedade, a hierarquia estrutura a organização militar de forma específica traçando limites em relação ao restante da sociedade.

Importantes transformações sociais e tecnológicas ocorridas no final do século XX apontam a necessidade de redefinições na área militar. Devido às mudanças na natureza da guerra, a educação dos oficiais também sofre mudanças. No cenário atual torna-se necessário um chefe militar com facilidade para transitar em todos os campos do conhecimento (Gomes, 2006).

De acordo com Nobre (2005), o contexto da sociedade contemporânea tem-se caracterizado por uma desestabilização de valores essenciais da profissão militar, como a abnegação, o dever e o patriotismo, trazendo também uma perda do prestígio social do militar.

Diante dessa situação, as escolas de formação militar talvez precisem de novas estratégias de motivação para “formar líderes capazes de reafirmar os valores da instituição, de apontar visões de futuro e de resgatar a identidade e a atratividade da profissão militar” (p.162).

As Forças Armadas são norteadas por valores éticos que divergem das leis de mercado, mostram-se conservadoras e relativamente fechadas. A profissão militar distingue-se das profissões direcionadas por critérios de lucro em três aspectos: a ideia de vocação, mais do que a de profissão; a necessidade do herói, além do técnico; e o sentido de missão em vez do contrato (Gomes, 2006). É uma profissão que envolve adversidade, risco e sacrifício por uma causa, exigindo grande resistência física e psicológica de seus adeptos – “*endurance*” – uma expressão comumente usada sem tradução (Nobre, 2006).

Nas palavras de Nobre (2006, 19), “as Forças Armadas são e sempre foram instituições fortemente fundamentadas em valores éticos como dever e honra, cobram lealdade de seus integrantes, mas retribuem na mesma medida”. Esta autora, na mesma obra, coloca também que “o coletivismo, trabalho em equipe, cooperação e confiança são valores típicos das organizações militares” e que a noção de “família naval” é um exemplo vivo desse patrimônio a ser cultivado na Marinha.

A noção de família é estruturante na vida pessoal e profissional do militar (Silva, 2009). A expressão “família militar” significa para os militares a identidade do grupo e o valor da família como suporte para a vida. É uma categoria que procura estender os laços de parentesco além da família nuclear e que se vai estabelecendo pelo contato mais escasso com a família de origem. Há um estímulo institucional para isto (Chinelli, 2009).

Ao longo da carreira militar as interações são fortemente concentradas num mesmo “círculo social”, como destaca Castro (2007). Além do ambiente de trabalho, são também compartilhados muitas vezes local de moradia, lazer e estudo, estendendo-se estes às famílias dos militares. Segundo Chinelli (2009), uma forma de garantir o compromisso total do militar com a instituição é militarizando também a dimensão civil de sua existência, representada pela vida familiar e pessoal.

Castro (2007) afirma que ser militar não é uma profissão que se restrinja à jornada de trabalho. O licenciamento diário de um militar é uma concessão do comando. O parágrafo 3 do artigo 13 do Estatuto do Militares diz que a disciplina e a hierarquia “devem ser mantidos em todas as circunstâncias da vida entre militares da ativa, da reserva remunerada e reformados” (Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980). Como afirma Janowitz (1967), “a profissão militar é mais do que uma ocupação; é todo um estilo de vida” (p. 175). Então, os

padrões prescritos de comportamento extrapolam os limites dos quartéis e seus círculos hierárquicos.

1.3 – A Visão da Instituição Marinha do Brasil

Faz parte da formação do futuro Oficial de carreira na Marinha seguir a “voga” da instituição, por isso, ao ingressar na Escola Naval, cada aspirante recebe o livro “Nossa Voga” (MB, 2001) cuja finalidade é dar informações importantes que contribuam para boa formação daqueles que se iniciam na carreira naval, bem como auxiliar o novo aspirante a adaptar-se à vida, à cadência da Escola. Este livro, em formato de bolso, teve origem em 1954. As informações que se seguem compõem o conteúdo deste material.

Toda Nação, ao organizar-se em Estado, escolhe formas de garantir seus interesses, fazer respeitar suas vontades e perpetuar sua soberania. A expressão integrada dos meios de que dispõe efetivamente a Nação para manter seus objetivos é o Poder Nacional. E a parte desse poder diretamente voltada para o mar é o Marítimo. O Poder Marítimo é formado, principalmente, por todos os elementos que concorrem para permitir o uso do mar, onde está incluído o Poder Naval, ou seja, a Marinha do Brasil.

A Marinha do Brasil é, portanto, uma instituição nacional, pois reúne homens de todo o País formando uma organização que incorpora valores e procedimentos comuns e, sendo regida por normas e leis, é regular. Sua missão precípua é de natureza militar, a defesa do País. A hierarquia e a disciplina são os seus sustentáculos, assim como das demais Forças Armadas, e o respeito a ambas resulta do equilíbrio consciente entre a autoridade e a obediência, devendo ser mantido em todas as circunstâncias.

Como a Marinha não encontra prontos, na sociedade, os líderes que deseja, faz-se necessário que ela forme seus próprios comandantes, homens preparados para servir. Para isso procura desenvolver em cada um a resistência moral segura e persistente; o caráter sólido, de tranquila, serena e equilibrada razão; a inteligência viva e perspicaz, aliada à cultura vasta e eloquente.

A Marinha do Brasil possui uma instituição de ensino que visa à formação de seus líderes, os Oficiais: a Escola Naval (EN), onde inicia a formação de um homem completo, intelectual, moral e fisicamente, capaz de obedecer e de comandar milhares de outros, para o bem da Marinha e do País. De acordo com uma publicação interna intitulada “Voga para os

Oficiais da Escola Naval” (MB 2007b), a visão da instituição é “formar líderes inspiradores, dotados de grande caráter, competência e visão, motivados e comprometidos com o melhor preparo da Marinha para bem servir ao Brasil, neste promissor e incerto século XXI” (p. 7).

A Escola Naval é a mais antiga instituição de ensino superior brasileiro, porém, sua origem remonta a Portugal, onde se deu a primeira tentativa de sistematização da formação do Oficial de Marinha em 1761, impulsionada pelo Marquês de Pombal. Castro (1990) cita dentre os primeiros estabelecimentos de ensino superior no Brasil também as escolas de medicina do Rio de Janeiro e de Salvador (1813 e 1815), a Academia de Belas Artes (1820) e os cursos de Direito de São Paulo e Olinda (1927).

Com a vinda do Príncipe Regente D. João VI para o Brasil devido à iminente invasão francesa e às pressões britânicas, cruzou o Atlântico em busca do Rio de Janeiro a Academia Real dos Guardas-Marinha a bordo da nau Conde Dom Henrique em 28 de outubro de 1807 e desembarcou na Baía de Guanabara em 18 de janeiro de 1808. Esta Academia inaugurou os estudos superiores no Brasil, instalada no mosteiro de São Bento. Teve várias sedes, inclusive em navios, e desde 1938 fica localizada na Ilha de Villegagnon. O nome Escola Naval surgiu a partir da fusão do Colégio Naval com a Escola de Marinha em 1886 (MB, 2001; 2008).

Atualmente, a Escola Naval situa-se na Ilha de Villegagnon, no Centro da cidade do Rio de Janeiro, próxima ao Aeroporto Santos Dumont. Em termos de jurisdição, localiza-se no 1º Distrito Naval (uma das nove áreas em que se organiza a MB no território brasileiro). As duas outras Academias que formam os Oficiais do Exército (AMAN) e da Aeronáutica (AFA) localizam-se em cidades mais afastadas de centros urbanos, Resende (RJ) e Pirassununga (SP), respectivamente.

A Marinha recruta e prepara também as praças em outras organizações de ensino. A formação de marinheiros é realizada pelas Escolas de Aprendizes-Marinheiros (EAM)¹, e após alguns anos estes vão cursar alguma especialidade para a graduação de Cabo em um Centro de Instrução. Os marinheiros podem ascender na carreira até o posto de Capitão-Tenente, mas em geral, quem prossegue na carreira vai para a reserva como Suboficial. Em hierarquia ascendente, as graduações das praças são: Marinheiro, Cabo, Terceiro-Sargento, Segundo-Sargento, Primeiro-Sargento e Suboficial (Lyra, 1999). Há também recrutamento e formação específica para os soldados Fuzileiros Naval em outros Centros de Instrução.

Na Marinha do Brasil, existem ainda as escolas responsáveis pela formação de pessoal da Marinha Mercante, que se destina ao comércio: o Centro de Instrução Almirante Graça

¹ No Brasil há quatro escolas: EAM em Recife/Olinda (PE), Fortaleza (CE), Vila Velha (ES) e Florianópolis (SC)

Aranha (CIAGA), no Rio de Janeiro, e o Centro de Instrução Almirante Braz de Aguiar, em Belém (CIABA), onde se formam Oficiais de Convés e de Máquinas, com postos diferenciados dos Oficiais de carreira (Lyra, 1999). O Centro de Instrução Almirante Wandenkolk (CIAW), no Rio de Janeiro, forma os Oficiais dos Corpos e Quadros Complementares.

A formação militar do oficial de carreira permite-lhe galgar todos os degraus hierárquicos da profissão, de modo distinto em relação às praças e oficiais de outros quadros. Eles possuem um plano de carreira que também se diferencia dos oficiais temporários que permanecem engajados por tempo determinado (Baquim, 2009).

A pesquisa com militares apresenta uma série de peculiaridades que refletem as características das Forças Armadas e cada força, por sua vez, apresenta suas especificidades (Silva, 2009). Castro (1990) em seu estudo sobre o “espírito militar” menciona que também há o “espírito das Forças”: força terrestre (Exército), força naval (Marinha) e força aérea (Aeronáutica). No discurso dos cadetes da AMAN, o Exército aparece como tendo o espírito mais militar e também mais comprometido com os problemas nacionais. “O espírito da Marinha aparece nas entrevistas como sendo mais elitista, aristocrático e algo racista se comparado ao Exército” (p. 98). Já a Aeronáutica é representada como sendo a força mais tranquila, mais paisana, com menor enquadramento e atenção à hierarquia e disciplina que nas demais Forças.

O “espírito militar” é impregnado de valores que servem como guia para a conduta dos membros de uma organização. Um dos conteúdos do livro “Nossa Voga” (MB 2001; 2013), que cada Aspirante recebe ao ingressar na EN, diz respeito à formação do caráter. A formação do caráter marinho está representada pela Rosa das Virtudes, ilustrada na figura 1, cujos valores expressos são: Caráter; Honra; Lealdade; Iniciativa; Cooperação; Espírito de Sacrifício; Zelo; Coragem; Ordem; Fidelidade; “Fogo sagrado”; Tenacidade; Decisão; Abnegação; Espírito Militar; Disciplina e Patriotismo. Estes são os valores organizacionais da Marinha do Brasil, valores que apontam para o bem comum e a cooperação.



Figura 1 – Rosa das Virtudes

Como mostrado na figura, a honra norteia os demais valores, considerada “a virtude por excelência”, pois contém em si todas as demais e está acima da vida. É um “sentimento que induz a prática do bem, da justiça e da moral”. Em relação à profissão consiste na dedicação ao serviço, cumprimento do dever e disciplina, inspirado pelo patriotismo. Este, por sua vez, é o sentimento que liga cada um à terra onde nasceu, é a crença na defesa dos ideais da nacionalidade. O “verdadeiro, espontâneo e incansável devotamento a uma causa” é identificado na Rosa das Virtudes como lealdade, que implica também na sincera obediência aos superiores. Mais do que obediência, é o sentimento que leva o subordinado a fazer tudo o que for humanamente possível para bem cumprir uma ordem ou desempenhar uma missão. O “fogo sagrado” se traduz na paixão e entusiasmo pela carreira. Por fim, exemplificando mais uma das virtudes, o espírito de sacrifício consiste em uma sincera disposição para oferecer “interesses, comodidades, vida, tudo em prol do cumprimento do dever”. São valores cultuados durante a formação, que em muito contribuem na construção da identidade militar dos futuros oficiais (MB 2001; 2013).

1.4- A Construção da Identidade Militar

A identidade é um conceito que se coloca na articulação entre o psicológico e o sociológico. Seu estudo permite uma pluralidade de abordagens abarcando o conjunto das ciências humanas. No prefácio à obra de Deschamps e Moliner (2009), Sá destaca que a

noção de identidade social ocupa um lugar central na psicologia social, pois aborda a relação entre o individual e o coletivo. Nesta seção, vamos nos deter à construção da identidade social do militar.

O Estatuto dos Militares (1980) afirma que as Forças Armadas são constituídas por membros de uma categoria especial de servidores da pátria: os militares. Badaró (2009) diz que “a identidade do militar, do mesmo modo que muitas identidades sociais é antes de tudo uma experiência corporal e estética, que se reveste de valores morais, ideológicos e culturais” (p. 193).

A identidade militar compõe-se de uma visão de mundo com clara distinção entre as características atribuídas ao mundo dos militares (dentro) e o mundo civil (fora), na qual, em geral, os militares não são apenas diferentes, mas melhores que os civis (Albertini, 2009). A postura, a aparência, o uniforme e o linguajar próprio são atributos físicos e comportamentais que marcam uma fronteira entre militares e paisanos (Castro, 1990).

Conforme Silva (2009),

a própria distinção construída pelos militares entre ‘eles’ (militares) e os ‘civis’ (os não militares) acaba sendo um passo primordial para a formação de uma identidade, de um ‘espírito militar’, nos alunos ingressantes nas escolas de formação militar. Todo o conjunto de atributos físicos, comportamentais e morais a que os cadetes são submetidos e em que são orientados nas academias será a base, portanto, para a consolidação de suas vidas e carreira nessa profissão (p.108).

Para Deschamps e Moliner (2009), a identidade pode ser concebida como um sentimento dinâmico de semelhanças e diferenças. É ao pólo da semelhança que se remete a ideia de identidade social, do sentimento de pertença e de fenômenos de identificação sempre em relação a outros grupos ou categorias de não pertença. Há um duplo movimento: de semelhança intragrupo e de diferenciação em relação a outros grupos ou categorias.

De acordo com Castro (2009), em geral, os militares representam-se como mais organizados, mais dedicados e mais patriotas que os civis. “Tornar-se militar significa, acima de tudo, ‘deixar de ser civil’. A oposição entre civis e militares é estruturante da identidade militar” (p.24). É importante desnaturalizar a ideia de que existem “civis” de fato. “O civil é uma invenção dos militares”, declara o autor supracitado. O civil só é assim classificado diante de militares, em geral, não se identifica assim. Já ser militar aparece entre os primeiros atributos para qualquer militar. Isso porque fazem parte de uma instituição “totalizante”,

termo utilizado por Castro (2007), distinto, no entanto, da noção de instituição total de Goffman (1961), que a define como:

um local de residência e trabalho, no qual um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada. O interesse psicológico desse tipo de instituição está em sua constituição como ‘estufa para mudar pessoas’. Cada um é um experimento natural sobre o que se pode fazer do eu (p.11).

O caráter “total” da instituição militar deve-se ao fato de ser mais fechada que outras instituições, segundo Goffman (1961). Ele atribui características específicas a instituições deste tipo, sendo algumas descritas a seguir.

A maioria das academias militares funciona em regime de internato, por isso, organizam suas atividades de forma intensa numa rotina que compreende formaturas, aulas, exercícios físicos etc. (Silva, 2009). Durante o curso o cadete/aspirante não deve ter dependentes, isto é, cônjuge e filhos. A Escola Naval adota o regime de internato a fim de propiciar tempo e ambiente favorável para o Aspirante dedicar-se inteiramente à sua formação e desenvolver ao máximo suas potencialidades (MB, 2001). Essa barreira à relação social com o mundo externo caracteriza a escola como uma “instituição total”, de acordo com Goffman (1961). Nela cria-se uma barreira com o mundo externo por proibições à saída, muitas vezes expressas na estrutura física – “por exemplo, portas fechadas, paredes altas, arame farpado, fossos, água, floresta ou pântano”. A instituição mencionada fica localizada em uma ilha.

O processo de admissão numa instituição militar pode ser caracterizado como uma despedida (“morte civil”) e um começo. Os internados de instituições totais têm todo o dia determinado, significando para eles que “todas as suas necessidades essenciais precisam ser planejadas”. O processo de socialização profissional militar ocorre em relativo isolamento ou autonomia que contribui para uma grande coesão ou homogeneidade interna (“espírito de corpo”) mesmo ao custo de um distanciamento entre os militares e o mundo civil. É o tipo da coisa que torna a instituição total incompatível com a família (Goffman, 1961).

A rotina do aspirante na Escola Naval confirma características descritas por Goffman. Às 6 horas toca a alvorada; às 06h30min tem o café da manhã. As aulas vão das 07h30min às 12h25min. Por volta das 12h20min é servido o almoço. Das 14h30min às 16h os aspirantes fazem Educação Física. Às 18h30min tem o jantar. O horário de estudo em sala de aula, que é obrigatório para o 1º ano vai das 19h30min às 21h30min. Às 21h40min tem a ceia e, a partir das 22h, toca o silêncio (que perdura por 8 horas).

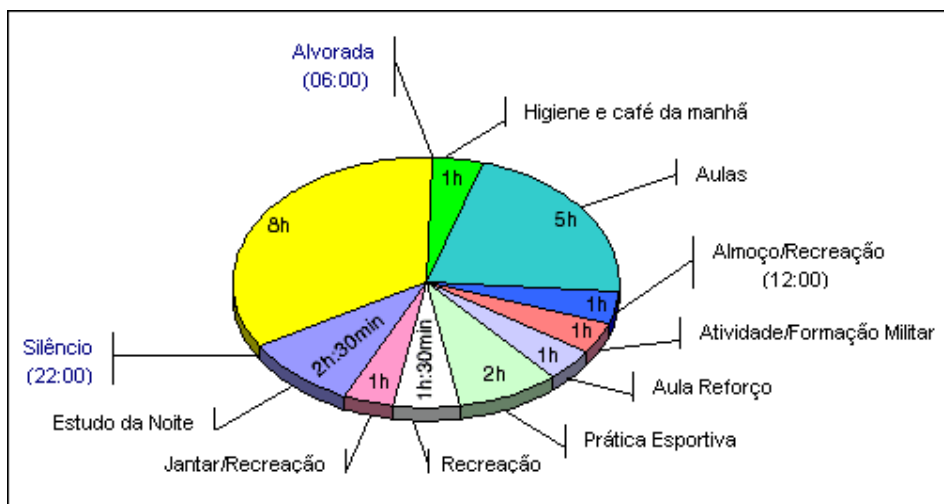


Figura 2 - Rotina dos Aspirantes

A figura 2 mostra como são distribuídas as atividades de rotina dos Aspirantes. O dia a dia do militar é ritualizado, marcado pela repetição de um ordenamento da realidade, comenta Leirner (2009).

Tal fato é marcado por uma diagramação constante de horários e modos de conduta; do reconhecimento automático de dispositivos de ação como ordens, posturas corporais e etiqueta; assim como o reconhecimento de símbolos e notações, como os emblemas e sinais que se estampam nos uniformes. E, finalmente, de uma terminologia marcada pelo emprego de uma linguagem cifrada por meio de siglas e termos nativos (p. 44).

Uma instituição total também é caracterizada pelo uso de jargões institucionais (Goffman, 1961). Entre os Aspirantes é bem comum o uso de jargões como: “escamar” (fugir da responsabilidade), “arvorar” (cancelar), “cartear” (escolher aleatoriamente), “faina” (tarefa, missão). “Safo” talvez seja a palavra mais usual na Marinha, de acordo com Lyra (1999) “serve para tudo o que está correndo bem” (p.31). O oposto de “safo” é “pegar”, usado quando algo não está dando certo. E quando se está em apuros, diz-se “estar na onça”.

Castro (1990; 2007) considera que alguns pressupostos de Goffman não se aplicam ao contexto de socialização militar; por isso, opta por usar a expressão “instituição totalizante”. Há grandes divergências entre a instituição militar e o modelo de Goffman, segundo este autor. Ao examinar algumas características da hierarquia militar, considerou que não existe divisão rígida entre “equipe dirigente” e “internados”. Embora haja uma barreira intransponível entre oficiais e praças, nessas divisões há mecanismos de mobilidade social baseadas no mérito individual e, entre os oficiais, há diferenças de grau entre as posições e

não de qualidade (Castro, 2007). Ele afirma que a hierarquia entre oficiais e cadetes é apenas “quantitativa” já que é só uma questão de tempo para que os cadetes também se tornem oficiais. E mais: numa academia militar busca-se, sim, uma “vitória cultural”, e não uma “tensão persistente” entre o mundo doméstico e institucional. A academia é vista claramente como um “local de passagem”, “um estágio a ser superado”, e Goffman trata de estabelecimentos de participação compulsória, como a prisão e hospitais psiquiátricos (manicômios). Além disto, Castro (2007) considera que a autonomia da socialização militar em relação à sociedade é relativa. Na base da identidade militar estão fronteiras simbólicas.

Castro (2007) usa o adjetivo “totalizante”, que qualifica o ato de atribuir um caráter “total”. Ele muda a caracterização de total para totalizante pretendendo caracterizar melhor uma experiência totalizadora e básica para a identidade militar que é preeminência da coletividade sobre os indivíduos, um dos diferenciais entre militares e paisanos. A preeminência da coletividade sobre os indivíduos é uma experiência totalizadora básica para identidade do militar; “o resultado é a representação da carreira militar como uma ‘carreira total’ num mundo coerente, repleto de significação e onde as pessoas ‘tem vínculos’ entre si” (Castro, 1990, 43).

A identidade aqui é analisada como a oposição entre grupos ou categorias que se enfrentam no plano simbólico e no plano da interação social. Castro (1990) enfatiza a dimensão política em detrimento da dimensão psicológica da identidade. Ele alerta que o pesquisador “deve procurar perceber não ‘o que é’, mas ‘como é’ essa identidade, quais são seus mecanismos simbólicos” (p.32).

O processo de socialização profissional dos cadetes é apontado por Castro (1990) como um ritual de passagem que tem por objetivo obliterar a identidade civil anterior e desenvolver o “espírito militar”. O indivíduo ingressante é submetido a uma bateria de rituais expiatórios, treinamentos físicos e repetição de recursos mnemônicos com a função de inculcar princípios militares. Mecanismos que, segundo Leirner (2009), parecem ter dupla finalidade: estimular a desistência de modo que os perseverantes incorporem a noção de uma “vocação natural” para a vida militar e forjar a construção de uma nova pessoa, de uma nova identidade reconhecida a partir da ideia de pertencimento ao mundo de dentro. É o que expressa Castro (2009):

Ao ingressar numa academia militar, o jovem é submetido a um processo de construção da identidade militar que pressupõe e exige a desconstrução de sua identidade ‘civil’ anterior. Mesmo quando transite pelo assim chamado ‘mundo civil’, o militar não deixa de ser militar – pode, no máximo, estar vestido à paisana (p.24).

Ao entrar na instituição, o militar está sujeito às regras que se organizam em torno de rituais cotidianos. Há treinamento, sobretudo corporal e mediatizado por manuais que devem ser estudados por todos como regulamentos. O militar é submetido a estatutos e regras numa tentativa de homogeneizar o modo de se comportar na instituição. Há um adestramento dos movimentos em rituais rotineiros como as formaturas e ordens unidas – treinamento de marchas, continências e posturas militares. Faz parte da formação. Assim são socializados os militares numa instituição que se baseia em princípios de hierarquia e disciplina (Cavilha, 2009). Eles adquirirão conhecimentos indispensáveis ao exercício da profissão por meio de manuais e apostilas, “mas é na interação cotidiana com outros cadetes e com oficiais que ele aprende como é *ser militar*” (Castro, 1990, 12). Mesmo com todos os procedimentos previstos em manuais, acrescenta Baquim (2009), “a disciplina e o padrão de conduta adotado pelo militar é, muitas vezes, adquirido por meio do exemplo e das punições a que estão sujeitos, e até mesmo do simples receio de ser punido” (p.115).

A vida militar propriamente dita inicia-se na escola preparatória no momento da escolha do “nome de guerra” pelo qual o indivíduo será conhecido por toda a vida militar. Pode ser o primeiro nome ou o nome da família. Quando ocorrem nomes iguais é o militar mais “moderno” quem deve escolher um nome diferente, ou seja, aquele com menor classificação. Há diversas normas de passagem para este novo universo que observa o corte de cabelo, proibição de bigode ou barba, assim como higiene corporal, inspeção de uniforme (Cavilha, 2009). A seguir serão apresentados outros aspectos importantes na formação do futuro oficial.

1.5 - Formação do Aspirante na Escola Naval

As instituições de ensino superior militar são “responsáveis pela formação inicial dos oficiais da ativa dessas forças armadas” (Silva, 2009, 107), uma formação que compreende quatro anos e marca a passagem da vida “civil” para a “vida militar”. Essa passagem ocorre

ainda mais cedo, na passagem pela adolescência, para os alunos que cursam o Ensino Médio no Colégio Naval (CN).

O ingresso na carreira militar ocorre por meio de concurso público. Para ingressar na Escola Naval é preciso ser brasileiro nato, ter entre 18 e 23 anos, ensino médio completo, possuir idoneidade moral, dentre outros requisitos. O concurso público inclui prova escrita objetiva de Matemática, Física, Português e Inglês, redação e eventos complementares: inspeção de saúde, teste de aptidão física (natação e corrida), verificação de documentos e dados biográficos e avaliação psicológica. As escolas de formação militar possuem uma rotina exigente com encargos e deveres para além da situação acadêmica, por isso, as avaliações abrangem os campos intelectual, psicológico, físico, moral, disciplinar e de aptidão específica para a carreira militar (Estado Maior das Forças Armadas, 1995).

Nobre (2005) lembra que “somente instituições como as Forças Armadas e a Igreja recrutam seu pessoal em idade tão precoce encarregando-se da formação propriamente dita dos seus recursos humanos” (p.167). Toda a estrutura organizacional de uma escola militar e a organização do seu ensino baseiam-se nos princípios da hierarquia e da disciplina. Castro (1990) alerta que o fato de uma instituição ser estruturada hierarquicamente não pode ser ignorado pelo pesquisador.

A Escola Naval (EN) é comandada por um Contra-Almirante e imediatada por um Capitão-de-Mar-e-Guerra. O Imediato “é o substituto eventual do Comandante: seu substituto Imediato” (Lyra, 1999). De acordo com o artigo 8º do Regulamento da Escola compete ao Imediato “assistir ao Comandante nos assuntos de sua competência e supervisionar as tarefas dos elementos organizacionais subordinados” (MB, 2008, 3). Em sua organização interna, a escola é dividida em três setores básicos: Superintendência de Ensino, responsável por proporcionar ao aspirante uma estrutura completa de estudos; Superintendência de Administração, responsável por toda infraestrutura necessária para o seu desenvolvimento, incluindo um pequeno soldo ao final do mês, e Comando do Corpo de Aspirantes, que se destina à formação militar, marinheira, física e sociocultural do Aspirante.

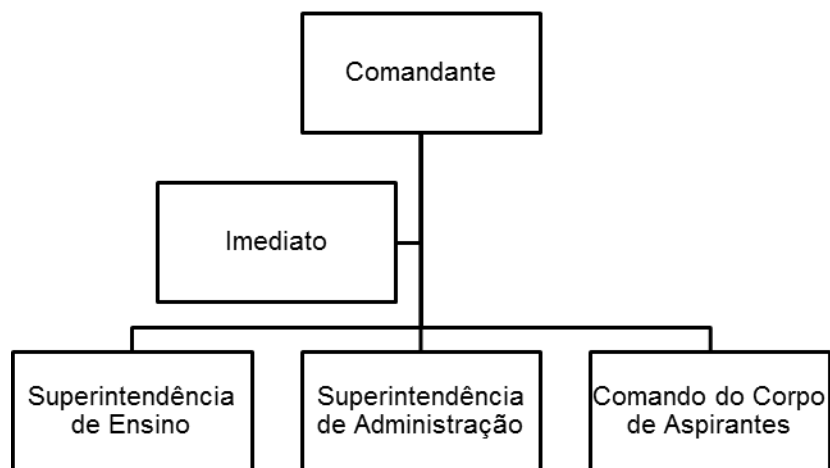


Figura 3 – Organograma do Comando da Escola Naval

É importante mencionar que toda a formação do Aspirante é custeada pela instituição², desde o soldo para o fardamento até a bibliografia básica para os estudos. Todo o material didático cedido pela escola é devolvido ao final do ano (livros, apostilas) e passado para outros aspirantes. Em suas instalações, a Escola dispõe de uma biblioteca, complexo poliesportivo (ginásio, quadras, pista de atletismo, campo de futebol e piscina), um departamento de saúde para assistência médica e odontológica, barbearia, lavanderia, rancho para as refeições, laboratórios diversos para aulas práticas. Conta com embarcações para instruções de navegação, dentre outros recursos, como simuladores e até um planetário.

A Escola Naval tem o propósito de formar Oficiais de Marinha para os postos iniciais das carreiras dos Corpos da Armada (CA), Fuzileiros Navais (CFN) e Intendentes (CIM). Esta é a sua missão. Ela destina-se à formação intelectual, moral e física dos futuros Oficiais. A formação dos Oficiais compreende o ciclo escolar de quatro anos na EN e ciclo pós-escolar de um ano que é realizado pelo aluno como Guarda-Marinha em estágios e na viagem de instrução, conhecida como a Viagem de Ouro (MB, 2008). No ciclo escolar são ministrados o Ensino Básico (humanístico e científico), o Ensino Profissional e o Ensino Militar-Naval. Além do ano letivo acadêmico tradicional, também são realizadas viagens de instrução, período chamado de “Aspirantex”, e outras atividades com propósitos semelhantes.

Até os dias atuais, na formação dos futuros oficiais há uma tensão curricular entre disciplinas profissionais e de estudos gerais. Desde a criação da AMAN, Castro (1990) observa que há uma alternância entre o predomínio do tipo de matérias ora mais “acadêmicas” ora mais “militares” e, no âmbito do primeiro tipo, se deveria haver mais “ciências duras ou

² O custo estimado por aluno até o posto de Guarda-Marinha no ano de 2012 era de R\$ 118.928,00 conforme Secretaria Escolar.

humanas”. O autor supracitado relata que havia uma disputa curricular por “tempo” e que houve um aumento de carga horária com conseqüente diminuição do “tempo livre” do cadete. Trata-se, pois, de uma discussão que oscilou durante esses dois séculos e que mudou muitas vezes e em muitos sentidos até a forma de ingresso (Castro, 2013). Na Escola Naval, por vezes essa tensão se faz presente no discurso de alguns aspirantes cuja expressão “mais escola que naval” indica a expectativa de uma formação mais profissional. Há disciplinas que, embora contribuam para a formação geral, são desprestigiadas por não estarem diretamente ligadas ao exercício da profissão (Baquim, 2009). Podemos acrescentar que uma formação mais específica também reforça a identidade militar.

O ingresso na Escola Naval se dá de duas formas: alunos oriundos do Colégio Naval (Ensino Médio), que são a maioria, e oriundos de Concurso Público de Acesso à Escola Naval (CPAEN)³, que, a cada ano, abre cerca de cinquenta vagas. Pelo comparativo do perfil socioeconômico dos Aspirantes nos últimos cinco anos (MB, 2013), verifica-se que cerca de 82% dos Aspirantes é proveniente do estado do Rio de Janeiro, com residência na zona norte ou oeste da cidade do Rio de Janeiro. A maioria dos pais possui ensino médio (31%) ou superior completo (31%), considerando a porcentagem média do grau de instrução do pai e da mãe. Cerca de 20 a 25% é filho de pai militar. No perfil de ingressantes em 2013, por exemplo, dos 202 (82%) provenientes do RJ, 109 (56%) residem na cidade do Rio de Janeiro, sendo 60 (55%) na zona norte e 40 (37%) na zona oeste. E, dos 42 (25%) pais militares das Forças Armadas, 69% é praça e 31% oficial.

O Corpo de Aspirantes é composto por cerca de 850 rapazes⁴. O 1º ano é formado por 250 Aspirantes, sendo 200 provenientes do CN e 50 de concurso em nível nacional, após o Ensino Médio. Destes, ao final do 4º ano, formam-se em torno de “180”. Este número é bastante enfatizado pela forte crença de que só cabem 180 Guardas-Marinha no Navio Escola para a Viagem de Instrução no 5º ano (ciclo pós-escolar).

O quadro disponível no Anuário Estatístico da Marinha ilustra este universo desde o concurso para a Escola Naval (MB, 2014):

³ Antes do 2012, o concurso recebia a denominação de Processo Seletivo de Admissão à Escola Naval (PSAEN)

⁴ No ano de 2014, ingressaram as primeiras Aspirantes (12) do sexo feminino – como Intendentes.

Tabela 4

Seleção e aproveitamento de alunos 2012

ESPECIFICAÇÃO	1º ANO	2º ANO	3º ANO			4º ANO			GM (CICLO PÓS-ESCOLAR)		
			CA	CFN	CIM	CA	CFN	CIM	CA	CFN	CIM
SELEÇÃO											
Inscritos em 2011	2.305	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Classificados em 2011	78	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Vagas em 2011	35	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
APROVEITAMENTO											
Matrícula em 2012	49	186	129	33	31	137	35	32	124	31	31
Matrícula (Colégio Naval) em 2012	183	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Matrícula (estrangeiros) em 2012	4	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Matrícula (repetentes) em 2011	34	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destrancamento em 2012	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	272	198	129	33	31	137	35	32	124	31	31
PERDAS											
Trancamento em 2012	2	-	1	-	-	-	-	-	2	-	-
Cancelamento em 2012	27	14	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Reprovação em 2012	35	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	64	16	2	-	-	-	-	-	3	-	-
APROVAÇÕES	208	182	127	33	31	137	35	32	121	31	31

O ano letivo de 2013 iniciou com 843 matriculados, sendo 258 no 1º ano (incluindo 9 estrangeiros e 32 reprovados), 210 no 2º ano, 184 no 3º ano e 191 no 4º ano. Há também 3 estrangeiros no 2º e 3 estrangeiros no 4º ano, além de 8 no estágio de nivelamento totalizando 851. O estágio de nivelamento para os estrangeiros corresponde a um ano de preparação em algumas disciplinas e inclui acesso a uma maior familiaridade com a Língua Portuguesa antes de ingressar no primeiro ano escolar. Estes estrangeiros pertencentes a “nações amigas” (Namíbia, Angola, Moçambique, Senegal, Nigéria, Bolívia, Líbano, Venezuela) serão formados pela EN e retornarão como oficiais aos países de origem.

A antiguidade dentro da turma que ingressa envolve classificação na turma que vem do Colégio Naval e no concurso (CPAEN), sendo estes considerados mais “modernos” por terem ingressado mais recentemente na instituição. Todo aspirante recebe uma numeração

composta por quatro dígitos. O primeiro representa o ano e os três dígitos que seguem representam a classificação. Por exemplo, o Aspirante 4019 é do 4º ano e décimo nono colocado (MB, 2010). O primeiro e segundo anos são organizados em seis turmas denominadas “Quartos” com cerca de quarenta aspirantes em cada. Esta classificação reforça a clara distinção dos alunos por origem nos dois primeiros anos escolares. No 3º e 4º ano, a identificação do aspirante passa a ser por Corpo.

A EN possui três cursos distintos para o Corpo da Armada, de Fuzileiros Navais e de Intendentes de Marinha. Os Corpos da Armada e de Fuzileiros Navais possuem ainda três habilitações: Eletrônica, Sistema de Armas e Mecânica. Os intendentes são habilitados em Administração. Esta formação diversificada com três Corpos e sete habilitações vigora desde 1979. O 3º e 4º ano, portanto, são organizados em sete turmas de acordo com a opção de Corpo e Habilidade: Corpo da Armada (Habilitação em Eletrônica, Sistema de Armas ou Máquinas), Corpo de Fuzileiros Navais (Habilitação em Eletrônica, Sistema de Armas ou Máquinas) e Corpo de Intendentes (Habilitação em Administração).

A opção de Corpo e Habilidade é feita ao final do segundo ano, durante o estágio de verão. É durante esse período de embarque, na “Aspirantex”, que a turma de 2º ano fará a opção de Corpo e Habilidade. O número de vagas em cada Corpo é definido no Plano Corrente da Marinha e é preenchido de acordo com a classificação na turma obtida nas avaliações durante o ano letivo. Os Corpos de Fuzileiros Navais e Intendentes costumam fechar primeiro pelo menor número de vagas (cerca de 16% em cada Corpo), o que requer boa classificação na turma. Por isso também, o aspirante hierarquiza suas opções, não indica apenas uma escolha.

Assim foram distribuídas as vagas para o ano de 2013, conforme o Plano Corrente (2012):

Tabela 5

Distribuição de vagas nos Corpos e Habilitações

ANO	ASPIRANTES	SISTEMAS DE ARMAS (HS)		ELETRÔNICA (HE)		MECÂNICA (HM)		ADM. DE SISTEMAS (HA)		TOTAL
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
			CA (67%)	61	48%	20	16%	47	36%	
2013	CFN (17%)	6	19%	9	28%	17	53%	-	-	32 100%
	CIM (16%)	-	-	-	-	-	-	31	100%	31 100%
	TOTAL	67		29		64		31	100%	191

Vale mencionar que a escolha de Corpo e Habilitação representa uma opção definitiva para toda a carreira e também existe antiguidade entre os Corpos: o Corpo da Armada é mais “antigo” que o Corpo de Fuzileiros Navais que, por sua vez é mais “antigo” que o Corpo de Intendentes. Há diversas atividades no decorrer dos primeiros anos visando a esta escolha, como visitas, palestras e embarques, principalmente, nos dias de Práticas Profissionais Navais, que são distribuídos ao longo do ano letivo, só para atividades extracurriculares.

O sistema de avaliação do Aspirante na Escola Naval engloba o grau de assimilação dos conhecimentos, condicionamento físico e adequabilidade à formação de Oficial da Marinha. Essas avaliações são periódicas e constituídas por provas, testes e conceitos dados por professores e Oficiais.

As normas de graduação dos cursos da EN (MB, 2010c) estabelecem que só pode haver reprovação uma vez e em no máximo duas disciplinas. O Aspirante que ficar reprovado em mais de duas disciplinas será desligado do curso. A média para aprovação nas disciplinas é seis, considerando dez como nota máxima. Considera-se com Baixo Desempenho Acadêmico (BDA) o Aspirante que tiver média abaixo de três ou maior que três e menor que cinco em duas ou mais disciplinas. Os aspirantes com média global acima de oito são considerados com Elevado Desempenho Acadêmicos (EDA) e recebem carta de elogio. Há também a condição de Baixo Desempenho Físico (BDF) quando o aspirante não atinge o índice esperado em algum dos testes de aptidão física realizados a cada semestre (corrida, natação, flexão na barra e permanência na água) e Baixo Desempenho de Oficialato (BDO)

quando a média fica abaixo do esperado nos atributos avaliados, tais como: conduta militar, apresentação pessoal, aptidão para o serviço e caráter (MB, 2010b e 2012).

No âmbito acadêmico é realizado um teste e uma prova com peso dois por disciplina a cada semestre. É importante esclarecer que o curso de graduação é organizado por ano escolar e não período, como em geral ocorre nas instituições de ensino superior. Isso significa que a reprovação em alguma disciplina implica em repetir todo o ano escolar. Já a aptidão para oficialato é composta por um cálculo que envolve conceito e comportamento e é expressa numa escala de zero a dez. A avaliação do comportamento, cuja nota é máxima no início do ano, resulta da perda de pontos decorrentes de punição, sendo o conceito obtido pela nota global dos atributos pessoais, exemplificados anteriormente, que são avaliados pelo Conselho de Oficialato (formado por oficiais do Comando do Corpo de Aspirantes). Um aspirante com nota de aptidão para oficialato abaixo de cinco é considerado inapto e tem a matrícula cancelada (MB, 2010b).

Para alcançar a formação militar naval, os aspirantes ao oficialato são integrados numa organização única: o Corpo de Aspirantes. Este se divide em dois batalhões, tendo cada um três companhias e cada uma destas, três pelotões. O número das companhias coincide com o número dos Quartos (turmas). Por exemplo: Quarto I pertence à 1ª Companhia e assim por diante, de modo que as três primeiras Companhias pertencem ao 1º Batalhão; e as demais Companhias, ao 2º Batalhão.

Cada batalhão e companhia possui um oficial comandante que contribui para a formação profissional do aspirante, orientando e trocando experiências. Estes Oficiais são auxiliados por Oficiais-Alunos (os vinte oito Aspirantes que obtiveram melhor classificação durante os três anos de EN). O comandante de companhia, geralmente um Capitão-Tenente, é o superior imediato com o qual o Aspirante interage mais vezes. Entre os comandantes de batalhão e de companhia há oficiais dos três Corpos.

O comandante de companhia é o principal responsável pela formação militar do Aspirante; por isso, geralmente é o instrutor da disciplina Legislação Militar Naval e o responsável pela verificação de faltas que podem acarretar punições através das chamadas partes de ocorrência, papeletas nas quais são relatadas as ocorrências de contravenção disciplinar. Essas faltas costumam ser lançadas no sistema acadêmico da página intranet da escola, cujo acesso é restrito, e podem ser consideradas como requisitos para conceito de oficialato. Cabe aqui lembrar que os mesmos oficiais que pressionam e punem são modelos daquilo que os aspirantes pretendem vir a ser, parafraseando Castro (1990).

A vida acadêmica também traz o conceito de “turma” no dia a dia da Escola e corresponde ao início da vida em conjunto na Marinha. Cabe ao quarto ano, turma mais antiga, conduzir todo o Corpo de Aspirantes para o bom desempenho de suas funções, pois cada turma tem serviços compatíveis com sua hierarquia. É por intermédio do Corpo de Aspirantes que se consolida a estrutura hierárquica e se faz presente a disciplina. Entre os aspirantes, por exemplo, é realizada uma avaliação horizontal chamada “conceito paralelo”, a qual consiste numa avaliação expressa por nota atribuída pelos companheiros de turma e pelo aspirante mais “antigo” do pelotão e pode assessorar a avaliação dos oficiais no Conselho de Oficialato. Esse é um conceito que, conforme Castro (1990), oficializa “o controle do grupo sobre cada um de seus membros” (p. 47). Observa-se, assim, que o Aspirante está sendo constantemente avaliado por seus superiores e seus pares. Em sua formação, o comportamento é moldado visando despertar a autodisciplina e incutir o senso de responsabilidade necessário para o exercício da profissão (Baquim, 2009).

Orientações relacionadas às atividades de ensino são estabelecidas nas Normas da Superintendência de Ensino (MB, 2012). A ordenação em sala de aula, por exemplo, se dá por ordem decrescente de classificação, ficando os Aspirantes mais “antigos” sentados à frente por ocasião das aulas, disposição esta que é invertida em testes e provas, como estratégia para evitar a “cola”, embora esta seja considerada uma contravenção passível de desligamento. Uma instituição militar de ensino tem suas peculiaridades, como todos os alunos ficarem de pé quando o instrutor ou docente entra e sai da sala de aula. Ao se levantarem sob o comando do Aspirante mais antigo em sala (“Senhores, levantai-vos!”), todos aguardam a resposta do instrutor/docente para voltar a sentar com a expressão “à vontade”. Na EN, há um xerife ou chefe de classe diferente a cada semana que fica responsável pelos cuidados com a sala. As salas de aula ficam sempre fechadas devido à proximidade do aeroporto que provoca elevados ruídos. Em geral, a persiana da janela do fundo fica sempre levantada permitindo a visualização do que se passa em sala; em outras salas, em vez de persiana, há uma película do tipo “*insulfilm*” que permite visualização externa. Baquim (2009) observa que a filosofia de ensino em um curso de formação de oficiais difere significativamente do Ensino Superior em outras instituições. A presença nas aulas, por exemplo, é obrigatória para todos os alunos e não se admite dormir em sala.

A formação física na Escola Naval é considerada uma fonte de aperfeiçoamento moral que coopera para o aprimoramento dos valores espirituais dos homens, além de constituir um dos elementos essenciais à saúde e possuir um valor terapêutico. Portanto, a atividade física

visa ao caráter, à força de vontade e à autoconfiança. Há uma competição anual entre as Academias das três Forças Armadas chamada “NAVAMAER” que tem como sede uma Academia a cada ano. A EN também participa de outras diversas competições no meio civil e militar representada por equipes esportivas nas modalidades de vela, natação, polo aquático, atletismo, pentatlo militar, tiro, esgrima, basquete, vôlei, judô, futebol de campo e orientação. Como incentivo, possui Ordens Honoríficas, regidas por estatutos próprios, para destacar os melhores atletas em suas equipes. São as Ordens dos Veleiros, dos Esgrimistas e dos Atiradores.

Na Escola também há uma sociedade acadêmica que promove eventos culturais, como o Festival Interno da Canção, o concurso literário e o baile de integração, além de organizar os grêmios, que procuram unir Aspirantes com interesses comuns: aviação, submarinos, eletrônica, máquinas, nautimodelismo, comunicações, fotografia, informática, vídeo e som, música, história e relações internacionais.

Antes de iniciar o ano letivo, todos os candidatos ao 1º ano passam pelo período de adaptação, que envolve o enfrentamento de situações rígidas de treinamento e adequação à rotina da escola, principalmente na parte militar, a fim de que os novos alunos adquiram autocontrole, higidez física e resistência psicológica para enfrentar possíveis condições adversas como oficiais futuramente. Castro (1990) diz que “na Academia o cadete vive um processo de socialização profissional durante o qual deve aprender valores, atitudes e comportamentos apropriados à vida militar” (p.12). Esse processo ocorre de modo mais intenso no Período de Adaptação por cerca de um mês antes do início do ano letivo na Escola Naval.

De acordo com as Normas do Comando do Corpo de Aspirantes (MB, 2010), a adaptação tem um caráter estritamente profissional, cujo principal objetivo é “a familiarização do futuro Aspirante com a rotina e com os valores observados na EN” (p. 1-1), e, de forma secundária, busca a integração da nova turma, promovendo a interação entre oriundos do Colégio Naval (CN) e do Concurso Público de Acesso à Escola Naval (CPAEN).

As atividades da adaptação são conduzidas por aspirantes adaptadores do 3º e 4º ano e supervisionadas pelos Oficiais responsáveis. Esses adaptadores são voluntários, mas precisam obedecer a alguns requisitos, como ter elevado conceito e nota de comportamento e passar por treinamentos diversos de liderança, primeiros socorros, técnicas de ensino (MB, 2010).

Durante a adaptação, “o dia é ocupado com muita ‘ordem unida’ (‘treinamento coletivo de marchas, continências e posturas militares’), educação física, instruções sobre

regulamentos, conhecimento da Academia, preenchimento de questionários para finalidades diversas, recebimento de uniformes e vários procedimentos burocráticos” (Castro, 1990, 15). São desenvolvidas atividades típicas da carreira militar, como tiro, técnicas de escalada e muitas outras atividades físicas a fim despertar a tenacidade exigida do adaptando.

Castro (1990) destaca que o período de Adaptação pode sugerir a busca de um ajustamento, de uma acomodação gradual dos novatos, mas que se trata de uma transição brusca e intensa. Sua ideia é de que “o período inicial, enganosamente chamado de ‘adaptação’ é repleto de exemplos de ruptura brusca com o mundo exterior” (Castro, 2007). Desde o início entram em ação mecanismos de “mortificação do eu”, conforme caracteriza Goffman (1961), que retiram o “*kit* de identidade” anterior do indivíduo, o que também ocorre na fase inicial do serviço militar obrigatório. Para oficiais e cadetes, a adaptação é um período que serve como uma “peneira” visando à desistência de quem não possui vocação ou força de vontade suficiente para ingressar na carreira militar.

Na EN, o período de adaptação é conduzido como uma fase de socialização visando ao desempenho do papel do Aspirante durante o primeiro ano escolar. A aptidão militar será verificada ao no decorrer de toda a formação. Na primeira semana de Adaptação ficam os candidatos do CPAEN e estrangeiros, caso haja algum, a fim de diminuir a defasagem em relação aos que já possuem formação militar de modo que se possa facilitar assim a integração na turma. Os oriundos do CN se apresentam em cinco grupos, sendo um a cada dia desta primeira semana para passar pelo posto de distribuição de uniformes. Neste dia, todos trazem suas malas e passam o dia pagando com exercícios físicos por suas fardas, não é o caso simplesmente de recebê-las, mas de conquistá-las. Para um militar, o uso do uniforme deve ser motivo de orgulho pessoal, além de representar a corporação, por isso, a necessidade de apuro.

A partir da segunda semana de adaptação são formadas seis turmas (*Alfa, Bravo, Charlie, Delta, Echo e Foxtrot*, seguindo o alfabeto fonético) com adaptandos de ambas as origens. Todos ficam nos alojamentos que também ocuparão no decorrer do ano letivo. Este período encerra-se na terceira semana.

Nos finais de semana há licenciamento e incentiva-se que os adaptandos residentes no Rio de Janeiro ofereçam abrigo aos “fora-de-sede”, para incrementar a integração da turma (MB, 2010). Castro (1990) observou na AMAN que “desde o início, os oficiais procuram criar situações que estimulem o desenvolvimento do companheirismo entre os cadetes” (p.37), por exemplo, com todas as atividades feitas em conjunto. O companheirismo também é

facilitado ao compartilhar símbolos, objetos, jargões, preocupações comuns que facilitam a comunicação. Na Marinha, observa-se que o espírito de corpo perdura nas reuniões de turma para comemorar aniversário de formatura ou de ingresso na EN, mesmo com colegas que porventura tenham deixado a carreira militar.

Ainda durante a adaptação é possível a substituição dos que desistem por outros que aguardam, segundo a ordem de classificação no concurso. A Adaptação não tem caráter eliminatório. O adaptando pode desistir a qualquer momento, mas não ser eliminado. Na Adaptação de 2013, por exemplo, mais 19 candidatos foram convocados às vésperas do encerramento deste período, porém, após a matrícula, as vagas dos desistentes não poderão mais ser preenchidas.

Os adaptandos e aspirantes que pedem baixa preenchem uma papeleta e passam por entrevista psicológica e audiências com Oficiais do Comando do Corpo de Aspirantes. A evasão atinge Aspirantes de origens diversas e também por variados motivos. Em geral, os principais motivos para baixa registrados nas entrevistas são a falta de motivação ou identificação com a carreira e o interesse por outra carreira como engenharia e direito. De acordo com o mapa de controle de baixas fornecido pela secretaria escolar, no ano de letivo de 2012 ocorreram 41 baixas, sendo 27 no 1º ano e 14 no 2º. Esse total corresponde a 5% do número de aspirantes matriculados. Das 41 baixas, 21 ocorreram a pedido do aspirante, 11 foram “*ex-officio*” por insuficiência acadêmica, 7 aspirantes foram desligados por motivo disciplinar e houve um falecimento. Também pode ocorrer casos de trancamento de matrícula quando se prolonga uma licença para tratamento de saúde, por exemplo.

Quando encerra o período de Adaptação, os que permanecem recebem as platinas em uma cerimônia, são matriculados e, a partir de então, considerados primeiranistas. A platina é um item do uniforme de oficiais que discrimina postos, uma espécie de tarja cujo par é disposto sobre os ombros. A Noite de Entrega de Platinas que ocorre na véspera do encerramento da Adaptação é conhecida como “Noite do capeta”, um momento de forte vibração e fortalecimento do espírito de turma no qual se rende homenagem aos vultos da História Naval dispostos em bustos em alguns lugares da escola, como o do Almirante Tamandaré, consolidando também o conhecimento dos locais históricos e das tradições da Escola Naval. Na entrega das platinas, também são apresentados os adaptandos que foram destaques nas turmas e na Adaptação em geral. A cerimônia de encerramento da Adaptação ocorre com a presença dos familiares, e os aspirantes do 1º ano já com uniforme e platinas

cruzam pela primeira vez os portões de Villegagnon que dão acesso à parte alta da ilha, onde fica o prédio de ensino e alojamentos.

Como os Aspirantes permanecem na Escola durante a semana de estudos, são acomodados em alojamentos (1º ano), que são maiores, e camarotes (que acomodam quatro aspirantes nos demais anos), ambos localizados no mesmo prédio de ensino. Geralmente, são licenciados às sextas-feiras após as aulas e regressam para bordo no domingo à noite. Alguns Aspirantes de outros Estados e estrangeiros residem na Escola. Para o tempo livre, também há um salão de recreação com jogos e sala de televisão.

Diariamente, após o almoço tem a Parada Escolar, um evento no qual o Corpo de Aspirantes, dividido em Batalhões, Companhias e Pelotões e sob o comando do Comandante-Aluno, apresenta-se em continência ao Comandante do Corpo de Aspirantes e aos Oficiais do Comando do Corpo de Aspirantes, pelos quais é inspecionado. Ocorrem muitas cerimônias militares ao longo do ano letivo, afetas ou não ao Corpo de Aspirantes. “O militar vive em um cotidiano, portanto, envolto em rituais que demarcam as entradas, as saídas, os inícios, os terminos, os desligamentos, seja do expediente, seja da carreira” (Cavilha, 2009, 140). No que diz respeito aos Aspirantes, destaca-se a Entrega do Espadim, quando os primeiranistas são incorporados ao Corpo de Aspirantes e fazem o juramento à Bandeira. O espadim é uma “réplica em miniatura da espada dos oficiais” (Takahashi, 2009, 62).

Os novos alunos são incorporados ao Corpo de Aspirantes ao receber o Espadim, em uma cerimônia que ocorre entre o mês de maio ou junho por ocasião da comemoração da instalação da então Academia Real dos Guardas-Marinha no Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro, após a transferência da Família Real de Portugal para o Brasil em 1808. Até esta cerimônia os primeiranistas só podem se deslocar pela Escola correndo e, em todo o decorrer do ano, são ainda muito visados pelos demais aspirantes e oficiais com diversas cobranças. É nesta cerimônia que os novos Aspirantes fazem o juramento à Bandeira Nacional, nos seguintes termos:

Incorporando-me à Marinha do Brasil, prometo cumprir rigorosamente as ordens das autoridades a que estiver subordinado, respeitar os superiores hierárquicos, tratar com afeição os irmãos de armas e com bondade os subordinados. E dedicar-me inteiramente ao serviço da Pátria, cuja honra, integridade e instituições defenderei com o sacrifício da própria vida. (MB, 2001, 73)

A cerimônia ocorre pela manhã com os familiares e convidados para a entrega do Espadim e, à noite, tem baile de gala. O brado da turma que tem seu patrono escolhido ainda no período de Adaptação é apresentado na Cerimônia do Espadim.

Ao final do 4º ano, os Aspirantes são declarados Guardas-Marinha na Cerimônia de entrega das espadas, que ocorre sempre próximo ao dia 13 de dezembro, quando se comemora o dia do marinheiro por ser o dia em que nasceu o patrono da Marinha, Almirante Joaquim Marques Lisboa, o Marquês de Tamandaré. Mas, antes disso, faltando cem dias para a formatura, o Almoço dos 100 dias dá início à comemoração do fim dessa longa etapa de formação e na mesma data também ocorre o Baile dos 100 dias à noite. Takahashi (2002) descreve que na AFA, ao final do curso, ocorre um processo de ressocialização, no qual as licenças vão sendo liberadas gradualmente no último ano de curso, visando à nova adaptação à sociedade civil. Na contagem dos 100 dias para a cerimônia da Espada, os Aspirantes do 4º ano da EN podem licenciar diariamente.

Tradicionalmente, próximo ao término do ano letivo, a turma que deixará a Escola passa o comando à do terceiro ano, que se torna a responsável pela liderança do Corpo de Aspirantes. O Comandante-Aluno (aspirante mais antigo do quarto ano) passa a “Cana do Leme”, símbolo de comando, para o Aspirante mais antigo do terceiro ano que, a partir de então, é designado Comandante-Aluno. Terminado o ciclo escolar de quatro anos, a formação continua com estágios nos primeiros meses do quinto ano seguidos da viagem de instrução de Guardas-Marinha (“Viagem de Ouro”), o que possibilita a aplicação da teoria estudada e o conhecimento do mundo por cerca de seis meses a bordo do Navio-escola (NE Brasil).

Todo ano letivo inicia com uma aula inaugural proferida por alguma autoridade convidada. E ao final do ano há também uma cerimônia de entrega de prêmios escolares aos aspirantes do quarto ano que se destacaram acadêmica ou militarmente. No cotidiano da escola também ocorrem diversas solenidades ou cerimoniais com desfile para autoridades em visita, passagem de comando e datas comemorativas. Há eventos abertos ao público externo, como o Baile de Integração, organizado pelo primeiro ano, no qual, em geral, só entram convidadas, a festa julina e a Regata Escola, que acontece há mais de sessenta anos (geralmente no segundo domingo de outubro).

Quando abertos ao público, os rituais são espetáculos de ordem e hierarquia, o que também alimenta e colabora para eficácia da rotina interna (Cavilha, 2009). Nas solenidades também há lugares pré-determinados para autoridades, oficiais e demais convidados (Takahashi, 2009). Há indicação de trajes civis para os convidados correspondentes ao tipo de

uniforme. Em geral, esporte fino ou passeio completo. Quando há solenidade, toda a rotina se volta para a preparação do evento. No caso da Escola Naval, isso por vezes interfere na rotina acadêmica. A segurança costuma ser intensificada quando a instituição abre as portas reforçando também seu lugar na comunidade (Cavilha, 2009).

O lugar que a instituição militar ocupa na sociedade em sua missão de defesa se distingue por sua organização e características peculiares que se refletem no comportamento e na identidade de seus membros. Vimos que o processo de socialização militar ocorre de forma mais intensa durante a formação e vai perpassar toda a carreira. Trata-se, como dissemos, de uma formação calcada na disciplina, que homogeneiza seus membros, e na hierarquia, que diferencia a posição de cada um nesta estrutura, em que o oficial ocupa um lugar privilegiado de comando. Os valores cultuados e compartilhados pelos militares não são apenas impostos, mas também construídos socialmente, podendo gerar representações com distintos significados, algumas mais estáveis e outras passíveis de mudanças de acordo com o contexto em que ocorrem as práticas sociais.

No capítulo que se segue, apresentamos as representações sociais como uma das vias de apreensão e compreensão da realidade. Interessa-nos compreender como estas emergem, estabelecem-se e podem gerar transformações sociais, assim como a que funções atendem e de que forma podem ser identificadas e explicar um dado objeto social.

CAPÍTULO II

2. REPRESENTAÇÕES E IDENTIDADE SOCIAL: AMPLIANDO DIÁLOGOS

Os grupos sociais constroem representações deles mesmos e da posição que ocupam em relação a outros grupos, e essas representações têm papel fundamental no sentimento de identidade. O modo como os indivíduos se percebem, percebem o outro e as representações sobre suas posições também são determinantes no modo como representam alguns objetos sociais (Deschamps & Moliner, 2009). Ao adotar o referencial teórico das representações sociais, nesta pesquisa, também se mostrou necessário buscar alguma relação com a teoria da identidade social pelo modo como se foi contextualizando o universo militar sob o enfoque da formação para a carreira dos oficiais.

Podemos considerar que há uma influência recíproca entre as representações sociais e a identidade social. Ao buscar a integração ou alguma relação da teoria das representações sociais com a teoria da identidade social uma série de implicações metodológicas se coloca, mas sem que haja a imposição de uma metodologia ortodoxa. Praticamente em todos os casos deve-se fazer necessário o uso de vários métodos. Estes, porém, precisam estar relacionados entre si de acordo com a teoria adotada. Uma das implicações desta integração entre os paradigmas de identidade e representações é a de que os métodos utilizados possam permitir tanto a descrição do consenso quanto da diversidade (Breakwell, 1993).

Para Vala (1997), as identidades sociais são âncoras necessárias ao processo de construção das representações sociais. Por outro lado, diz Jodelet (2001), as representações auxiliam na manutenção da identidade social. “A perspectiva das representações sociais enfatiza o papel ativo dos atores sociais na sua produção e transformação” (Cabecinhas, Lima & Chaves, 2006, 3). Um grupo pode ser produtor de representações sociais, mas elas também podem ser produzidas fora do grupo ou, muitas vezes, coproduzidas por diferentes grupos (Breakwell, 1993). Muitas representações são geradas ao longo do tempo, com contribuição de diferentes fontes e motivadas por objetivos diferentes, mas sua forma vai atender aos objetivos do grupo.

2.1 – A Teoria das Representações Sociais

As representações sociais constituem uma das vias de apreensão do mundo concreto para o homem moderno. Quando um sujeito exprime sua opinião sobre um objeto supõe-se que ele já representou algo desse objeto. Para Moscovici (2012), representar não significa reproduzir ou duplicar, mais que isso, significa reconstruir, participando ativamente da construção da sociedade e de si.

Os indivíduos não são meros receptores e processadores de informações, eles constroem significados e teorizam a realidade social (Vala & Castro, 2013). Para Deschamps e Moliner (2009), “a motivação para a elaboração de uma representação está numa vontade de compreensão e de apropriação do entorno social” (p.135).

As representações sociais estão e são produzidas continuamente no universo sociocultural (Naiff & Naiff, 2008). Moscovici (2012) diz que as representações sociais são quase tangíveis, elas circulam todo o tempo em nosso cotidiano em uma fala, em um gesto. A maioria das relações sociais estabelecidas e os objetos produzidos ou consumidos estão impregnados de representações sociais. Elas correspondem tanto à “substância” simbólica quanto à prática que a produz. Uma representação social desempenha um papel simbólico e de fato substitui o objeto que representa, tornando-se o próprio objeto para a pessoa ou grupo que a ela se refere.

Como alerta Ibañez (1988, citado por Sá, 2002), não há representação social para qualquer objeto que possamos pensar. Alguns podem gerar apenas opiniões ou imagens desconexas, isto é, não estruturadas como representações sociais. “Para que um objeto seja objeto de representação é necessário que os elementos organizadores de sua representação façam parte ou sejam diretamente associados ao próprio objeto” (Abric, 1994, 24).

Em suas muitas quase definições, Moscovici (2012) enfatiza a dimensão funcional das representações sociais, pois sua gênese e o fato de serem socialmente compartilhadas também ocorrem com outros sistemas de pensamento coletivo como a ciência e a ideologia. Sua maior importância está em produzir e determinar comportamentos. “De forma controlada ou automática, e consciente ou não consciente, um grande número dos nossos comportamentos corresponde às nossas representações” (Vala & Castro, 2013, p. 585).

De acordo com Abric (1994), as representações sociais explicam a natureza dos laços sociais, intra e intergrupos, e as relações do indivíduo com seu entorno social, por isso, são essenciais na compreensão do que determina os comportamentos e práticas sociais. Ele atribui

a importância das representações sociais nas práticas e na dinâmica das relações sociais através de quatro funções essenciais:

1) Funções de saber, que permitem entender e explicar a realidade definindo um marco comum que possibilita a troca social, a transmissão e a difusão do saber ingênuo.

2) Funções identitárias, que situam os indivíduos e grupos no campo social definindo a identidade e preservando a especificidade dos grupos. Uma função que dá destaque aos processos de comparação social. Outro papel importante está no controle social que a coletividade exerce sobre seus membros, em especial nos processos de socialização.

3) Funções de orientação das condutas resultantes de três fatores essenciais. A representação intervém na definição da finalidade da situação determinando o tipo de relações pertinentes para o sujeito. Produz um sistema de antecipações e expectativas. As informações são selecionadas e interpretadas de acordo com a representação elaborada pelo sujeito. A representação também é prescritiva de comportamentos; define o que é lícito, tolerável ou inaceitável em determinado contexto social.

4) Funções justificatórias, que permitem explicar e justificar posturas e comportamentos *a posteriori*.

De acordo com Sá (1996) o estudo das representações sociais tem sido um dos campos mais produtivos no campo da Psicologia Social de origem europeia que se coloca com uma disposição crítica e inovadora por uma psicologia mais social. Esse crescente interesse pela proposta teórica das representações sociais fez com que a proposta original, conhecida como “grande teoria”, se desmembrasse em correntes teóricas complementares. Sá (2002) destaca três: a teoria de Denise Jodelet, mais próxima da teoria original de Moscovici; a de Willem Doise, que possui uma perspectiva sociológica, e a de Jean-Claude Abric, que apresenta a proposta de uma dimensão cognitivo-estrutural para as representações sociais. A proposta de Abric tem-se destacado e é conhecida como a Teoria do Núcleo Central das Representações Sociais. Este foi o referencial utilizado na pesquisa.

A abordagem estrutural é uma escola originada na França nos anos 1970 e 80 com uma perspectiva experimental que liga o conhecimento socialmente compartilhado na forma de estrutura, ou seja, de unidades conectadas, com um funcionamento regulado por leis (Wachelke, 2012). Mas, antes de explicitarmos este ponto de vista teórico, consideremos alguns aspectos históricos e conceituais da teoria das representações sociais em seu sentido mais amplo.

2.2 - Aspectos Históricos da Teoria das Representações Sociais

A noção de representação coletiva passou por um eclipse de quase meio século depois de ter sido o fenômeno mais marcante das Ciências Sociais na França, segundo Moscovici (2001). Conforme o conceito de ideologia foi ganhando mais peso nas ciências sociais, as representações coletivas acabaram por cair no esquecimento (Vala & Castro, 2013). Entre o nascimento e o ressurgimento, o conceito de representações coletivas foi passando por algumas transformações.

Durkheim diz em seu artigo seminal sobre as representações coletivas e individuais, de 1898, que a vida social é essencialmente formada por representações (Vala & Castro, 2013). Como substrato das representações individuais, estaria a consciência de cada um, que por isso teria um caráter mais efêmero e variável; enquanto que, nas representações coletivas, o substrato seria a sociedade em sua totalidade. As representações coletivas são homogêneas e compartilhadas por todos os membros de um grupo, tendo a função de preservar os vínculos entre esses membros e levá-los a pensar e agir de modo uniforme. São coletivas também porque perduram pelas gerações e, como todos os fatos sociais, exercem uma coerção sobre os indivíduos, tendo autonomia e poder de penetrar em cada indivíduo, impondo-se pela sua constância e objetividade. Nesta dimensão “durkheimiana”, os fatos sociais consistiam em representações e ações (Moscovici, 2001). É o próprio Durkheim quem designa as representações como um objeto que deveria provocar a curiosidade na Psicologia Social, ainda em gestação.

No início da década de 1960, foi possível retomar o estudo das representações despertando interesse de um pequeno grupo de psicólogos sociais, o que permitiria estudar os problemas da cognição e dos grupos. Assim, estudou-se a difusão dos saberes, a relação pensamento/comunicação e o surgimento do senso comum como objeto de análise (Moscovici, 2001).

Uma das razões para Moscovici restabelecer o uso da noção de representação social foi a limitação dos objetos e paradigmas da psicologia social. Ele queria dar à psicologia social objetos e instrumentos que permitissem um conhecimento cumulativo em contato com as questões colocadas pela vida social (Jodelet, 2001).

Nas Ciências Sociais, predominava o modelo marxista; e, na Psicologia, o modelo behaviorista negava a consideração de fenômenos mentais (Jodelet, 2001). A reviravolta da Psicologia vem com o declínio do Behaviorismo e com as revoluções do *New Look*, seguidos pelo advento do Cognitivismo, que enriquece o paradigma Estímulo-Resposta (S—R).

Num primeiro momento, o sujeito denominado organismo (O) era integrado como instância mediadora entre o Estímulo (S) e a (R), traduzido pelo esquema S-O-R. Depois, levam-se em conta os estados psicológicos internos no esquema O-S-O-R, coincidindo com a proposta de Moscovici ao dizer que “a representação determina ao mesmo tempo o estímulo e a resposta” e que não há ruptura entre o universo interno e externo do indivíduo (Jodelet, 2001). Em outras palavras, tomando os conceitos tradicionais de estímulo e resposta, no modelo S-O-R as representações mediam os estímulos e as respostas. Com os avanços da psicologia cognitiva, vem a primazia das representações expressa no modelo O-S-O-R, em que representações constituem o estímulo e modelam as respostas, dominando assim todo o processo (Vala & Castro, 2013). Esse modelo tipo O-S-O-R aparece no início da década de sessenta nos EUA com o princípio da cognição social (obra de Jones Davis de 1965 sobre atribuição e inferência) e o paradigma da sociedade pensante na Europa com a obra de Moscovici (1961) sobre as representações sociais.

A psicologia social das representações sociais vem-se construindo a partir do questionamento das teorias que ignoram que os indivíduos pensam. Ela considera "o contexto social no qual os indivíduos pensam e o peso desse contexto na construção desse pensamento" (Vala & Castro, 2013). Uma das contribuições mais promissoras desse campo de pesquisa é essa transversalidade. Mas é por isso também que apresenta certa complexidade em sua definição que deve considerar o funcionamento cognitivo de um lado e o funcionamento do sistema social de outro (Jodelet, 2001).

Em 1961, Moscovici publica seu trabalho seminal sobre a apropriação da teoria psicanalítica pelos diversos grupos sociais em Paris. Ele realiza seu estudo através de questionário e análise de conteúdo da imprensa escrita, principal meio na época de vulgarização da teoria psicanalítica. A problemática geral colocada por ele é "como se constrói um mundo significativo" (Vala & Castro, 2013). Moscovici (1978) procurou esclarecer como uma teoria científica é apropriada e transformada pelo homem comum. Seu projeto propõe uma análise dos processos pelos quais os indivíduos, em interação social, constroem teorias sobre os objetos sociais, tornando viável a comunicação e a organização dos comportamentos.

O que interessa a Moscovici são as representações do presente que ainda não tiveram tempo de se sedimentar como “tradições imutáveis” (Sá, 2002). Seu propósito é compreender a vida social em construção mais do que a vida social preestabelecida, embora reconheça que, enquanto objeto da Psicologia Social, o problema é estudar como se transformam as

representações sociais em coletivas e as representações coletivas em individuais (Vala & Castro, 2013). Seu interesse também estava nas mudanças pelas quais as representações passam para se inserir na vida cotidiana (Sá, 2002).

É importante lembrar que a noção de representação vem de outras contribuições teóricas. Moscovici comenta que compôs seu conceito coletando variadas noções dos campos cognitivo e cultural (Sá, 2002), como a Psicologia Social de Allport (1954, citado por Vala, 2013) e a Psicologia dos Povos de Wundt, que tem um capítulo dedicado ao “espírito do grupo” – ideia segundo a qual a interação entre os indivíduos produz formas de ação e pensamento diferente do que se obteria por indivíduos isoladamente. Há ainda a contribuição de Bruner com a concepção do *New Look* que defende que a percepção resulta da ação de dois fatores: autóctones (características do estímulo) e comportamentais (aspectos motivacionais, emocionais e sociais), salientando a dimensão social do sujeito. Anteriormente, Heider já se havia referido a uma teoria psicológica construída pelo homem comum nas relações interindividuais que determinam seu comportamento – Psicologia ingênua ou do senso comum (Sá, 2011). Seu colega Ichheiser inclui processos socialmente regulados para entender a psicologia do senso comum (Vala & Castro, 2013).

O próprio Moscovici (2001) diz que devemos a Piaget o desvelamento do modelo social e a descoberta dos mecanismos psíquicos do fenômeno das representações. Vigotsky também é evocado como um dos precursores das representações sociais com sua ideia de que o pensamento se origina na interação social, além de propor técnicas experimentais para estudar o curso do desenvolvimento de um processo substituindo a análise apenas do objeto.

Freud destaca a força das representações na histeria cuja anatomia das paralisias está calcada no saber popular e não na anatomia científica. Ele faz uma analogia das falsas teorias sexuais com as tentativas dos adultos em explicar os problemas do Universo. No desenvolvimento das teorias sexuais infantis, vê-se a tensão provocada pela troca social necessária para que um saber se constitua. O estudo de Freud mostra como o resultado coletivo se transforma em dado pessoal e marca o caráter da pessoa ao ser interiorizado (Moscovici, 2001).

Os estudos de Piaget e Freud levaram Moscovici (2001) a indagar “se o cuidado em estudar o universo da criança aqui e do adulto alhures não deveria voltar-se para o estudo do adulto aqui” (p.59). E assim, verificou que a noção abstrata podia ser abordada como fenômeno concreto. Desse modo, a Psicologia Social já não busca saber como o pensamento

primitivo ou infantil se torna civilizado, adulto, mas como o conhecimento compartilhado constitui a realidade na qual se vive.

2.3 – Representações Sociais: a Complexidade na Definição

A teoria das representações sociais “traz o desafio da complexidade”, diz Jodelet (2001). Múltiplos processos estão envolvidos na noção de representação social e é preciso respeitar a complexidade dos fenômenos e da noção. “A pluralidade de abordagens da noção e a diversidade de significações que veiculam fazem dela um instrumento de trabalho difícil de manipular” (Doise, 1986, p.19, citado por Jodelet, 2001). Doise também alerta para não se reduzir a uma abordagem exclusivamente psicológica ou sociológica. A particularidade do estudo das representações sociais é que integra na análise dos processos cognitivos a pertença e participação social ou cultural do sujeito.

De acordo com Vala e Castro (2013), a representação social em psicologia pode ser entendida a partir de duas perspectivas: primeiro como reflexo interno de uma realidade externa, podendo, portanto, ser revestida de alguma incorreção – não seria representação se conseguisse apreender a realidade em si; e segundo como uma construção e não como uma reprodução sem corte entre o universo interior e o universo exterior do indivíduo, sem distinção entre sujeito e objeto (Moscovici, 1969, citado por Vala & Castro, 2013). Aqui está o estatuto epistemológico e teórico de Moscovici para o conceito de representações sociais.

O estatuto epistemológico das representações sociais é o seu caráter prático, orientado para ação e gestão da relação com o mundo (Jodelet, 2001). Conforme Moscovici (2012), as representações sociais constituem uma orientação para a ação na medida em que modelam e constituem os elementos do contexto em que um comportamento ocorre.

Wachelke (2012) comenta que a especificidade do conceito de representações sociais em relação a outras noções sociopsicológicas mais tradicionais, como atitudes, estereótipos e crenças, está supostamente no fato de ser uma estrutura simbólica compartilhada socialmente e negociada na comunicação intra e intergrupar. Nesse sentido, Breakwell (1993) vai afirmar que não é simplesmente a propriedade de ser compartilhada socialmente que define uma representação social. Sua estrutura interna e a medida que será dispersa dentro de um grupo ou categoria social, dependerá da função a que está servindo.

Moscovici define as representações sociais como “universo de opiniões”, “a versão contemporânea do senso comum” (Vala & Castro, 2013). As representações são elaboradas

por membros de diferentes grupos na sociedade e os grupos podem ter representações diferentes de um mesmo objeto social (Deschamps & Moliner, 2009). A especificidade das representações contribui para a diferenciação dos grupos sociais (Moscovici, 1978).

A teoria das representações sociais é considerada uma grande teoria, pois propõe conceitos de base, como os de objetivação e ancoragem, que suscitam estudos mais detalhados sobre processos específicos (Sá, 2002). Por isso também comporta uma pluralidade metodológica. O próprio Moscovici resiste a propor uma definição precisa de seus termos teórico-conceituais tentando talvez impedir uma cristalização deste rico campo, ao mesmo tempo em que busca evitar uma tendência à microteorização e a uma redução do seu alcance conceitual.

O conceito de representações sociais é hoje considerado um conceito central em Psicologia Social (Vala & Castro, 2013). Há três grandes modelos teóricos das representações sociais, segundo Deschamps e Moliner (2009): um que acentua os processos de construção dessas representações (abordagem sociogenética); outro que descreve sua estruturação interna (abordagem estrutural); e, por fim, um que se concentra nas relações das representações sociais com as inserções sociais dos indivíduos (abordagem sociodinâmica).

A teoria da representação social foi inaugurada por Moscovici através de sua obra seminal *La psychanalyse, son image et son public* (1961, 2012). Desde o seu surgimento, “a noção de representação ainda nos escapa” (Moscovici, 2012, p.58). O próprio Moscovici se refere ao conceito e aos fenômenos de representações de diversas maneiras, uma das quais se segue:

Por representações sociais, entendemos um conjunto de conceitos, proposições e explicações originadas na vida cotidiana no curso de comunicações interpessoais. Elas são o equivalente, em nossa sociedade, dos mitos e sistemas de crenças das sociedades tradicionais; podem também ser vistas como a versão contemporânea do senso comum (Moscovici, 1981, 181).

Hoje há uma multiplicidade de definições polissêmicas que recortam dimensões e aspectos específicos considerando também os propósitos de cada investigação. Temos de nos situar na confluência de conceitos sociológicos e psicológicos para definir as representações sociais: "se a realidade das representações sociais é facilmente apreendida, o conceito não o é" (Moscovici, 2012, p.39). Apresentaremos algumas definições dos estudiosos de outros estudiosos da área.

Jodelet (2001), de forma concisa, consegue sistematizar o que parece ser consensual entre os pesquisadores. Ela define representações sociais como “uma forma de conhecimento socialmente elaborada e partilhada, comum objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (p.22). É um “saber de senso comum ou saber ingênuo” distinto do conhecimento científico, mas tão legítimo quanto na vida social. Forma de saber prático ligando o sujeito e o objeto que serve para agir sobre o mundo e sobre o outro. É uma construção e expressão do sujeito em sua participação social e cultural.

Abric (1994) define representações sociais como “o produto e o processo de uma atividade mental pela qual um indivíduo ou um grupo reconstitui o real com que se confronta e lhe atribui uma significação específica” (p.13). Ele define a representação social pela sua função prática. Flament (1994) define representação social como “um conjunto organizado de cognições relativas a um objeto, compartilhada pelos membros de uma população homogênea em relação com esse objeto” (p.33).

Doise (1993, citado por Sá, 2002) privilegia uma análise posicional e ideológica na sua definição que em seu início vem de Bordieu (1977). Ele define a teoria das representações sociais como uma teoria sobre as regulações sociais do metassistema que “intervém sobre o sistema de funcionamento cognitivo”.

Arruda (2002) diz que as representações sociais são um modo de conhecimento sociocêntrico, pois seguem necessidades, interesses e desejos do grupo, conforme afirmava Piaget. Sendo assim, ocorreria uma espécie de defasagem entre o objeto e sua representação, modificando o sentido do objeto para adaptá-los aos desejos e necessidades de quem representa.

Para atender à finalidade do grupo e por ser uma reconstrução do objeto, a representação provoca uma defasagem, e esta produz três tipos de efeitos nos conteúdos representativos: distorções, suplementações e subtrações (Jodelet, 2001). Pode ocorrer uma subtração de elementos quando sua inclusão se torna difícil por aspectos normativos; suplementação quando valores são acrescidos ao objeto representado por atributos ou conotações do sujeito (Arruda, 2002); e distorção quando os atributos do objeto são acentuados ou atenuados para reduzir a dissonância cognitiva (Jodelet, 2001).

Dependendo das relações entre os membros de um grupo, Wagner e Elejabarrieta (1994, citados por Sá, 2002) mencionam três maneiras pelas quais as representações podem se tornar sociais, conforme a classificação de Moscovici, em função do estágio de desenvolvimento e o modo de circulação na sociedade (Moscovici, 1988). As Representações

hegemônicas são aquelas que parecem uniformes e coercitivas, pois são partilhadas por todos os membros de um grupo bem estruturado, mas não são produzidas por estes. Equivalem ao conceito de representação coletiva de Durkheim. As Representações emancipadas são aquelas que ocorrem quando cada subgrupo cria sua própria versão das representações e partilham com os outros. Para Vala (1997), as representações emancipadas se ancoram nas relações de cooperação entre os grupos sociais. E, por fim, as Representações polêmicas são aquelas que são geradas em meio a conflitos sociais e não são compartilhadas com todos, aparecem em oposição ou luta entre grupos. Estas distinções enfatizam a transição do conceito de representações coletivas para as representações sociais (Sá, 2002).

Moscovici considera dois processos cognitivos no funcionamento das representações sociais: o sistema operatório, que faz associações, inclui, discrimina e deduz, e o metassistema, que controla, verifica e seleciona o que foi produzido pelo primeiro com regulações sociais (Sá, 2002; Vala, 2000).

As condições para emergência de uma representação social são: a dispersão da informação disponível com certa defasagem, e muitas vezes ambígua; a focalização dos indivíduos em diferentes domínios do meio, o que consome recursos educativos e interesses ideológicos ou profissionais; e a pressão à inferência, que requer uma tomada de posição servindo a objetivos individuais ou coletivos num pequeno lapso de tempo ao constatar o fenômeno (Sá, 2002).

Moscovici também descreve a estruturação dos conteúdos das representações sociais organizada em três dimensões fundamentais que são interdependentes: a informação, o campo da representação e a atitude. A informação refere-se aos conhecimentos do grupo sobre o objeto. O campo da representação engloba o conjunto dos aspectos do objeto que serão considerados pelo grupo. E a atitude seria a orientação global do grupo em relação ao objeto, que pode ser positiva ou negativa. Assim, observa-se que o campo está mais ligado à organização do conteúdo enquanto a informação e a atitude se referem ao conteúdo da representação diretamente. Ele descreve esta organização numa perspectiva de comparação intergrupos (Deschamps & Moliner, 2009).

Em síntese, de acordo com Moscovici (2012), para que surjam representações sociais, é preciso que as pessoas sintam necessidade de inferir sobre um objeto social que é definido de forma ambígua e que aspectos diferentes desse objeto sejam salientes para grupos diferentes. Essas são as três condições mínimas. Vejamos os processos envolvidos na formação das representações sociais.

2.4. - Processos Formadores das Representações Sociais: Objetivação e Ancoragem

Analisando as representações sociais, Moscovici (2012) explicita dois processos sociocognitivos na sua formação: objetivação e ancoragem, que são similares aos processos de assimilação (incorporar o novo objeto numa representação já existente) e acomodação (nas representações já estabelecidas) no modelo de Piaget. O princípio básico dos processos de objetivação e ancoragem é transformar o não familiar em familiar. É por isso que criamos as representações sociais, esclarece o autor. Esses processos generativos e funcionais permitem explicar o caráter concreto e abstrato das representações sociais (Jodelet, 2001).

A estrutura da representação tem duas faces: uma figurativa e uma simbólica. Em síntese, uma figura com sentido ou um sentido com imagem. É o processo de objetivação que dá materialidade ao objeto abstrato, enquanto o processo de ancoragem classifica e denomina o objeto ou sua figura de modo a trazê-la para o domínio familiar (Moscovici, 2012).

Moscovici (1984) diz que objetivar é “reproduzir um conceito em uma imagem”. As palavras que são selecionadas pela capacidade de serem representadas são integradas a um núcleo figurativo que vai facilitar a fala sobre o que possa ser associado a este paradigma e vão ser usadas com mais frequência. A objetivação é o processo utilizado na tentativa de reduzir a distância entre o conhecimento do objeto social e a percepção dos indivíduos sobre ele. “Trata-se de transformar a crença ou a opinião em informação” (Deschamps & Moliner, 2009, 127). Essas crenças são concretizadas em objetos ou imagens.

O processo de objetivação diz respeito à forma como se organizam os elementos que constituem a representação social e o percurso desses elementos para adquirir materialidade e expressar uma realidade pensada como natural (Vala, 2000). Esse processo passa por três momentos: construção seletiva, esquematização estruturante e naturalização.

a) Na construção seletiva, as informações, crenças e ideias acerca do objeto das RS passam por uma seleção de modo que apenas uma parte da informação disponível passa a ser útil.

b) A esquematização estruturante é o momento em que os elementos são organizados num esquema ou nó figurativo. A relação entre os conceitos na esquematização se revestem de uma dimensão figurativa. "A cada elemento de sentido corresponde uma imagem", permitindo a materialização de um conceito ou palavra. Essa figuração dos esquemas torna possível compreender a naturalização.

c) No momento da naturalização, a percepção se torna realidade; o abstrato se torna concreto sendo expresso em imagens e metáforas. Os conceitos retidos no esquema figurativo adquirem materialidade e são naturalizados. Assim, a naturalização consiste na atribuição de

materialidade a uma ideia através de mecanismos como a personificação, figuração e ontologização (Vala, 2000). Pela personificação associa-se uma teoria sobre um objeto a um indivíduo (nome ou rosto), a figuração é o processo pelo qual imagens e metáforas substituem conceitos complexos, enquanto a ontologização consiste em atribuir coisas, qualidades ou forças às ideias ou palavras.

A objetivação caracteriza todo o pensamento social, e não só a passagem das teorias científicas para o senso comum. Vala (2000) diz que "analisar o processo de objetivação consiste em identificar os elementos que dão sentido a um objeto" (p. 467), como eles são selecionados até se tornarem naturalizados. Isso permite compreender como as palavras e os conceitos são transformados em coisas, realidades exteriores aos indivíduos.

Uma função cognitiva essencial das representações sociais é o trabalho de ancoragem de um elemento estranho ou desconhecido no universo de pensamento preexistente (Jodelet, 2001), "processos através dos quais o não familiar se torna familiar e processos pelos quais uma representação constituída passa a organizar as relações sociais". Trata-se de um processo que precede a objetivação, pois exige ponto de referência para qualquer construção ou tratamento da informação, âncoras que permitam construir a representação do novo objeto (Vala, 2000).

A ancoragem atende a um princípio de economia cognitiva e também tem a função de proteção e legitimação de uma representação social. Ela "intervém ao longo de todo o processo de formação das representações, assegurando sua incorporação social" (Jodelet, 2001, 38). Torna a representação coerente e instrumentaliza o saber, conferindo-lhe um valor funcional para interpretação e gestão do ambiente e dando assim continuidade à objetivação.

Não se trata de um processo estático que atua só na gênese ou transformação da representação, "é um processo permanente pelo qual a representação cria e mantém viva suas raízes nos sistemas sociocognitivos" (Campos, 2005, 34). Estudar a ancoragem, portanto, é estudar os processos sociais e cognitivos que mantêm viva uma representação.

As representações coletivas ou hegemônicas ancoram novas representações sociais (Sá, 2002). Mas a ancoragem também leva à transformação nas representações já constituídas. "É ao mesmo tempo um processo de redução do novo ao velho e reelaboração do velho tornando-se novo" (Vala, 2000, 474).

Vala (2000) diz que há duas perspectivas sobre a análise do processo de ancoragem. Na primeira, Doise (1992), em sua abordagem sociodinâmica, propõe que se estudem as lógicas individuais, sociológicas e psicossociológicas que regulam o processo de ancoragem.

Ele chama de âncoras psicológicas as modelações de uma representação decorrentes do nível de análise individual ou interindividual. A âncora sociológica diz respeito à relação entre as pertencas sociais e os conteúdos de uma representação considerando as experiências comuns aos membros de um grupo decorrentes de uma mesma inserção no campo das relações sociais. Por fim, a âncora psicossociológica refere-se ao conteúdo das representações na maneira como os indivíduos se situam simbolicamente nas relações sociais.

A segunda perspectiva para análise do processo de ancoragem é estudar os efeitos dos contextos de comunicação em que uma representação é construída ou ativada, como foi realizado nos estudos de Moscovici (1978) sobre a representação social da psicanálise através de revistas e jornais. Ele retrata a inserção das representações na organização das relações simbólicas entre os atores sociais com a distinção de três sistemas de comunicação na imprensa francesa: difusão (imprensa de grande circulação – objetivo de criar um interesse comum sobre algum assunto ou adaptar-se aos interesses dos leitores), propagação (imprensa ligada à Igreja que acomoda seletivamente conteúdos de outras doutrinas ao seu próprio sistema) e propaganda (imprensa comunista com o objetivo de opor supostos conhecimentos como verdadeiros e falsos).

Moscovici descreveu três propósitos comunicativos com diferentes estruturas e organização. Vala (2000) esclarece que a propagação é a modalidade em que as mensagens produzidas pelos membros de um grupo se dirigem ao próprio grupo visando harmonizar o objeto de comunicação com os princípios desse grupo. Já a difusão dirige-se a uma pluralidade de público ignorando as diferenciações sociais. E a propaganda oferece uma visão de mundo clivada e conflitual contribuindo para a afirmação da identidade de um grupo em detrimento de outro.

Pelas modalidades de comunicação, observamos que as representações sociais servem a diferentes interesses de um grupo social. Segundo Breakwell (1993), grande parte das hipóteses de Moscovici sobre as maneiras como os grupos geram representações no nível de metassistema que sirvam aos seus interesses ainda estão por serem pesquisadas, pois a maioria dos estudos empíricos tem-se concentrado em apenas um dos aspectos da Teoria das Representações Sociais: ou em verificar como operam a ancoragem e objetivação ou em descrever o conteúdo das representações sociais. Este último aspecto vem sendo aprimorado na abordagem estrutural com a mais proeminente de suas teorias: a teoria do núcleo central das representações sociais, que será apresentada a seguir.

2.5 – A Teoria do Núcleo Central das Representações Sociais

A abordagem estrutural é uma corrente de pesquisa que visa estudar a influência de fatores sociais nos processos de pensamento identificando e caracterizando estruturas de relações (Wachelke, 2012; 2013). Essa perspectiva foi-se desenvolvendo a partir do estudo das representações sociais, no qual se destaca a teoria do núcleo central, mas pode ser aplicada a um conjunto mais amplo de fenômenos sociopsicológicos.

A teoria do núcleo central vem-se construindo a partir dos fenômenos estudados de forma a complementar a teorização abrangente das representações sociais. E tem o mérito de tornar possíveis os estudos comparativos. Ela foi inaugurada por Jean-Claude Abric em 1976 e atingiu refinamento teórico-cultural e metodológico com uma importante produção empírica que lhe confere um dos mais efetivos desenvolvimentos no campo das representações sociais (Sá, 2002).

A expressão *Grupo do Midi* designa o grupo de pesquisa do Sul da França, região do Mediterrâneo, especificamente em Aix-en-Provence e Montpellier, com uma tradição metodológica experimental, abordagem esta também utilizada por Moscovici no estudo da influência minoritária (Moscovici, 2011). Vale acrescentar que é consenso entre o *Grupo do Midi* a necessidade de uma abordagem plurimetodológica no estudo das representações sociais. Abric (1994), por exemplo, diz ser indispensável o uso da entrevista em profundidade.

A teoria do núcleo central seguiu uma trajetória semelhante à grande teoria e passou a ter uma consideração mais ampla, em 1992, quando seus desenvolvimentos foram comunicados na 1ª Conferência Internacional sobre Representações Sociais, em Ravello, na Itália e através de um número especial do *Bulletin de Psychologie* sobre “Novas perspectivas em psicologia social” (Sá, 2002, 164). Ela foi proposta pela primeira vez na tese de doutorado de Jean-Claude Abric (*Jeux, conflits et représentations sociales* na *Université de Provence*) com a seguinte hipótese sobre a organização interna das representações sociais:

A organização de uma representação apresenta uma característica particular: não apenas os elementos da representação são hierarquizados, mas, além disso, toda representação é organizada em torno de um núcleo central, constituído de um ou de alguns elementos que dão à representação o seu significado (Abric, 1994, 19).

Abric (1994) atribuiu duas funções essenciais ao núcleo central na estruturação e funcionamento das representações sociais: a função geradora e a organizadora. Exerce função geradora porque a partir dele se cria ou se transforma o sentido dos outros elementos da

representação; e organizadora porque determina a natureza dos vínculos que unem os elementos das representações entre si. Ele ainda acrescenta a estabilidade como uma propriedade do núcleo central por ser o elemento mais resistente à mudança assegurando sua permanência em contextos mais maleáveis. É o que também possibilita identificar a diferença entre as representações.

O núcleo é determinado em parte pela natureza do objeto e em parte pela relação que o sujeito ou o grupo estabelece com esse objeto. O núcleo central pode, então, assumir duas dimensões: uma funcional, que privilegia os elementos mais importantes para a realização da tarefa, e uma normativa, que ocorre nas situações em que aspectos socioafetivos, sociais ou ideológicas intervêm diretamente nas representações.

É importante identificar o núcleo central para conhecer o próprio objeto da representação, conclui Abric (1994). Antes de qualquer coisa, é preciso saber qual é o objeto da representação para estudá-la, diz Flament (1994b), lembrando que nem todo objeto será objeto de representação. E, por mais importante que seja, o núcleo central não esgota o conteúdo e os modos de funcionamento da representação na vida cotidiana. Há um “caráter mutuamente complementar do centro e da periferia na organização interna da representação” (Sá, 2002, 72).

As características estruturais e de funcionamento das representações são aparentemente contraditórias. “As representações são ao mesmo tempo estáveis e móveis, rígidas e flexíveis” (Abric, 1994, 77); “são consensuais, mas também marcadas por fortes diferenças interindividuais” (p.78). As representações sociais são regidas por um sistema duplo e complementar: o sistema central, que é constituído pelo núcleo central da representação e é normativo, e o sistema periférico, que é constituído pelos elementos periféricos, os quais são funcionais.

O sistema central é marcado pela memória coletiva do grupo e seu sistema de normas, tem uma função consensual, promove a permanência da representação e é relativamente independente do contexto social. O sistema periférico faz a interface entre a realidade concreta e o sistema central. É mais sensível ao contexto imediato em que se ancora a representação. Tem função de regulação e adaptação do sistema central, além de protegê-lo ao absorver as novas informações que podem ameaçar o núcleo. O sistema periférico também permite “certa modulação individual da representação” (Abric, 1994). Vala (2000) aponta que é nos elementos periféricos que se manifesta a heterogeneidade do grupo. Estes são elementos

mutáveis, mais flexíveis e sensíveis ao contexto e integram as experiências individuais. Suas funções são adaptação ao contexto e proteção do núcleo central.

Wachelke (2012) diz que o pressuposto mais importante da teoria do núcleo central talvez seja a diferença qualitativa entre os sistemas central e periférico, pois ela permite identificar o que de fato é compartilhado em uma representação e define sua organização.

De acordo com a teoria do núcleo central (Abric, 1994), existem representações, crenças consensuais compartilhadas por indivíduos do mesmo grupo social, que asseguram uma visão estável e comum de um determinado objeto. Estas constituem o núcleo central da representação que lhes dá sentido e coerência e são responsáveis pela estrutura de crenças mantidas por outras crenças. Elas possuem a propriedade de serem abstratas (descontextualizadas), estáveis (caracterizam o objeto independentemente das mudanças relacionadas ao contexto, pois resistem à mudança), conexas (possuem forte associatividade com outros elementos) e não negociáveis (indissociavelmente ligadas ao objeto e indispensáveis para lhe definir). Em torno do núcleo central estão as crenças que constituem a periferia da representação. Estas são condicionais (negociáveis), concretas (contextualizadas) e flexíveis, pois caracterizam o objeto de acordo com a situação (Lo Monaco, Lhereux e Halimi-Falkowicz, 2008).

Flament dedicou maior atenção aos elementos periféricos no funcionamento da representação. Partindo de um postulado cognitivista propôs a distinção entre representações autônomas e não autônomas. Nas representações autônomas a coerência das representações se encontra no próprio objeto, e nas representações não autônomas está na representação de outros objetos ligados a ele.

Como se vê pela descrição teórica, Flament (1994a) comenta que o *Grupo do Midi* se deteve mais ao estudo do núcleo central, como se o sistema periférico fosse de menor importância. Ele passa a examinar o papel dos esquemas periféricos na transformação das representações e introduz a noção de “condicionalidade” das cognições que compõem a representação (Flament, 1994). Essa hipótese geral da condicionalidade levou a hipóteses específicas sobre as relações entre o núcleo central e os elementos periféricos.

No âmbito das representações sociais, Flament (1994) propõe uma conjunção entre cognições prescritivas e descritivas. O aspecto descritivo é mais habitual, os sujeitos costumam usar termos mais descritivos. As prescrições referem-se às condutas desejáveis. Flament ainda distingue prescrições absolutas e condicionais e afirma que no domínio das representações sociais “as prescrições são maciçamente condicionais” (p.380). Mesmo que as

peças emitam julgamentos que parecem absolutos, alternativas condicionais podem estar embutidas.

Flament (1994) diz que as prescrições absolutas organizam as outras prescrições. Se as prescrições absolutas de uma representação formam um sistema único, este é o núcleo central de uma representação social autônoma. Se as prescrições absolutas formam vários conjuntos organizados, então, trata-se de uma representação não autônoma.

A flexibilização conferida à representação pelos elementos periféricos aproximam a teoria do núcleo central à concepção de Doise, estudioso que defende o caráter não consensual das representações. Flament (1994b) admite que a teoria do núcleo central não colocou em questão os limites de uma representação social. Por exemplo, qual o nível mais baixo para que uma evocação possa ainda ser considerada como elemento periférico de uma representação social? O estudo das relações entre representações e práticas pode levar a isso.

Os métodos de levantamento e identificação do núcleo central não dão conta da apreensão global de uma representação social. Muitos estudiosos das representações questionam a validade da pesquisa experimental neste campo que envolve complexos conjuntos de crenças, valores e atitudes.

Segundo Flament (1994), deve-se a Moliner (1988) a primeira sustentação experimental da teoria do núcleo central com o estudo sobre o grupo ideal. Moliner (1994) e Vergès (1992) propuseram técnicas simples de identificação desses sistemas que serão ilustradas adiante, assim como outras sugestões mais recentes.

2.6 - Sobre Metodologia na Pesquisa em Representações Sociais

Explicar os fenômenos das representações sociais envolve dar conta das origens, funções e circunstâncias de produção (Sá, 2002). De acordo com Jodelet (2001), o fenômeno cognitivo está no cerne de todas as pesquisas. Seu estudo se faz a partir de conteúdos representativos tomados de suportes, como linguagem, discurso, documentos e práticas.

Nas pesquisas sobre representações sociais “cada um contribui com uma pedra para a construção de uma ciência psicológica e social do conhecimento” (Jodelet, 2001, 40). Não privilegiar nenhum método particular de pesquisa é uma característica peculiar da teoria das representações sociais (Faar, 1993a, citado por Sá, 2002).

Doise (1986) fala em quatro níveis de explicação na psicologia social: o nível intrapessoal, o nível interpessoal, o nível posicional e o nível ideológico. Em geral, os

experimentos em psicologia social se direcionam apenas aos níveis intrapessoal e interpessoal de análise que são os trabalhos de influência social. O estudo das representações sociais envolve os níveis posicional e ideológico. Para este autor é possível uma articulação entre os diferentes níveis na pesquisa.

Sá (2002) esclarece que a pesquisa das representações sociais está orientada para a conceituação e construção teórica específica adotada pelo pesquisador. Como não é possível acessar o fenômeno diretamente, necessita-se de uma metodologia, começando pela construção do “objeto de pesquisa”. Para isto, a coleta de dados se coloca como primeiro problema. Outro aspecto da definição do objeto de pesquisa colocado por Jodelet (1986, citada por Sá, 2002) refere-se à delimitação do campo de pesquisa para contextualizar as representações sociais. Uma questão para o pesquisador é selecionar os instrumentos para apreender seu objeto. A análise dos dados também é outro problema metodológico desafiante (Abric, 1994).

Para Abric (1994), o estudo das representações sociais traz dois problemas metodológicos: a coleta das representações e a análise dos dados obtidos. O tipo de informação recolhida, sua qualidade e pertinência vão determinar a validade da análise e seus resultados. Ele também diz que uma metodologia é determinada por considerações empíricas, como a natureza do objeto e tipo de população, porém, de modo mais fundamental, pelo referencial teórico que justifica a pesquisa. A abordagem estrutural vai-se concentrar em representações estabilizadas.

É sempre importante levar em consideração os aspectos objetivos (físicos, econômicos, sociais etc.) da situação imediata como condição de atualização das representações no discurso espontâneo do sujeito no momento da investigação (Sá, 2002). Flament (1994a) observa que o discurso espontâneo do sujeito não revela a complexidade das representações sociais, pois há coisas que não serão reveladas caso não se proponham boas questões. Mas não basta fazer boas perguntas, é preciso extrair das repostas a organização que a teoria lhe atribui. É assim que se constrói o objeto de pesquisa.

Assim como há diversos objetos de investigação (saúde, doença mental, violência, AIDS, inteligência etc.), há uma pluralidade metodológica e conceitual deste campo de pesquisa (observação antropológica, entrevistas qualitativas, análise de conteúdo, análise quantitativa de questionários ou entrevistas, estudos experimentais ou quase-experimentais). Trata-se, portanto, de um campo vivo e orientado para as interrogações do nosso tempo, como

afirma Vala (2000). A seguir serão apresentados alguns dos métodos utilizados na teoria do núcleo central.

2.6.1 - Coleta e análise na abordagem estrutural

Uma representação social se define por dois componentes: conteúdo e organização (estrutura interna), e ambos devem ser investigados. No entanto, de acordo com Wachelke (2012), o conteúdo das representações sociais tem uma importância secundária na abordagem estrutural. Abric (1994) lembra que não é o objeto em si que deve ser pesquisado, mas sua organização que estabelece uma hierarquia entre os elementos e assim forma o núcleo central. Isso requer uma abordagem plurimetodológica para primeiro fazer emergir os elementos que constituem a representação, depois delimitar o núcleo central e, por fim, verificar a centralidade e a hierarquia evidenciada. Abric (1994) vai propor ainda uma quarta etapa de análise que é a análise da argumentação. Após conhecer o conteúdo da representação, sua estrutura interna e seu núcleo, para completar a análise é preciso ainda verificar como tudo isso se integra num discurso argumentado, numa abordagem sintética que permita conhecer o funcionamento da representação contextualizada. Isso requer a reutilização de técnicas de entrevista.

Jodelet (2001) alerta que as “propriedades estruturais são examinadas em representações já constituídas” (p. 38). Para levantar o conteúdo de uma representação social, Abric (1994) distingue dois tipos de métodos: os métodos interrogativos (entrevista, questionário, desenho), que consistem em recolher uma expressão dos indivíduos, seja esta verbal ou figurativa, e os métodos associativos (evocação, associação livre, mapas associativos), que também repousam sobre uma expressão verbal, porém, mais espontânea e menos controlada e, possivelmente, mais autêntica.

As técnicas sugeridas vêm de um princípio metodológico que visa reduzir a interpretação e elaboração da significação pelo próprio pesquisador tornando a análise dos resultados mais pertinente. Trata-se de pedir ao próprio sujeito para analisar, comparar e hierarquizar sua própria produção (Sá, 2002). Serão exemplificados alguns destes métodos.

Dentre os métodos interrogativos, o questionário é a técnica mais utilizada no estudo das representações, principalmente, porque permite introduzir aspectos quantitativos. Os métodos de análise dos dados aplicados no estudo das representações privilegia o uso desta

técnica. Abric (1994) recomenda que o questionário seja elaborado de modo a valorizar a atividade da pessoa interrogada.

A evocação ou associação livre é considerada por Abric (1994) como a principal técnica para coletar os elementos que constituem o conteúdo de uma representação. Pede-se aos sujeitos que a partir de um termo indutor, que geralmente designa o objeto da representação, apresentado pelo pesquisador, digam palavras ou expressões que venham à lembrança imediatamente. Sua dimensão projetiva pode facilitar o acesso aos elementos constitutivos do universo semântico do objeto estudado mais rápido que uma entrevista. Pode trazer à tona elementos implícitos ou latentes que ficariam mascarados ou perdidos numa produção discursiva.

Vergès (2005) propôs uma técnica que combina a frequência das evocações com a ordem média em que são evocadas cada palavra ou expressão, possibilitando, assim, o levantamento daquelas que mais provavelmente compõem o núcleo central da representação. A partir deste levantamento, em que se faz a interseção da frequência média de evocação de todas as palavras com a média de suas respectivas ordens médias de evocação, são definidos quatro quadrantes que conferem diferentes graus de centralidade das palavras. Nessa organização, o quadrante superior esquerdo engloba as cognições mais frequentes e prontamente evocadas, o que sugere o núcleo central mais provável.

A análise prototípica de Vergès (2005) busca dar conta da configuração completa das representações agrupando praticamente todas as palavras ou expressões evocadas num sistema de categorias consistentes. Ele justifica a delimitação de cada categoria e a articulação entre elas no conjunto global da representação. Seu método de análise forma uma base de dados que permite várias leituras e interpretações. Sua originalidade está em cruzar dois critérios de prototipicidade: a frequência e a ordem da evocação, permitindo constituir diversas categorias e encontrar a hierarquização dos elementos. O primeiro de natureza coletiva, pela frequência com que a categoria é evocada pelo conjunto de sujeitos, e o segundo de natureza individual, pela ordem que cada um confere à categoria no conjunto de suas próprias evocações cujo índice é associado aos demais sujeitos levando a uma ordem média de evocação. Ele toma como prováveis elementos do núcleo central as cognições mais frequentes e também mais prontamente evocadas. Esta é uma das técnicas mais utilizadas para o levantamento dos elementos representacionais, comenta Wachelke (2009). Uma variante na metodologia de Vergès consiste em pedir aos sujeitos que após a evocação sublinhem duas

palavras que lhes pareçam mais importantes ou que organizem as palavras evocadas conforme a importância.

Os métodos de identificação da organização e da estrutura de uma representação podem ser de identificação dos laços entre os elementos da representação (constituição de pares de palavras, comparação pareada, constituição de conjunto de termos) e os métodos de hierarquização dos itens (triagens hierarquizadas sucessivas e as escolhas sucessivas por blocos). De acordo com Abric (1994), colocar em evidência o núcleo central de uma representação parece mais facilmente realizável pelas recentes técnicas fundadas no mesmo princípio da coleta de dados: “pedir que o próprio sujeito efetue um trabalho cognitivo de análise, comparação e hierarquização da sua própria produção” (p.64).

A título de exemplo, a constituição de pares de palavras consiste em pedir que o sujeito a partir de um *corpus* produzido por ele mesmo forme pares de palavras que pareçam ‘ir juntas’. E a análise de cada par permite encontrar o sentido dos termos usados pelos sujeitos reduzindo possível polissemia. Tal análise também favorece a identificação de vocábulos polarizadores que associados a múltiplos elementos podem ser os organizadores da representação. Finalizando com uma entrevista, o sujeito revela o tipo de relações que usou na associação dos termos. A técnica ainda pode ser enriquecida ao pedir que o sujeito eleja os pares mais importantes. Os métodos de hierarquização dos itens consistem em pedir aos sujeitos que escolham em uma lista preestabelecida, a partir de entrevistas exploratórias, os itens que consideram mais importantes ou característicos da representação (Moliner, 1994a, citado por Sá, 2002).

Dentro da abordagem estrutural existem várias técnicas para se diagnosticar o *status* de um elemento (como central ou periférico). Uma das características principais dos estudos atuais é sua limitação à descrição de uma provável estrutura da representação social de um determinado objeto estudado e à não investigação da centralidade ou não de um *cognema* (elemento cognitivo básico) encontrado. Entre técnicas propostas na literatura para testar a centralidade de uma estrutura representacional, apresentamos as seguintes: a) O modelo dos Esquemas Cognitivos de Base (SCB do original em francês), que trabalhando nas dimensões avaliativas, descritivas e funcionais, propõem, através da análise de 28 conectores, encontrar as relações existentes entre *cognemas* (Guimelli, 1994; 2003; Rateau, 1995 citados por Sá, 2002 e Wachelke, no prelo); b) O método de Indução a um Cenário Ambíguo (ISA do original em francês), que possibilita, através da descrição ambígua do objeto da representação em uma pequena história, testar a centralidade dos elementos; e c) o *Mise-en-Cause* (MEC), traduzida

por Sá (2002) como técnica do questionamento. Desenvolvida por Moliner (1989), a MEC consiste em apresentar aos sujeitos um exemplar do objeto de estudo sem os candidatos à centralidade para observar se os sujeitos continuam reconhecendo o exemplar como sendo o objeto. Caso o sujeito só reconheça o objeto com a presença de uma característica, é porque esta é central.

Tabela 6

Reconhecimento do objeto pelo sujeito em função da presença da característica

	Exemplar 1	Exemplar 2
Presença da característica A	sim	Não
Presença da característica B	não	Sim
Reconhecimento do objeto	não	Sim

Para testar se a característica A ou B é central nas representações sociais de um objeto X, é necessário apresentar este objeto sem a característica A (Exemplar 2) e sem a característica B (Exemplar 1). Caso os sujeitos não reconheçam o Exemplar 1 como sendo o objeto X, isso significa que a característica B é central. Por sua vez, se os participantes não reconhecerem o Exemplar 2 como sendo o objeto, o elemento central será a característica A. A MEC baseia-se nas propriedades simbólicas dos elementos centrais, que são essenciais para o indivíduo representar o objeto. Moliner (1989) propõe utilizar o princípio da dupla negação que traduz a ideia de que um objeto deve necessariamente conter uma ou mais características específicas para ser identificado como tal.

O modelo SCB se baseia na propriedade de conexidade dos elementos centrais, que possuem alta associatividade semântica com outros elementos. Este modelo representa a centralidade de um elemento através do cálculo de valências e tem um custo em termos de tempo de execução, pois pede a cada participante para responder a 84 questões a fim de testar o estado de um elemento estrutural. O SCB operacionaliza diferentes tipos de relações que podem existir entre dois elementos. Quanto mais um elemento mantém relações com outros, mais podemos considerá-lo como central (Lo Monaco et al, 2008). Do ponto de vista teórico, essas técnicas contribuem para a confirmação da teoria e dos resultados obtidos por outros métodos empiricamente.

A técnica de questionamento MEC e o modelo dos SCB permitem a identificação sistemática das RS de um sistema social e levam ao mesmo diagnóstico de centralidade, mas

apresentam desvantagens de acordo com Lo Monaco et al., 2008. Ambos podem causar certas dificuldades de compreensão: a MEC pela dupla negação; e o SCB pelas longas respostas. Por isso, estes autores propõem um novo teste para estudar de forma confiável a estrutura das RS evitando tais inconvenientes. Trata-se do “Teste de Independência Contextual” (TIC), uma técnica tão válida quanto estas e que pode ser usada de forma complementar tendo a vantagem de parecer menos dispendiosa e mais fácil para os participantes.

Enquanto os elementos periféricos das RS são mais contingentes, os elementos centrais são considerados trans-situacionais pela independência das variações contextuais. O modelo da TIC para testar a centralidade consiste em verificar se cada elemento está ligado e se dá sentido ao objeto de forma trans-situacional ou não. Pede-se aos participantes que respondam se o elemento representacional designa sempre e em todos os casos uma característica do objeto de representação estudado. Por exemplo, para o elemento “trabalho”, nas representações sociais sobre os estudos, é feita a seguinte pergunta: “Em sua opinião, fazer estudo é uma atividade que demanda sempre e em todos os casos do ‘trabalho’?”. Uma resposta afirmativa indica que para o participante o elemento trabalho está ligado à representação de qualquer posição do objeto, isto é, independentemente das variações contextuais, e, portanto, é central. Sendo uma resposta negativa, o participante manifesta a ideia de que há casos em que podemos definir estudos sem recorrer à ideia de trabalho e que este elemento é dependente do contexto e, portanto, periférico (Lo Monaco et al., 2008).

Há ainda algumas propostas que são complementares à análise prototípica de Vergès (1992) e que podem ser utilizadas na análise das evocações. Wachelke e Wolter (2013) propõem um índice para o grau de comunidade entre dois *corpora* de evocações. Além desta proposta, eles também apresentam dois índices que foram elaborados por Flament & Rouquette: o índice de diversidade e o de raridade das evocações. A proposta destas análises é dar maior atenção às características do *corpus* representacional, mas sem abandonar o estudo do seu conteúdo.

Os índices de diversidade e raridade estão baseados em três informações: a quantidade de evocações, os tipos de evocação e as evocações com frequência mínima. O índice de diversidade consiste na medida global da variedade interna de termos diferentes evocados por uma população, em que se calcula a proporção de termos diferentes sobre o número total de evocações em um *corpus*, enquanto a raridade mede um rendimento relativo a essa variedade, calculando a proporção de termos evocados apenas uma vez sobre o número de termos diferentes evocados no *corpus*. Ao calcular esses índices, uma diversidade mínima e uma

raridade elevada indicam a existência de uma representação social estruturada (Flament & Rouquette, 2003).

O índice de comunidade procura obter informação sobre o grau de compartilhamento entre *corpora* de evocações dispensando o uso de perguntas complementares. Para isto, calcula-se a proporção de elementos comuns a dois conjuntos sobre o total de elementos evocados dividindo o número de evocações diferentes presentes nos dois *corpora* sobre o total de elementos evocados.

Wachelke (no prelo) apresenta o *Qualiquic* (Questionário Qualitativo para a Identificação de Cognemas) como uma técnica qualitativa fácil e simples de aplicar que, tal como as tarefas de associação, pode ser utilizada como um recurso alternativo para a identificação dos elementos de RS em uma exploração inicial da estrutura e que tem a vantagem de reunir conteúdos de elementos de representação em suas relações com o objeto de representação. Trata-se de um questionário curto, com seis questões abertas abarcando os conectores derivados do modelo SCB. Essa técnica requer do pesquisador uma habilidade para selecionar, a partir das respostas a essas questões, 10 ou 15 elementos que expressem relações específicas com o objeto social.

Foi pensando nos casos em que é preciso abrir mão de um retorno ao campo, pela baixa viabilidade de realizar uma segunda coleta ou mesmo pela necessidade de rápida tomada de decisão, que Wachelke (2009) apresentou a “possibilidade de uma caracterização mais precisa da estrutura representacional, em termos de centralidade dos elementos, propiciada por uma única coleta” (p.104). Este autor optou por recursos de investigação que diferenciem elementos centrais dos periféricos, como o *Mise-en-Cause* (MEC). Para o questionamento, usa-se uma questão do tipo “é possível pensar em [termo indutor] sem pensar em [cada termo evocado]?”. Aqui, o critério da ordem de evocação é substituído por critérios de frequência dos elementos em uma proporção denominada “valor simbólico pessoal”, ou seja, a evocação livre deve ser considerada pelo participante como essencial para a caracterização do objeto social e ter elevada importância. Obtém-se o valor do Índice de Centralidade de Representações Sociais a partir de Evocações (INCEV) tomando-se as ocorrências de cada elemento em que as condições de alto valor simbólico são respeitadas e dividindo-as pelo universo da pesquisa, no caso o total de participantes.

As técnicas aqui apresentadas foram desenvolvidas considerando duas propriedades específicas dos elementos centrais das representações sociais: 1) eles são essenciais para manter a identidade da representação e possuem um valor simbólico a respeito do objeto

social – as técnicas de questionamento se baseiam nesta propriedade –; e 2) possuem poder associativo por serem mais amplos, podendo associar-se a mais elementos na estrutura do que elementos periféricos – propriedade esta verificada em modelos como SCB (Moliner, 1994).

2.7 - Representações e Práticas Sociais – sobre as Transformações das Representações Sociais

As representações sociais geralmente estão associadas a práticas de um grupo envolvendo o objeto a que se referem. Segundo Abric (1994), “as práticas são sistemas de ação socialmente estruturados e instituídos em relação com os papéis” (p. 195). Moliner define as práticas como um “conjunto de condutas finalizadas pelos e para os grupos”. Portanto, a noção básica de prática tem como base a ação dos grupos que comporta componentes vividos e cognitivos (Campos, 2005). Uma prática não deve ser entendida somente como um comportamento físico; o discurso envolvendo um objeto social também está incluído, alerta Wachelke (2012).

Em torno da relação representação-prática social, Abric (1994) pergunta-se: as práticas sociais determinam as representações ou o inverso? Ambas são indissociáveis e interdependentes? Entender as relações entre práticas e representações sociais requer um trabalho de análise e conhecimento de cada um dos termos. No estudo das práticas e representações sociais, podem ser considerados a relação de causalidade das práticas sobre as representações, o inverso ou uma influência recíproca. Rouquette propõe que é razoável considerar as representações como condições das práticas e as práticas como agente de transformação das representações (Campos, 2005).

Para Abric (1994), a análise de qualquer prática social precisa considerar dois fatores essenciais: as condições sociais, históricas e materiais em que se inscreve a prática e sua apropriação pelo indivíduo ou grupo, o que envolve fatores cognitivos, simbólicos e representacionais. Em sua análise, ele privilegia a determinação das práticas pelas representações. Abric (1994) diz que o sujeito organiza suas experiências subjetivas que estruturam a interação social a partir de processos de decodificação da situação, expectativas e antecipações geradas pela representação e pelo sistema de categorização. Processos que fazem das representações uma ação sobre a realidade e podem estar na origem das práticas. Mas também se questiona sobre a ligação e interdependência entre as representações e as práticas sociais. As demonstrações empíricas caminham nessa direção.

Ao lançar nosso interesse para as relações entre representações e práticas sociais, outra questão se coloca: a coleta de informações sobre as práticas mesmas. Na maioria das investigações, as práticas dos sujeitos são inferidas a partir do seu discurso, ou seja, trabalha-se mais sobre as práticas representadas que as efetivas. O trabalho de Jodelet mostra como é fundamental esta coleta para entender essa relação representação-prática (Abric, 1994).

As representações já constituídas e por vezes ancoradas na história da coletividade explicam as escolhas dos sujeitos, as relações que estabelecem com os outros, sua tomada de posição e suas práticas. Quase todos os pesquisadores estão de acordo com este princípio: “as representações e as práticas se engendram mutuamente” (Abric, 1994, 230).

Há uma concepção radical de que, se há representação, esta só pode ser engendrada pelas práticas e relações sociais. Aqui, considera-se que as condutas dos indivíduos resultam de um marco institucional, do entorno social e do contexto de poder que lhes impõe as condutas. E são tais práticas que os sujeitos aceitam realizar que determinam seu sistema de representação ou sua ideologia. Desse modo, as representações resultam de condições objetivas e não do saber ou das crenças (Abric, 1994).

Na vida cotidiana há uma frequente negociação entre a prática e a representação ou ideologia, nos diz Ibañez (1989, citado por Abric, 1994), e as práticas sofrem certa modulação em função de sua ideologia, semelhante ao que ocorre com as representações prescritivas de que fala Flament e que se modulam em função das características da situação. Flament (1987/1989, citado por Sá, 2002) fez uma primeira descrição das transformações das representações pelas práticas sociais. Para ele, as práticas sociais fazem uma interface entre as circunstâncias externas e os prescritores internos das representações sociais. São comportamentos que se adaptam às mudanças externas. No cotidiano, são as prescrições que determinam o engajamento e as práticas sociais dos indivíduos ou grupos, e os prescritores absorvem eventuais modificações das práticas por algum fator situacional.

O princípio para explicar o processo de transformação das representações usado por Flament (1994) é o de que alguém faz algo não habitual tendo boas razões para fazê-lo. As circunstâncias podem ser percebidas como reversíveis ou irreversíveis. No primeiro caso, será desacelerado o processo de transformação da representação social impedindo qualquer modificação no núcleo central. Só as prescrições condicionais se modificarão, mas a reversibilidade não apagará todas as modificações, de modo que alguns traços permanecerão, e os elementos periféricos serão transformados. Ele também postula que as pessoas engajadas

em práticas não habituais conseguem restabelecer o equilíbrio cognitivo. As razões para tais condutas são tomadas da cultura geral de fora da representação social.

Quando as situações são consideradas irreversíveis, a mudança nas práticas pode promover uma quebra do núcleo central, dispersando seus elementos, que podem servir à constituição de novas representações sociais. “Qualquer contradição entre representações e práticas necessariamente leva à transformação de uma ou da outra”, enfatiza Abric (1994, 213).

Para restabelecer seu necessário equilíbrio cognitivo quando as práticas são irreversíveis, o indivíduo gerará uma transformação da representação. Essa transformação pode ser progressiva, quando as novas práticas não se contrapõem totalmente ao núcleo da representação, ou resistente, quando as novas práticas estão em contradição, mas permitem mecanismos de defesa da representação como racionalização. Neste tipo de transformação costumam aparecer os “esquemas estranhos”, ou seja, mecanismos de racionalização para a proteção do núcleo da representação descobertos por Flament. Os processos de defesa não resistem às condutas contraditórias; os esquemas estranhos vão-se multiplicando e, aos poucos, o núcleo central vai-se transformando e com ele toda a representação. A transformação pode ainda ser brutal, quando novas práticas, de caráter irreversível, colocam em questão a significação central da representação sem possibilidade de recorrer a mecanismos de defesa e acarretam uma transformação direta e completa da representação. Considera-se uma transformação sem ruptura o processo gradual, sem resistência.

A partir da obra principal de Moscovici (1961, 2012), vem-se procurando verificar a hipótese de que os comportamentos dos indivíduos ou grupos não são determinados pelos componentes objetivos da situação, mas por sua representação. Um exemplo é o do estudo do comportamento do grupo na resolução de um problema em que a realização da tarefa era determinada pela representação e não pela natureza da tarefa. Isso foi demonstrado em grupos idênticos que, usando representações distintas de uma mesma tarefa, adotaram comportamentos diferentes, independentemente da realidade objetiva.

O trabalho de Jodelet (2005) sobre o funcionamento da comunidade terapêutica de Ainay-le-Château é considerado o melhor exemplo de um estudo completo das relações entre representações e práticas sociais. A partir de suas análises, ela concluiu que o pensamento da comunidade sobre a enfermidade, isto é, o seu sistema de representação se organiza em torno de um núcleo figurativo, que gera discursos e práticas dos atores. Os elementos desse núcleo funcionam como esquemas e prescrevem comportamentos e práticas. As práticas se originam

das representações sobre o homem louco. Cada categoria ativada gera condutas diferenciadas: ‘enfermos do cérebro’ são considerados bons enfermos e ‘enfermos dos nervos’ são considerados maus enfermos, com os quais se evita relações mais estreitas.

Outro aspecto importante demonstrado pelo estudo de Jodelet é o de que “certas práticas sociais permitem descobrir aspectos da representação jamais verbalizados e, portanto inacessíveis” (Abric, 1994, 205) em técnicas fundamentadas sobre produções discursivas. Uma dimensão jamais verbalizada da representação da loucura para esta comunidade era a de que “a loucura pode ser contagiosa”. Algumas práticas que manifestavam essa crença eram lavar roupas e utensílios do enfermo em separado e evitar olhar tiques ou crises, o que revelava também um aspecto fundamental da representação: o medo. Eram elementos atuados e não pensados.

Jodelet evidencia em seu estudo que algumas práticas se originam direta e exclusivamente das representações sociais e constituem o que Moscovici chama de ações representacionais que não contrariam as normas e correspondem às crenças arcaicas compartilhadas pelo grupo não verbalizadas. São situações com forte carga afetiva (medo de se tornar louco) cujas crenças estão arraigadas na memória coletiva (visão arcaica da enfermidade e contágio).

É importante esclarecer que, em situações não obrigatórias, quando há um conjunto de opções possíveis, as condutas adotadas serão determinadas pelas representações da situação para os indivíduos, por exemplo, funcionar de modo cooperativo ou competitivo. Os elementos que constituem a representação da situação são: a representação de si, do outro, da tarefa e do contexto. Quando as obrigações são fortes, as representações deixam de desempenhar este papel determinante para o grupo. Nas situações complexas ou ambíguas, as representações desempenham um papel mais importante. Em situações cujas práticas vão contra o sistema de normas e valores ou práticas anteriores, os atores elaboram representações de conformidade com suas práticas (Abric, 1994).

2.8 - A Teoria da Identidade Social

A noção de identidade retoma uma das principais preocupações da psicologia social: o conflito entre indivíduo e grupo, individual e social. Deschamps e Moliner (2009) definem identidade como “um fenômeno subjetivo e dinâmico resultante de uma dupla constatação de semelhanças e de diferenças entre si mesmo, os outros e alguns grupos” (p.14).

Vala (1997) sugere que

A identidade social pode ser concebida como decorrendo da resposta que os indivíduos se dão à interrogação seguinte: “Quem sou eu?” e é provável que parte da resposta a esta questão venha da associação entre o eu e diversas categorias sociais. E a pertença a uma categoria social suscita nova questão: “O que significa pertencer a este grupo?” (p.10).

A teoria da identidade social é fruto dos trabalhos seminais do psicólogo britânico Henri Tajfel sobre os processos de categorização social (Tajfel, 1982a; 1982b). Para este autor, a identidade social é “parte do autoconceito do indivíduo que se deriva do conhecimento de seu pertencimento a um grupo (ou grupos) social com o significado valorativo e emocional associado a este pertencimento” (Tajfel, 1982b, 292). O significado do pertencimento a um grupo profissional para o indivíduo, na comparação com outros grupos profissionais, depende basicamente do grau de saliência desta categoria no contexto do conjunto de categorias sociais que são compartilhadas com o próprio grupo (endogrupo) e que, por sua vez, são diferentes das atribuídas a outros grupos (exogrupos).

O conceito de grupo associado ao processo de categorização e de autocategorização, ou categorização de si mesmo, é uma formulação recente na psicologia social (Vala, 1997). A categorização, considerada como o processo por trás da formação grupal (Turner & Reynolds, 2003), é um modo de organização do conhecimento sobre os outros. Segundo Tajfel (1984a), é um “sistema de orientação que ajuda a criar e definir o posto do indivíduo na sociedade” (p.292). Segundo a teoria da categorização de si mesmo (Turner & Reynolds, 2003, Breakwell, 1993): 1) as pessoas categorizam os outros e a si mesmos de acordo com o pertencimento a determinados grupos – processo este que se expressa nos contextos comunicativos, nos espaços de relação com outros de um mesmo grupo ou de outro grupo distinto; 2) a relação inversa que se dá entre a saliência dos níveis pessoais e sociais pode estar condicionada e pode ser condicionante da percepção da relevância da categoria profissional militar; 3) a saliência da categoria que indica o pertencimento a um grupo na relação endo-exogrupo pode dar lugar a um processo que oscila entre a identificação com o grupo categorial, muito relevante para a construção da identidade pessoal, até a despersonalização da percepção do autoconceito no qual se busca aumentar a intensidade da identidade percebida (semelhança, equivalência, intercambialidade) entre o si mesmo e os membros do endogrupo (e a diferença com relação aos indivíduos do exogrupo).

A identidade é entendida como um mecanismo que determina as relações entre os grupos e que explica a discriminação das pessoas de outros grupos. Ela se constrói através de um processo de comparação social (Álvaro & Garrido, 2007). A identidade social, desta forma, não se caracteriza apenas pelos processos envolvidos no pertencimento a determinados grupos sociais, mas pela comparação que a pessoa estabelece entre os grupos aos quais pertence e os que consideram alheios a si (Vala, 1997). De acordo com Tajfel (1981), a pessoa tende a permanecer em um grupo que contribua com sua identidade de forma positiva.

Tajfel estabeleceu três dimensões da identidade social: uma dimensão cognitiva, ligada ao conhecimento da pertença a um grupo; uma dimensão emocional, ligada aos afetos decorrentes de pertença grupal; e uma dimensão avaliativa, ligada à valorização de que é objeto o grupo.

Em um dos seus primeiros estudos, Tajfel concluiu que a forma como se percebe o mundo exterior resulta da interação entre a informação sensorial e a organização interna ativa por parte da pessoa. Um dos princípios da organização interna é acentuar diferenças entre objetos de classes diferentes e minimizar diferenças entre objetos da mesma classe. O mesmo princípio da percepção de objeto se aplica à percepção de pessoas quando as classes são os grupos sociais (Álvaro & Garrido, 2007).

Experimentos realizados por Sherif e colaboradores na década de 1950 mostravam que o favoritismo pelos membros de endogrupo e a discriminação por membros do exogrupo resultava do conflito de interesses entre os grupos, porém, os estudos das bases cognitivas do preconceito de Tajfel sugeriam que o simples conhecimento da afiliação a um grupo bastava para que a pessoa favorecesse os membros deste grupo discriminando os de outros grupos, mesmo na ausência de conflito. Assim, junto com seus colaboradores, Tajfel realizou uma série de experimentos, que ficaram conhecidos como *paradigma do grupo mínimo* (Álvaro & Garrido, 2007), a fim de determinar as condições mínimas para que uma pessoa se sentisse membro de um grupo e se diferenciasse de um exogrupo.

A teoria da identidade social (Tajfel, 1982) considera que as representações sociais desempenham um papel na interação entre os grupos, porém, referem-se a um tipo específico de representações: os estereótipos, respeitando traços ou atributos personalógicos que definem os membros de um grupo (Vala, 1997). Breakwell (1993) também comenta essa limitação e indica as contribuições mútuas que podem surgir da integração da teoria da identidade social com a teoria das representações sociais.

Para Breakwell (1993), a necessidade de uma identidade social positiva não basta para motivar a ação e as crenças relevantes para a dinâmica de um grupo. Ela comenta que, na teoria da identidade social, a identidade é uma “caixa-preta”, pois suas propriedades são tratadas como dado adquirido. A sua insatisfação com a teoria da identidade social levou a propor um modelo processual de identidade como produto da dinâmica de interação entre características do organismo biológico e características do contexto (estruturas físicas e sociais e processos de influência social).

A identidade social pode influenciar a forma como um indivíduo se relaciona com uma representação social, seja pela exposição a aspectos particulares desta representação considerados centrais para os objetivos e para a definição do grupo a que este indivíduo pertence, seja pela aceitação e uso desta representação. Os membros de um grupo vão afetar a frequência com que as representações são comunicadas e utilizadas como referência na tomada de decisões ao avaliar uma situação e assimilar novas informações. Do mesmo modo, os membros podem afetar a aceitação ou rejeição da representação social. Existe uma tendência à conformidade no grupo, porém, mesmo em grupos homogêneos, nem todos os membros vão reproduzir a mesma representação de um objeto. Os indivíduos podem personalizar suas representações sociais para atender a objetivos pessoais (Breakwell, 1993).

Estas contribuições da teoria da identidade social podem ser relacionadas, de modo particular, com o sistema periférico das representações sociais que permitem a localização de aspectos heterogêneos e idiossincráticos na estrutura. Breakwell (1993) afirma que há um repertório amplo de representações sociais que podem ser utilizados em uma determinada situação e que estas escolhas serão influenciadas pelas identidades sociais pertinentes para a situação.

A teoria da identidade social, ao mesmo tempo em que tenta explicar as relações intergrupais, concentra-se nas necessidades e motivações pessoais. Em contraste, a teoria das representações sociais está centrada nos processos de comunicação interpessoais como determinantes da estrutura e do conteúdo dos sistemas de crenças chamados representações sociais. O que Breakwell (1993) vislumbra com a ligação entre as duas teorias é a produção de um quadro teórico mais genérico que possa contextualizar ou até mesmo substituir um grande número de modelos sociais psicológicos.

3. MÉTODO

3.1 – Objetivos

A pesquisa teve como objetivo principal identificar quais as representações e identidades sociais existentes entre aspirantes matriculados no Curso de Graduação de Oficiais da Escola Naval a respeito da “carreira militar” e entre Oficiais nos primeiros postos da carreira em seus respectivos Corpos (Armada, Fuzileiros Navais e Intendentes).

Os objetivos específicos foram:

- identificar os elementos que constituem o núcleo central das representações sociais, bem como seus elementos periféricos;
- verificar quais elementos das representações sociais estão mais fortemente relacionados com os processos identitários;
- investigar possíveis ancoragens nas representações sociais estabilizadas; e
- comparar as representações sociais entre os participantes que estão em formação (Aspirantes) e os Oficiais no serviço ativo.

3.2 - Participantes

Foi selecionada uma amostragem, por conveniência, de 210 participantes, entre Aspirantes e Oficiais da Marinha do Brasil, do sexo masculino, com faixa etária entre 20 e 34 anos, sendo 105 do 3º ano escolar do Curso de Graduação de Oficiais da Escola Naval e 105 Oficiais Subalternos e Intermediários (de Segundo-Tenente a Capitão-Tenente).

Optou-se por Aspirantes do 3º ano por ser este o ano em que começam a formação em seus respectivos Corpos. No caso dos Oficiais, houve uma ampliação para o posto de Capitão-Tenente a fim de completar a amostragem, já que a participação era voluntária. Vejamos as características dos participantes nos quadros a seguir.

Tabela 7

Características dos participantes

PARTICIPANTES	Origem		Idade		Tempo na MB
	CN	PSAEN	Média	Desvio Padrão	
Aspirantes	85	20	21,97 anos	1,02	3 a 6 anos
Oficiais	80	25	27,24 anos	2,30	6 a 13 anos

A amostra foi composta considerando a proporção de participantes que cursaram o Ensino Médio no Colégio Naval (CN) e de participantes que ingressaram na Marinha do Brasil após o Ensino Médio e por meio de concurso público (PSAEN). Em geral, uma turma no Curso de Graduação de Oficiais da Escola é formada por um quinto de alunos que ingressam por meio de concurso.

Tabela 8

Participantes por corpo

PARTICIPANTES	Armada	Fuzileiros Navais	Intendentes
Aspirantes	79	13	13
Oficiais	67	12	27

Quando distribuídos por Corpos, a proporção de participantes é maior no Corpo da Armada, no qual há maior número de vagas, já que os oficiais deste Corpo estão ou estarão mais diretamente ligados às funções para atividade-fim da Força na Esquadra. Nos Corpos de Fuzileiros Navais e Intendentes, há sempre um número próximo de vagas em uma turma. No entanto, observa-se entre os Oficiais um índice mais elevado de participação dos Intendentes do que Fuzileiros Navais na pesquisa.

Tabela 9

Participantes por postos

PARTICIPANTES	POSTO	Nº
Aspirantes	Aspirante (Asp)	105
Oficiais Subalternos	Segundo-Tenente (2T)	56
	Primeiro-Tenente (1T)	26
Oficiais Intermediários	Capitão-Tenente (CT)	23

Conforme a tabela 9, a distribuição dos participantes se deu em três postos, Aspirante (considerado praça especial), Segundo e Primeiro-Tenente, que fazem parte do círculo de Oficiais Subalternos, e o posto de Capitão-Tenente, pertencente ao círculo de Oficiais Intermediários. A amostra inicialmente destinada aos primeiros postos foi estendida apenas até os Oficiais intermediários, pois no círculo de Oficiais superiores a tendência é ocupar funções mais administrativas que se vão distanciando das atividades mais características de cada Corpo. No posto de Aspirante, participaram apenas terceiranistas. Este é o ano escolar em que dão sequência ao curso de graduação com formação específica de acordo com o

Corpo e a Habilitação por eles escolhidos ou a eles destinados conforme classificação na turma e número de vagas.

3.3 - Instrumento de Coleta e Análise dos Dados

Para o levantamento de dados foi utilizado um questionário com perguntas abertas e fechadas associado a uma tarefa de evocação livre de palavras e questionamento de centralidade. O material coletado foi analisado com auxílio do programa de computador EVOC 2003® (*Ensemble de programmes permettant l'analyse des évocations*) que combina a frequência da evocação de cada palavra com sua ordem de evocação a fim de estabelecer o grau de proeminência dos elementos da representação em cada grupo (Vergés, 2005). Nesta organização são formados quatro quadrantes que vão indicar o provável grau de centralidade das palavras na estrutura da representação social. As questões abertas foram organizadas em categorias para análise de conteúdo, conforme Bardin (2011), e a questão fechada foi analisada pela frequência de respostas.

Na tarefa de evocação livre, solicitou-se que os participantes expressassem espontaneamente cinco palavras ou expressões que lhes viessem à lembrança imediatamente após ouvir o termo indutor “carreira militar”. Cada uma das respostas foi enumerada e, do material bruto nascido da associação livre, propôs-se uma organização cognitiva, em que os participantes puderam reavaliar a ordem de evocação, ordenando as palavras conforme a importância a elas atribuída. Assim, formou-se um “rang de aparição” e um “rang de importância” de acordo com a indicação de Abric (Naiff & Naiff, 2008).

Assim que as evocações foram enunciadas e organizadas por ordem de importância, pediu-se que os participantes avaliassem a incondicionalidade de cada resposta para uma melhor caracterização das representações em termos de centralidade. De acordo com a proposição de Wachelke (2013) para obter o Índice de Centralidade de Representações Sociais a partir de Evocações (INCEV), questionou-se aos participantes se seria possível pensar em “carreira militar” sem cada palavra ou expressão evocada com a seguinte instrução: “é possível pensar em Carreira Militar sem pensar em (palavra/expressão1)?”, de modo que se pudesse identificar, em caso de uma resposta negativa, o elemento como essencial na representação.

O questionário foi acrescido das seguintes questões abertas para auxílio na caracterização do objeto social estudado: “Qual era sua visão sobre a carreira militar antes de

ingressar na Marinha?"; "O que sabia ou imaginava sobre a carreira antes do seu ingresso?"; "O que pensa atualmente sobre a carreira militar?" e "Em sua opinião, qual o diferencial da carreira militar em relação às demais carreiras?". O questionário encerrou com uma questão objetiva: "O que o atraiu para a carreira militar?", com as seguintes opções de resposta: estabilidade financeira, admiração pela carreira, influência familiar, possibilidade de viagens e a "outros", pedindo especificação. Além das questões de pesquisa, foram incluídos itens de caracterização acerca da idade, posto/graduação, tempo na organização, origem e Corpo.

O material final da tarefa de evocação livre foi analisado pela técnica de construção do quadro de quatro casas distribuindo os resultados encontrados na evocação dos sujeitos ao termo indutor. A Figura 4 apresenta uma esquematização da distribuição dos resultados gerados pela técnica da evocação livre. O cruzamento da frequência média das evocações com a ordem média em que foram evocadas gera quatro quadrantes pelos quais os elementos evocados se distribuem. A técnica advoga que no quadrante superior esquerdo se alocaem os possíveis elementos centrais e que no quadrante inferior direito estariam os elementos claramente periféricos nessa representação, pouco e tardiamente evocados. A lógica subjacente à técnica empregada é que os elementos que ao mesmo tempo tenham sido mais frequentes e mais prontamente evocados teriam maior probabilidade de pertencerem ao núcleo central da representação social estudada (Vergès, 2005). No segundo quadrante, encontra-se a primeira periferia composta pelos elementos periféricos mais importantes da representação, que são possuidores de frequência elevada, mas que foram mais tardiamente evocados. O terceiro quadrante é composto pelos elementos de contraste, que foram considerados importantes pelos sujeitos apesar de sua baixa frequência total no *corpus* de análise. Abric (2003) considera que este quadrante pode tanto "revelar a existência de um subgrupo minoritário portador de uma representação diferente" (p. 64), como ser apenas composto de elementos complementares da primeira periferia.

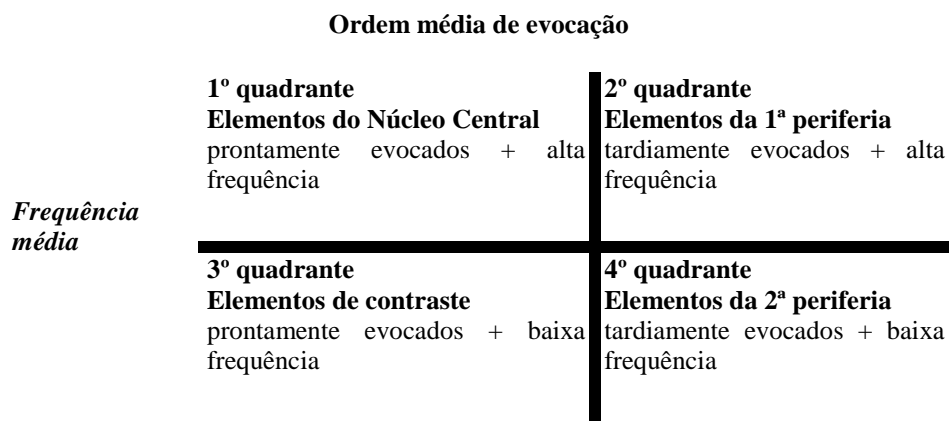


Figura 4 - Representação esquemática da distribuição das cognições das representações sociais no modelo de evocação livre.

Além desta análise prototípica, também foram analisados os índices de diversidade e de raridade do *corpus* de evocações de cada grupo, a fim de indicar o grau de compartilhamento social ou idiossincrasias a respeito do termo indutor, conforme Flament e Rouquette (2003), e o índice de comunidade proposto por Wolter e Wachelke (2013), que busca a interseção de tipos comuns evocados entre os dois grupos pesquisados.

Para a autorização da pesquisa, foi enviada uma carta ao Comandante da Escola Naval com posterior apresentação do parecer favorável do comitê de ética da UFRRJ. As tarefas de evocação e de resposta ao questionário foram realizadas em um horário ao final da rotina do dia para os Aspirantes, respondendo posteriormente uma parcela destes que estava em outra atividade no mesmo horário. Junto ao formulário, cada participante recebeu o Termo de Consentimento Livre, cumprindo o protocolo exigido para a pesquisa.

O acesso aos Oficiais se deu de forma diferente. Fez-se o envio de solicitação aos Oficiais por meio de endereço eletrônico (Lotus Notes), na rede Intranet, após consulta ao “SISBOL-WEB” – Sistema de Boletins Eletrônico –, que é administrado pela Diretoria de Pessoal Militar da Marinha (DPMM) e no qual se encontra, na seção “Boletim dos Oficiais dos Corpos e Quadros da Marinha” (BOCQM), divulgada a relação dos Oficiais em Serviço ativo da Marinha.

O questionário foi disponibilizado pela página eletrônica de Intranet da Escola Naval através do Centro de Informática (CINF).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1- Análise Prototípica

A figura 5 apresenta a provável estrutura da representação social da carreira militar para Aspirantes da Escola Naval que cursavam o 3º ano. No quadrante superior esquerdo, podemos observar os elementos que tiveram maior predominância na produção discursiva dos sujeitos. De acordo com a técnica da evocação livre, estes elementos fazem parte de um provável núcleo central da representação estudada. A combinação da frequência com a ordem das evocações alocou neste quadrante apenas uma cognição: estabilidade, que os Aspirantes vislumbram com a carreira.

		<3,0 ordem média de evocação		≥3,0	
Estabilidade	44	2,77	Disciplina	41	3,07
			Hierarquia	26	3,19
			Frequência ≥ 21		
Frequência < 21					
Dedicação	8	2,75	Abnegação	15	3,00
Honra	18	1,5	Orgulho	10	3,50
Patriotismo	20	2,05	Viagens	8	3,00

Figura 5 – Representação da carreira militar para Aspirantes (n=105)

No quadrante superior direito, são encontrados elementos periféricos mais importantes da representação estudada, por isso, esta área é chamada de 1ª periferia. Nesta área aparecem as bases da vida militar: disciplina e hierarquia. Pela frequência e ordem média de evocação, podemos considerar a disciplina como elemento do provável núcleo central.

O quadrante inferior esquerdo, também denominado de contraste, é composto de elementos que tiveram baixa frequência de evocação, mas que foram considerados importantes pelos sujeitos uma vez que foram prontamente evocados. Pode conter apenas elementos complementares da 1ª periferia. No caso da presente análise, no quadrante de contraste, os elementos evocados foram dedicação, vista como uma exigência da carreira militar, e também valores da instituição, como honra e patriotismo, que estão expressos na Rosa das Virtudes e, portanto, fazem parte da formação do caráter marinheiro.

No quadrante inferior direito, podem ser encontrados os elementos mais flutuantes e distantes do provável eixo central das representações sociais estudadas. No caso pesquisado, os elementos encontrados estão mais relacionados à atividade militar, ao que a carreira exige: abnegação e viagens; e também ao que a carreira pode trazer: orgulho. São informações que aparecem mais esparsas no discurso, pois, em muitos casos, não encontram respaldo em experiências do cotidiano de seu grupo social.

A figura 6 apresenta a provável estrutura das representações sociais acerca da carreira militar para os Oficiais da ativa. Os Oficiais compartilham do elemento central nas representações dos Aspirantes sobre a carreira: a estabilidade. Valores como disciplina e hierarquia, que aparecem na 2ª periferia para os Aspirantes, vão-se tornando mais centrais para os que já estão exercendo suas funções como Oficiais, assim como orgulho no exercício da profissão, que ainda é bem distante no discurso dos Aspirantes enquanto se preparam para a prática profissional militar. Baquim (2009) comenta que uma característica latente ao se tornarem oficiais é o orgulho como resultado de uma “educação que inspira a elevação moral” (p.75), a exaltação da liderança como futuros líderes da Força e a reafirmação de valores que os distinguem e os apresentam como os melhores perante a sociedade.

		<3,0 ordem média de evocação ≥3,0			
Disciplina	37	2,64	Abnegação	27	3,59
Estabilidade	36	2,96			
Hierarquia	27	2,51			
Orgulho	19	2,94			
Frequência < 19			Frequência ≥ 19		
Comprometimento	12	2,75	Dedicação	18	3,28
Honra	15	2,33	Profissionalismo	9	3,11
Patriotismo	16	2,37	Sacrifício	10	3,4
Respeito	10	2,8			
Vocação	9	2,33			

Figura 6 – Representação da carreira militar para Oficiais (n=105)

No quadrante superior direito, o elemento da 1ª periferia é abnegação. De acordo com Coelho (1976), a ética militar enfatiza a importância do grupo sobrepondo o coletivo sobre a individualidade. A abnegação consiste na renegação de si mesmo para colocar-se a serviço dos outros sacrificando os próprios interesses (MB, 2013). A aparição de apenas um elemento neste quadrante fortalece a ideia de que o provável núcleo central da representação seja realmente composto pelas cognições presentes no quadrante superior esquerdo.

No quadrante inferior direito, os Oficiais também compartilham com os Aspirantes os elementos: honra e patriotismo. Em comparação ao primeiro grupo, entram o comprometimento, o respeito e a vocação. Nas respostas ao questionário, observa-se o reconhecimento de um respeito por parte da sociedade e entre os militares. Em comparação ao primeiro grupo, entram o comprometimento, o respeito e a vocação. O cognema comprometimento apresenta um sentido próximo de dedicação e o cognema vocação encerra um sentido para justificar a permanência na carreira, se considerarmos os desafios e exigências da profissão. Este é um elemento que não aparece no discurso dos Aspirantes.

Dedicação, profissionalismo e sacrifício são os cognemas mais periféricos para os Oficiais. No juramento à bandeira nacional, todo militar se compromete a defender sua pátria com o sacrifício da própria vida. O espírito de sacrifício como virtude militar consiste em uma disposição de oferecer, de forma espontânea, comodidades, interesses, tudo para o cumprimento do dever como militar (MB, 2013). Nesta periferia apareceram, então, os elementos cuja função é orientar as práticas.

De um modo geral, verificou-se uma grande convergência de valores atrelados à carreira para todos os participantes da pesquisa. Os elementos periféricos que apareceram com mais frequência para aspirantes e oficiais foram: abnegação, dedicação, honra e patriotismo. A abnegação e a dedicação estão diretamente ligados à prática profissional. A honra e o patriotismo são elementos mais normativos do grupo.

De acordo com Janowitz (1967), “por princípio, toda profissão militar está obrigada à honra. Supõe-se que a honra assegure as características peculiares do oficial e sua lealdade para com a carreira” (p. 214). Assim, a honra, considerada a virtude por excelência, por conter as demais virtudes requisitadas na formação do caráter marinho e, por isso, ser apontada como norte na “Rosa das Virtudes”, é descrita como um sentimento que induz à prática do bem, da justiça e da moral. Na prática profissional, a honra consiste na dedicação ao serviço, no cumprimento do dever e na disciplina, tudo isso inspirado pelo patriotismo, ou seja, pela crença na defesa dos ideais de nacionalidade (MB, 2013).

Dentre os elementos mais centrais nas representações sociais dos aspirantes e oficiais sobre a carreira militar, o mais preponderante foi a estabilidade. Na sociedade contemporânea, marcada pela instabilidade no emprego, sobretudo, no setor privado, a estabilidade torna-se central. A carreira militar pode representar oportunidade de ascensão social com a estabilidade e a progressão na carreira, além de certo prestígio (Baquim, 2009) – um fator de atração para os jovens ingressantes e que tem assegurado a permanência de oficiais.

Ao observar a organização dos elementos que compõem as representações de aspirantes e oficiais, encontramos cognemas comuns no sistema central e no sistema periférico. Alguns destes elementos ocupam posições diferentes. A presença de um cognema diferente no sistema central demonstra que há representações sociais diferentes acerca da carreira militar para os dois grupos pesquisados. Os elementos comuns foram ilustrados na figura 7.

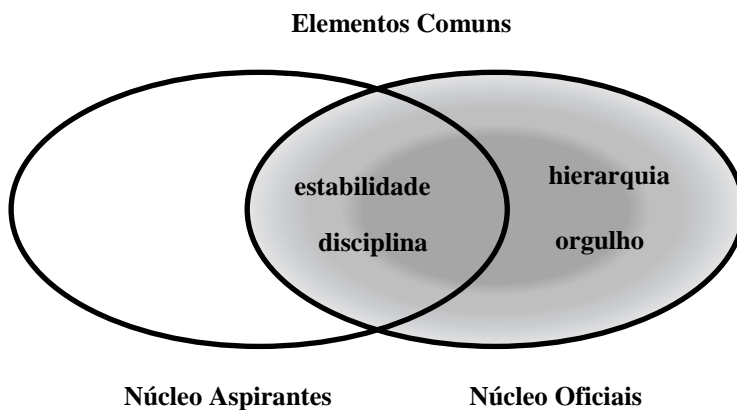


Figura 7 – Interseção dos elementos comuns nos núcleos das RS acerca da carreira militar para Oficiais Aspirantes

A presença da hierarquia e disciplina no sistema central das representações sociais indica ancoragens em representações hegemônicas que constituem a base da vida militar. O elemento hierarquia, que aparece no núcleo dos oficiais e nas representações sociais dos aspirantes aparece na 1ª periferia, leva-nos a supor uma mudança das representações sociais com a transição da vida de aluno, mais centrada na disciplina, para o posto de Oficial, no qual a hierarquia vai adquirir maior saliência pelo fato de assumirem funções de comando. O ex-aluno sai de uma relação entre pares e superiores para exercer sua autoridade (ou liderança) com subordinados.

Em uma instituição militar, a disciplina é um instrumento de sobreposição de uma vontade coletiva à vontade do indivíduo e, portanto, um elemento homogeneizador que promove a ligação entre os integrantes, enquanto a hierarquia seria o elemento que possibilita conhecer as diferenças, pois, ao mesmo tempo em que une, legitima a desigualdade entre iguais (Leiner, 1997).

Em pesquisa realizada com Aspirantes do 1º ao 4º ano por meio de evocação livre e análise prototípica (Rodrigues, 2010), o elemento disciplina aparece no provável núcleo central acerca da carreira militar desde o início do período de formação, isto é, nos grupos que

foram comparados em relação à origem (CN e PSAEN), mantendo-se ao longo do curso. Como elemento homogeneizador, também está relacionado à construção de uma identidade militar que ocorre de forma brusca e intensa, conforme Castro (1990), com uma rápida incorporação dos valores militares no processo de socialização, igualando de início as representações dos que ingressaram do meio civil (PSAEN).

A prática profissional modifica o pensamento social na direção de uma maior estruturação dos elementos ligados às representações hegemônicas da instituição militar, bem como na de elementos que expressam maior vivência das preocupações e necessidades atinentes à carreira, mas o elemento estabilidade encontra-se mais ativado entre os Aspirantes que ainda não possuem uma experiência de prática profissional. Baquim (2009) analisa que “a estabilidade financeira proporcionada pela carreira num país cujas contradições internas dificultam a participação de jovens no mercado de trabalho, (sic) é um fator de relevo na escolha da profissão” (p.190).

Não só os elementos presentes na análise prototípica, mas todo o *corpus* representacional pode fornecer informações acerca do objeto pesquisado que serão úteis para uma melhor compreensão da relação população-objeto. Os índices apresentados a seguir, além de fornecerem características globais das respostas, também permitem comparação entre os dois *corpora* (Wolter & Wachelke, 2013).

4.2 - Índices de Diversidade, Raridade e Comunidade

Os índices de diversidade e raridade estão baseados em três informações: a quantidade de evocações (N), de tipos (T) diferentes de evocações e de Hapax (H) – termo utilizado para elementos evocados apenas uma vez. Se todos os termos de um *corpus* de evocações forem Hapax, significa que nenhum se repete e, portanto, não há compartilhamento do objeto (Wolter & Wachelke, 2013).

Tabela 10

Quantidade de hapax e não hapax por grupo

	ASPIRANTES	OFICIAIS	TOTAL
Quantidade de Hapax	99	95	194
Quantidade de não Hapax	413	426	839
Total	512	521	1.033

O índice de diversidade corresponde à proporção de tipos (termos diferentes) sobre o número total de evocações do *corpus* (T/N). Se o número de tipos corresponde ao total de evocações, então, o nível de compartilhamento do objeto é nulo.

Tabela 11

Proporção de tipos comuns aos diferentes grupos

	ASPIRANTES	OFICIAIS
Tipos comuns aos <i>corpora</i>	77	77
Tipos não comuns	96	79

O indutor “carreira militar” ativa uma maior variedade de termos e maior quantidade de termos idiossincráticos para os Aspirantes do que para os Oficiais, indicando maior consenso nas evocações dos que estão há mais tempo na carreira.

Neste estudo, o índice de diversidade dos aspirantes foi de 0,33 e dos oficiais foi de 0,29, o que indica um número significativo de compartilhamento acerca da carreira militar.

O índice de raridade corresponde à proporção de Hapax sobre o número de termos diferentes evocados (H/T). O nível de raridade foi elevado: 0,57 para os Aspirantes e 0,60 para os Oficiais.

Tabela 12

Características dos *corpora* de evocações por grupo

	ASPIRANTES	OFICIAIS
Quantidade de evocações (N)	525	525
Quantidade de Tipos (T)	173	156
Quantidade de Hapax (H)	99	95
Frequência média de evocação dos tipos (N/T)	2,97	3,33
Índice de diversidade (T/N)	0,33	0,29
Índice de raridade (H/T)	0,57	0,60

Relacionando os índices de diversidade e de raridade, verifica-se que a minimização da diversidade e a maximização da raridade reforçam a existência de representações estruturadas (Flament e Rouquette, 2003).

O índice de comunidade permite obter informação sobre o grau de compartilhamento entre os *corpora* de evocações e é obtido pela proporção de tipos comuns de evocação (vide

tabela 11) sobre a soma de tipos não comuns dos dois grupos, em que temos $77/96+79 = 0,44$. Verifica-se, portanto, um grau de compartilhamento social significativo para a população estudada, sendo um pouco mais elevado para os Oficiais ao considerarmos os índices anteriores.

4.3 – Índice de Centralidade de Representações Sociais a partir de Evocações (INCEV)

Do *corpus* de 525 palavras ou expressões evocadas pelos Aspirantes, 417 foram consideradas indispensáveis em se tratando de carreira militar, sendo destas 134 palavras ou expressões diferentes. Do *corpus* de 525 evocações dos Oficiais, 439 foram consideradas indispensáveis em se tratando de carreira militar, sendo destas 124 palavras ou expressões diferentes. As evocações consideradas indispensáveis foram indicadas a partir do questionamento realizado em conjunto com a tarefa de evocação livre, na qual se perguntava aos participantes se era possível pensar em carreira militar sem cada uma das palavras ou expressões evocadas tendo “sim” ou “não” como opções de resposta, de modo que foram consideradas evocações de elevado valor simbólico as que os participantes assinalaram a resposta “não”.

Para calcular o INCEV, foi feito um somatório da frequência de evocações com elevado valor simbólico para cada *corpus* de evocações.

Tabela 13

Frequência de cognemas evocados por pelo menos 5% dos aspirantes

COGNEMAS ASPIRANTES	FREQÜÊNCIA (Ft)
Estabilidade	44
Disciplina	41
Hierarquia	26
Patriotismo	20
Honra	17
Abnegação	15
Orgulho	11
Viagens	11
Oportunidades	9
Dedicação	8
Comprometimento	7
Espírito de sacrifício	7
Fogo sagrado	7
Responsabilidade	7
Segurança	7
Navio	6
Pátria	6
Sacrifício	6
Serviço	6
Trabalho	6

Tabela 14

Frequência de cognemas evocados por pelo menos 5% dos oficiais

COGNEMAS OFICIAIS	FREQUÊNCIA (Ft)
Disciplina	37
Estabilidade	36
Abnegação	27
Hierarquia	27
Orgulho	20
Dedicação	18
Patriotismo	16
Honra	15
Comprometimento	12
Sacrifício	11
Respeito	10
Profissionalismo	9
Vocação	9
Abdicação	8
Satisfação	8
Trabalho	8
Companheirismo	7
Lealdade	7
Vibração	7
Compromisso	6
Pátria	6
Serviço	6
Viagem	6

Obtém-se o valor do INCEV tomando-se as ocorrências de cada elemento em que as condições de alto valor simbólico são respeitadas e dividindo-as pelo universo da pesquisa, no caso o total de participantes. Desse modo, o INCEV é calculado pela divisão das ocorrências de alto valor simbólico pessoal pelo total de participantes (Fr/N), cujo resultado varia de 0 a 1. Foi considerada a frequência $\geq 5\%$ dos participantes.

As duas condições para alto valor simbólico são: se na hierarquização das evocações os cognemas foram considerados muito importantes e se no questionamento de centralidade o cognema foi considerado indispensável ao se pensar no objeto pesquisado. Nas evocações levantadas, foram considerados muito importantes os cognemas ordenados em primeira e

segunda posição na hierarquização. Para o INCEV, foram calculados os cognemas com frequência maior ou equivalente a 10% da amostra.

Tabela 15

Centralidade dos elementos das representações sociais acerca da carreira militar para aspirantes da Marinha do Brasil segundo valores do INCEV

COGNEMAS ASPIRANTES	INCEV (% freq.; % P_{vs})	
Estabilidade	0,23	(42; 56)
Honra	0,15	(16; 94)
Disciplina	0,14	(39; 36)
Patriotismo	0,13	(19; 70)
Hierarquia	0,08	(24; 34)
Oportunidades	0,05	(08; 66)
Pátria	0,05	(05; 100)
Dedicação	0,03	(07; 50)
Responsabilidade	0,03	(06; 57)
Brasil	0,03	(04; 80)

Tabela 16

Centralidade dos elementos das representações sociais acerca da carreira militar para oficiais da Marinha do Brasil segundo valores do INCEV

COGNEMAS OFICIAIS	INCEV (% freq.; % P_{vs})	
Disciplina	0,20	(35; 56)
Estabilidade	0,13	(34; 38)
Hierarquia	0,11	(25; 44)
Orgulho	0,09	(19; 50)
Patriotismo	0,08	(15; 56)
Honra	0,07	(14; 53)
Vocação	0,06	(08; 77)
Dedicação	0,04	(17; 27)
Comprometimento	0,04	(11; 41)
Abnegação	0,03	(22; 16)

De acordo com Wachelke (2009), a proporção de centralidade de um elemento central deve ser pelo menos maior que a metade (P_{vs} de 0,51 como mínima). São considerados centrais elementos com INCEV $\geq 0,10$. Portanto, a estrutura das representações no que diz

respeito à centralidade sustenta-se nestes dois critérios: o INCEV 0,10 e P_{vs} 0,51° ou mais. Seguindo essas diretrizes, os elementos centrais para os Aspirantes seriam: estabilidade, honra e patriotismo e, para os Oficiais, apenas o elemento disciplina.

Wachelke (2009) estabeleceu um valor crítico de distinção entre elementos centrais e periféricos, mesmo incorrendo em uma simplificação, pois reconhece que as representações sociais não são completamente capturadas em um princípio como o INCEV. Assim, os elementos que tiveram valores próximos a 0,10 no INCEV são considerados elementos periféricos salientes ou sobreativados, como é o caso de orgulho e patriotismo para os Oficiais. Os demais, com valores bem abaixo do 0,10, são elementos periféricos comuns.

4.4 – Perguntas Complementares para Caracterização do Objeto

4.4.1 - Qual era a sua visão sobre a carreira militar antes de ingressar na Marinha?

Tabela 17

Visão dos aspirantes sobre a carreira militar antes do ingresso na Marinha

RESPOSTAS ASPIRANTES	FREQUÊNCIA
Visão positiva da carreira	24
Exigências da carreira/ valores	21
Estabilidade	15
Status/ reconhecimento social	14
Imagem desfeita	10
Formação	7
Patriotismo	7
Operatividade	6
Família	5
Remuneração	4
Visão mais idealizada	3
Visão crítica/ negativa	3
Viagens	3
Não lembra ou nenhuma	6
Outros	9

Tabela 18

Visão dos oficiais sobre a carreira militar antes do ingresso na Marinha

RESPOSTAS OFICIAIS	FREQUÊNCIA
Exigências da carreira/ valores	24
Visão positiva da carreira	16
Estabilidade	12
Status/ reconhecimento social	12
Operatividade	10
Patriotismo	9
Remuneração	7
Crescimento profissional	5
Estrutura/ organização	5
Família	5
Formação	4
Sonho/ idealização	4
Imagem desfeita	4
Valorização do pessoal	3
Viagens	2
Não lembra ou nenhuma	7
Outros	8

ASPIRANTES:

Antes de ingressar na Marinha, os Aspirantes apresentavam uma visão de admiração, considerando o serviço militar como uma carreira promissora, honrosa, boa ou bonita, sólida, bem estruturada e motivante [*“Não sabia nada, só tinha admiração pelo que imaginava”* (Asp 40 cn-ca); *“muito bem estruturada e promissora”* (Asp 64 cn-ca)]; ou como uma carreira rigorosa, pautada na disciplina e em outros valores morais como a honra [uma carreira *“que exige muita disciplina e coragem”* (Asp 36 psaen-ca)].

Pela importância de sua atividade fim, é considerado que a defesa da pátria, que está acima de objetivos pessoais, requer esforço e dedicação [*“uma carreira bastante necessária, mas que cobra muito dos seus participantes”* (Asp 88 cn-ca)].

A carreira militar também é vista como uma forma de alcançar estabilidade (financeira) e aumento de poder aquisitivo [*“teria prestígio, independência e estabilidade financeira”* (Asp 3 cn-im)] e como forma de obter respeito, já que os militares são

considerados como uma classe que goza de certo prestígio social, sendo bem vista pela sociedade. Já havia certa expectativa de vida operativa com muita atividade física e prontidão para o combate [*“muita ralação, desgaste físico”* (Asp 35 cn-ca); *“pensava somente na estabilidade e nas ações operativas”* (Asp 33 cn-im)]. É recorrente também uma visão de patriotismo que vislumbra a prestação de serviço ao povo brasileiro [*“Uma carreira que é em função da nação e do povo brasileiro”* (Asp 47 cn-ca)].

Além disso, imaginava-se uma carreira que fosse mais fácil, menos exigente, que não tivesse uma rotina tão intensa e que gozasse de mais autoridade como militar [*“Não achei que era tão difícil e tivesse tantos desafios”* (Asp 5 cn-ca); *“Que a Marinha tinha uma melhor visibilidade e maior prestígio pelo trabalho e formação que tem”* (Asp 15 cn-ca); *“pensava que tínhamos mais autoridade”* (Asp 62 psaen-ca)].

Outra questão que comparece no *corpus* analisado diz respeito à possibilidade de ter uma boa formação, com oportunidades de cursos de capacitação, além de receber para estudar [*“uma carreira que me daria uma boa formação”* (Asp 18 cn-im)]. O militarismo é visto como uma carreira que oferece diversas oportunidades, como viagens e possibilidade de realizar atividades diversas [*“Uma carreira cheia de oportunidades”* (Asp 36 psaen-ca); *“uma profissão que me dá prazer e possibilidade de realizar muitas atividades que em outro lugar não poderia fazer”* (Asp 96 cn-ca)]. Alguns mencionaram ter conhecimento sobre a carreira através de familiares: *“já tinha conhecimento devido à família militar”* (Asp 102 cn-ca).

OFICIAIS:

Para os oficiais, a visão sobre a carreira antes do ingresso era de uma carreira brilhante, nobre, bela/bonita para boa parte. A maioria já pensava sobre as exigências num ambiente de disciplina rigorosa, com fortes cobranças, mas de importantes valores, como honra, lealdade, dedicação e compromisso, e repleto de possibilidades e oportunidades. A expectativa era a de que se obtivesse uma carreira com estabilidade e boa remuneração.

Pensava-se também numa carreira mais valorizada socialmente e respeitada, já que é considerada uma *“instituição de elevado patriotismo”* (Of 48 cn-fn-2t), que proporcionasse uma vida mais operativa do que burocrática, com exercícios físicos, missões e vida no mar.

Além disso, havia também a ideia de que a carreira militar traria estabilidade financeira – *“era uma carreira estável, com bom salário”* (Of 53 cn-im-1t) – e a

possibilidade de crescimento e realização profissional, com uma boa formação – *“Uma carreira que me proporcionasse oportunidades de crescer pessoal e profissionalmente, sempre visando o crescimento da nação”*(Of 55 cn-ca-1t).

Pelo fato de a instituição ser vista como organizada, com uma *“estrutura organizacional ordenada”* (Of 65 psaen-ca-1t), esperava-se valorização do pessoal também. E, pela presença de membros militares na família, já se trazia algum conhecimento que influenciou a escolha da carreira.

Outra expectativa comum era a de que houvesse mais profissionalismo e comprometimento entre os militares. Para alguns, a carreira militar era um *“sonho a realizar, cercado de desafios em benefício da nação, com possibilidades de realizações nunca antes pensadas por mim”* (Of 92 cn-ca-1t).

4.4.2 - O que sabia ou imaginava sobre a carreira antes do seu ingresso?

Tabela 19

Conhecimento dos aspirantes sobre a carreira militar antes do ingresso na Marinha

RESPOSTAS ASPIRANTES	FREQUÊNCIA
Sabia pouco/nada/não lembra	19
Visão positiva da carreira	15
Características militares	9
Compensações	9
Estabilidade	9
Influência da/na família	9
Dificuldades	7
Operatividade	7
Exigências da carreira	6
Formação	6
Viagem de Ouro	6
Patriotismo	4
Mobilidade/ viagens	3
Plano de carreira	3
Status/ reconhecimento social	3
Visão mais idealizada	3
Outros	7

Tabela 20

Conhecimento dos oficiais sobre a carreira militar antes do ingresso na Marinha

RESPOSTAS OFICIAIS	FREQUÊNCIA
Sabia pouco/nada/não lembra	28
Operatividade X burocracia	17
Características militares	12
Exigências da carreira/ valores	9
Remuneração	9
Formação	8
Influência da família	7
Patriotismo	5
Status/ reconhecimento social	4
Ascensão	3
Sonho/ idealização	3
Outros	8

ASPIRANTES:

Pouco se sabia ou se imaginava sobre a carreira antes do seu ingresso. Do que se sabia ou se imaginava, a maior parte das respostas ilustra uma visão positiva de uma carreira boa, bonita, gratificante – *“Sabia que era uma grande carreira e imaginava ser muito valorizada”* (Asp 64 cn-ca). Havia uma noção de hierarquia e disciplina, como principais características militares, sobretudo de rigor – *“sabia que havia muito rigor, hierarquia e disciplina”* (Asp 6 cn-im). Por isso também, havia uma visão da necessidade de muita dedicação e esforço para as responsabilidades e exigências da carreira, já vislumbrando algumas dificuldades como passar pelo internato, dirigir-se a um superior – *“sabia que era uma profissão que exigia muita abdicação da nossa vida”* (Asp 100 psaen-ca). Dentre as exigências da carreira, está o distanciamento da família: *“que por vezes deveria ficar ausente de casa/família”* (Asp 79 cn-ca).

Por outro lado, o militarismo é visto como uma carreira que proporciona estabilidade e que, mesmo com as exigências e desafios, tem suas recompensas. Acreditava-se que as dificuldades do começo seriam recompensadas com oportunidades no futuro – *“passaria por grandes dificuldades no começo mas no futuro todo o meu esforço seria recompensado com grandes oportunidades”* (Asp 43 psaen-ca). Já antes do ingresso, havia a expectativa da Viagem de Ouro depois do curso de graduação, no qual o ritmo de estudo seria intenso –

“vislumbrava muitas possibilidades, em particular a viagem de ouro” (Asp 51 cn-ca). A possibilidade de viagens durante a carreira e a vida embarcado já estava no imaginário de alguns e também a expectativa de uma vida muito operativa – *“muitas viagens e operações navais”* (Asp 71 cn-ca).

Havia também uma visão da carreira como forma de servir ao país, dedicando-se a uma nobre causa – *“vida de integral dedicação a uma causa nobre, que é bem comum de todos os brasileiros”* (Asp 81 cn-ca).

Alguns Aspirantes demonstraram conhecimento de aspectos da carreira por possuírem familiares militares. Foi apontada, por exemplo, a mobilidade (realizar viagens e servir em lugares diferentes) e a promoção num plano de carreira já pré-definido – *“promoção com o tempo, possibilidade de servir em lugares diferentes”* (Asp 95 psaen-ca).

Também apareceu uma visão mais idealizada da carreira sem atribuições, cheia de regalias ou como nos filmes – *“não sabia quase nada, imaginava que era como nos filmes”* (Asp 74 psaen-ca).

OFICIAIS:

Quando perguntados sobre o que sabiam ou imaginavam sobre a carreira antes do ingresso, muitos Oficiais afirmaram que sabiam pouco ou nada ou que não lembravam. A expectativa inicial da maioria dos que se recordavam dessa ideia era de uma vida bem operativa, com muitas viagens, embarques – *“Ser totalmente operativo, repleta de desafios”* (Of 15 cn-ca-2t), *“Que toda a carreira era embarcado, fazendo comissões em prol da defesa do país”* (Of 36 cn-ca-2t). Pensava-se em uma carreira organizada e estruturada, com bastante rigor e aspectos da rotina, como usar farda, fazer ordem unida, mandar e receber ordens ou liderar pessoas. Também já eram consideradas algumas exigências da carreira como comprometimento, dedicação – *“Necessidade plena de determinação, caráter, higidez física e comprometimento”* (Of 81 cn-ca-ct).

Outro aspecto relevante para a carreira desde o início diz respeito à remuneração – *“Sabia quase nada e imaginava muitas coisas, dentre elas que ganhava-se bem”* (Of 67 psaen-ca-1t).

Algun conhecimento provinha de parentes militares – *“Sabia de muitas coisas, tais como: rotina, dedicação, hierarquia, disciplina, etc., pois tenho familiares militares que sempre comentavam sobre a carreira militar”* (Of 22 cn-ca-2t).

Sobre a formação, alguns imaginavam a necessidade de estudar muito – “*sabia que seria um grande desafio, que precisaria estudar muito para estar sempre preparado*” (Of 61 cn-ca-2t).

Alguns destacaram o sentido da missão – “*imaginava que defenderíamos a pátria*” (Of 24 cn-ca-2t) –, outros ansiavam por reconhecimento social: “*que teria um reconhecimento externo e interno*”(Of 85 cn-fn-2t). E havia aqueles também que vislumbravam a possibilidade de ascensão –: “*a possibilidade de galgar postos cada vez mais elevados*” (Of 91 cn-fn-ct).

4.4.3 - O que pensa atualmente sobre a carreira militar?

Tabela 21

Visão atual dos aspirantes sobre a carreira militar

RESPOSTAS ASPIRANTES	FREQUÊNCIA
Compensações/ prós e contras	41
Aspectos positivos	34
Desafios da/para carreira	15
Aspectos negativos	14
Outros	16

Tabela 22

Visão atual dos oficiais sobre a carreira militar

RESPOSTAS OFICIAIS	FREQUÊNCIA
Aspectos negativos	46
Aspectos positivos	32
Desafios da/para carreira	21
Compensações/ prós e contras	16
Outros	7

ASPIRANTES:

O pensamento atual sobre a carreira militar é colocado na balança com seus prós e contras – “*como muitas outras, oferece bônus e ônus*” (Asp 51 cn-ca). Há uma elevada frequência de aspectos positivos. São vislumbrados vários desafios e também apontados aspectos negativos.

Na visão atual sobre a carreira, os aspectos positivos apresentados são de uma boa opção de carreira, com muitas oportunidades, estabilidade e possibilidade de realização profissional. A carreira é *“mais que uma profissão, é um estilo de vida”* (Asp 37 cn-im), *“para o oficial é uma carreira dinâmica e com várias oportunidades”* (Asp 84 cn-ca).

As compensações positivas (prós) referem-se ao fato de, apesar de ser uma carreira difícil, cansativa, exigente, que requer sacrifício, dedicação de tempo e abdicação da vida pessoal, que demanda muito esforço e preparo, muito trabalho e muito estudo, e possui uma série de desafios e obstáculos, ser também gratificante, recompensadora – *“é uma carreira difícil, sacrificante, mas necessária e realizadora”* (Asp 11 cn-fn) –, que oferece boas oportunidades de crescimento (profissional e pessoal) a longo prazo e proporciona bons momentos – *“fortes laços de amizade”* (Asp 27 cn-ca) –, engrandecimento pessoal e grande satisfação.

As compensações negativas (contras) centralizam-se no fato de a carreira ser de grande responsabilidade e importância para a nação, com as atividades que realiza, buscando o bem da população e, no entanto, ser pouco valorizada pela população em geral e pelo governo – *“uma carreira difícil e pouco remunerada para toda disposição e dedicação dos militares”* (Asp 14 cn-ca) –, passando por uma série de dificuldades, sobretudo financeiras, com a *“ausência de grandes investimentos em Defesa”* (Asp 27 cn-ca) e também necessidades internas de mudança.

Essa desvalorização representa muitos obstáculos a serem superados por quem está na carreira militar, pois muitos militares têm passado por dificuldade financeira, o que os têm levado a colocar na balança se realmente vale a pena o sacrifício – *“me faz pensar se realmente vale a pena, colocando na balança sacrifício X salário”* (Asp 101 cn-ca). Entende-se que a carreira possui desafios por ser de grande responsabilidade e exigir muita dedicação, abnegação. Sua atuação é imprescindível para garantir a soberania da nação, por isso, seu propósito precisa ser cada vez mais divulgado para que tenha o reconhecimento da sociedade – *“sua missão e propósito deve ser cada vez mais divulgada”* (Asp 58 psaen-im).

Os aspectos negativos apontados são de limitação por falta de recursos, muita burocracia, pouco reconhecimento financeiro. Além disso, é colocado que muitos jovens ingressam em busca de estabilidade e segurança e poucos se *“identificam de coração”* (Asp 16 cn-fn) com a carreira.

OFICIAIS:

A visão atual dos oficiais sobre a carreira é enriquecida com exemplos da rotina. No pensamento atual sobre a carreira militar para os oficiais da ativa, os aspectos negativos se sobrepõem aos positivos. Trata-se da visão de uma realização sem reconhecimento, pois a carreira está desvalorizada: *“Não existe reconhecimento e muito menos valorização do pessoal tendo em vista às tabelas de serviço cada vez mais piores, as horas de trabalho excedentes sem qualquer reconhecimento por parte das autoridades e a quantidade de responsabilidade imputada nos militares com relação ao seus salários”* (Of 35 cn-ca-2t). A carreira *“exige muito tempo e dedicação, perdeu seu prestígio e importância junto a sociedade com o passar do tempo”* (Of 88 cn-im-1t). Há uma carga burocrática excessiva: *“Existem muitos desafios e aventuras na carreira militar, porém a carga de trabalho burocrático é muito maior do que eu pensava”* (Of 29 cn-ca-2t). *“Muita sobrecarga de trabalho sobre os oficiais, e muita carga burocrática”* (Of 92 cn-ca-1t).

A sobrecarga de trabalho também é atribuída à redução do pessoal: há *“grande evasão de oficiais e também de praças, agravando ainda mais a falta de pessoal e aumentando a sobrecarga naqueles que permanecem”* (Of 88 cn-im-1t).

Em seus aspectos positivos, a carreira é considerada boa, digna, segura, que traz satisfação, orgulho: *“Sinto-me profundamente orgulhoso de fazer parte deste grupo seleto. A carreira militar surpreendeu-me positivamente em muitos aspectos, entre eles o grande número de distintas atividades que tive a oportunidade de realizar, além da possibilidade de exercer a liderança”* (Of 33 cn-fn-2t).

É uma carreira com *“grande leque de possibilidades”* (Of 13 psae-ca-2t), *“campo amplo de conhecimento”*(Of 44 psae-im-2t), por ser *“uma carreira muito diversificada, abrangendo diversas áreas”*(Of 63 cn-im-1t) e com *“oportunidades de aperfeiçoamento”*(Of 38 cn-im-2t). Atualmente há uma *“visão mais ampla de que além de conseguir os objetivos pessoais, é uma carreira onde você sempre está aprendendo, a cada dia, a cada nova função, a cada novo posto”* (Of 81 cn-ca-ct).

Os oficiais também enumeram vários desafios. Já foram mencionadas as dificuldades financeiras e a falta de pessoal. As dificuldades financeiras afetam a vida operativa, acarretando, por exemplo, menos oportunidades de viagem: *“Sinto orgulho de ser militar, embora observe que os recursos financeiros necessários à operação das Forças Navais sejam*

insuficientes às demandas operativas, o que acarreta cada vez menos oportunidades de viagens e comissões, por exemplo” (Of 91 cn-im-ct).

É uma carreira que exige muito sacrifício, com desafios constantes: *“Uma carreira que necessita de muita abnegação, força de vontade e paciência” (Of 6 cn-ca-2t). “É necessário muito esforço para continuar na carreira militar” (Of 83 psaen-im-ct). Há valores que estão caindo em desuso: “(...) devido à época que vivemos, fica mais difícil cultivar esses valores basilares até entre nós mesmos (militares)” (Of 5 psaen-ca-2t). Em relação ao próprio pessoal: “vejo muito poucas pessoas preocupadas com a melhoria em suas gestões” (Of 97 cn-ca-ct). “Continuo com o pensamento da importância da nossa missão. Mas, vejo que falta comprometimento de grande parcela dos militares” (Of 34 psaen-im-2t). Em resumo, uma das compensações desfavoráveis: “Carreira repleta de possibilidades e oportunidades mas de muito sacrifício e dedicação e pouco prestigiada por boa parte da sociedade” (Of. 80 cn-ca-ct); “somos pouco valorizados tanto em aspectos profissionais, sociais e financeiros” (Of 60 cn-im-1t).*

A carreira também tem suas compensações (prós): *“É uma carreira árdua e com muito sacrifício porém muito gratificante e realizadora”(Of 50 cn-ca-1t). “Apesar das diversas dificuldades (afastamento da família, falta de recursos) vale a pena pela realização profissional” (Of 7 cn-ca-2t). “A profissão requer muito esforço e sacrifícios, tanto na parte profissional quanto na pessoal, entretanto proporciona muitos momentos felizes” (Of 84 cn-ca-ct).*

4.4.4 – Em sua opinião, qual o diferencial da carreira militar em relação às demais carreiras?

Tabela 23

Diferencial da carreira militar para aspirantes

RESPOSTAS ASPIRANTES	FREQUÊNCIA
Valores	36
Patriotismo	16
Dedicação integral/24h	12
Hierarquia e disciplina	12
Diversidade de funções	11
Estabilidade	11
Companheirismo/ amizade	8
Aposentadoria	7
Gosto pela carreira/ satisfação	6
Oportunidades	4
Plano de carreira	4
Sacrifício da própria vida	4
Valores não cultuados em outros setores/sociedade	4
Desvantagens/críticas	3
Mais que uma profissão	3
<i>Status</i> /reconhecimento	3
Outros	20

Tabela 24

Diferencial da carreira militar para oficiais

RESPOSTAS OFICIAIS	FREQUÊNCIA
Valores	32
Estabilidade	22
Diversidade de funções	12
Patriotismo	11
Hierarquia e disciplina	10
Desvantagens/críticas	10
Oportunidades/ viagens	9
Dedicação integral/24h	8
Companheirismo/ amizade	6
Aposentadoria	6
Status/reconhecimento	6
Peculiaridade militar	6
Plano de carreira	3
Tempo de serviço	2
Outros	18

ASPIRANTES:

O diferencial na carreira, para a maioria dos aspirantes, está em valores, como comprometimento, abnegação, honestidade, dedicação, respeito às tradições e, também entre os militares, responsabilidade e espírito de sacrifício. Alguns participantes enfatizam ainda que na carreira militar são cultuados valores que não são vistos ou priorizados nos demais setores da sociedade. Além disso, trata-se de uma carreira que se pauta na hierarquia e disciplina, com enfoque maior dos Aspirantes para a disciplina.

O militar possui a responsabilidade e o ideal de servir à pátria e defendê-la com o sacrifício da própria vida: *“a única profissão que juramos nossa própria vida”* (Asp 100 psen-ca). Por isso, a carreira militar é de dedicação integral, 24 horas por dia. Requer disponibilidade a qualquer hora e lugar, levando a abrir mão de objetivos pessoais. Por isso, é considerada mais que uma profissão, pois *“não se pode deixar de ser militar depois do expediente”* (Asp 72 psen-ca), *“um militar está sempre representando sua instituição, mesmo nas horas vagas”* (Asp 8 cn-ca).

Em função deste tempo dedicado à carreira são forjados fortes laços de amizade, companheirismo e espírito de corpo – *“Os laços de companheirismo desenvolvidos durante a formação são muito fortes”* (Asp 46 cn-fn). A *“aposentadoria”* ocorre mais cedo (30 anos de serviço) e com remuneração integral. Há um plano bem definido e claro quanto ao fluxo de carreira, com possibilidades de promoções e bonificações.

Outras características que mais se destacam em relação a outras carreiras são a estabilidade e a diversidade de funções. Há uma rotatividade de funções, pois o militar vai recebendo funções diversas ao longo da carreira, podendo *“vivenciar situações diferentes em diferentes lugares”* (Asp 104 cn-ca). A diversificação na rotina traz um dinamismo à carreira e a *“oportunidade de viver coisas novas”* (Asp 54 cn-ca). Há satisfação pessoal e gosto/admiração por esta carreira que oferece oportunidades diversas e possui algum *status/reconhecimento social*.

OFICIAIS:

Para os Oficiais, o diferencial da carreira militar em relação às demais carreiras começa pelos valores como a honestidade: *“nela é mais fácil ser honesto”* (Of 51 cn-ca-1t), *“compromisso com a causa”* (Of 60 cn-im-1t) ou comprometimento, a abnegação e o espírito de sacrifício, a dedicação e vontade de acertar. A estabilidade também foi mencionada pela maioria: *“A estabilidade quando comparado com o setor privado”* (Of 75 psaen-ca-ct). A experiência em diversas funções e constantes mudanças são bem características da carreira militar: *“estar frequentemente variando a função e/ou local de trabalho, não causando a monotonia encontrada em outras carreiras”* (Of 84 cn-ca-ct). O patriotismo e serviço à população é uma diferença marcante – *“Servir com pessoas que acreditam na importância do seu trabalho para o país”* (Of 7 cn-ca-2t) –, assim como a base na hierarquia e disciplina – *“o respeito pela hierarquia e disciplina”* (Of 9 cn-im-2t). Também são apontadas críticas e desvantagens como a falta de reconhecimento, pouca compensação para muito sacrifício e o baixo salário para o nível de conhecimento e trabalho exigido: *“Em comparação aos servidores públicos das diversas esferas do governo vejo que a carreira militar está em um padrão abaixo, já que exigem-se muito mais sacrifícios com muito menos compensações”* (Of 90 psaen-ca-ct).

É uma carreira que oferece muitas oportunidades, em especial, de viagens: *“o fato de ser uma atividade que proporciona oportunidades que nenhuma outra carreira proporciona.*

seja viagens, uso de equipamentos restritos e etc.” (Of 78 cn-ca-ct). A carreira militar exige dedicação integral: “Você está disponível 24 h por dia para a instituição” (Of 12 psaen-ca-2t). Em compensação, a aposentadoria também é integral (“Aposentadoria mais cedo e com salário integral” (Of 52 cn-im-1t). A carreira em si já é considerada peculiar para alguns: “Hoje em dia há carreiras que proporcionam uma vida muito mais tranquila e até saudável, pagando muito mais. Mas o que ainda me atrai na carreira militar é justamente por ser militar, por ser tratar de algo ligado à guerra e à defesa nacional” (Of 26 cn-fn-1t).

O companheirismo entre os militares: *“Acredito que o principal aspecto que diferencia o militar dos demais profissionais seja o companheirismo que é forjado ao longo das escolas de formação e permite aos militares, normalmente, trabalharem de forma muito mais coesa” (Of 33 cn-fn-2t). Para alguns é uma carreira respeitada e bem vista pela sociedade – “Uma carreira sólida bem vista pela sociedade” (Of 62 psaen-im-1t) – e com um plano de carreira bem definido – “clara definição dos critérios necessários às promoções na carreira” (Of 91, cn-im-ct).*

4.4.5 – O que o atraiu para a carreira militar?

Tabela 25

Fatores de atração para a carreira militar para aspirantes

OPÇÕES DE RESPOSTA	FREQUÊNCIA
Admiração pela carreira	73
Estabilidade financeira	67
Influência familiar	38
Possibilidade de viagens	35
Patriotismo	2
Outros	11

Tabela 23

Fatores de atração para a carreira militar para oficiais

OPÇÕES DE RESPOSTA	FREQUÊNCIA
Admiração pela carreira	66
Estabilidade financeira	65
Influência familiar	35
Possibilidade de viagens	29
Outros	8
Não respondeu	7

A admiração pela carreira que ainda está por se iniciar foi o fator preponderante para os Aspirantes na escolha da carreira, seguida da estabilidade financeira. Para os Oficiais ambos os fatores tiveram forte influência na opção pela carreira militar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo se propôs a investigar as representações sociais acerca da carreira militar no contexto da Marinha do Brasil entre Aspirantes e Oficiais, relacionando-as também ao constructo da identidade social. Para isto, procuramos descrever características da instituição militar e da estrutura organizacional da MB especificamente, bem como o processo de construção da identidade militar a partir da formação do Aspirante a Oficial, com ênfase no preparo para a carreira.

As técnicas de pesquisa empregadas e as análises que procuramos desenvolver ao longo da pesquisa também se propunham a atender objetivos específicos como comparar as representações sociais entre Aspirantes e Oficiais, identificando os elementos constituintes do núcleo central e os elementos periféricos, em consonância com o referencial teórico da abordagem estrutural das representações sociais.

De acordo com Moscovici (2012), para que surjam representações sociais é preciso que as pessoas sintam necessidade de inferir sobre um objeto social que é definido de forma ambígua e que diferentes aspectos desse objeto sejam salientes para grupos diferentes. Essas são as três condições mínimas. O objeto social é um assunto que atrai o interesse de grupos e que, portanto, as pessoas vão falar a respeito (Flament e Rouquette, 2003). Entre os militares, a carreira é um assunto que está constantemente presente no discurso de quem almeja segui-la e de quem a vivencia em sua rotina profissional.

A abordagem estrutural se concentra em representações sociais já estabilizadas, com seus núcleos definidos. Analisamos os elementos que constituem as representações sociais acerca da carreira militar bem como suas distintas funções em decorrência da posição que ocupam ao estruturá-las. O núcleo central é composto por elementos que dão sentido e coerência às representações sociais. Estes elementos possuem a propriedade de serem abstratos (descontextualizados), estáveis (caracterizam o objeto independente de mudanças relacionadas ao contexto, pois resistem à mudança) e inegociáveis (indissociavelmente ligados ao objeto e indispensáveis para defini-lo). Em torno deste núcleo estão os elementos que constituem a periferia das representações e que são condicionais (negociáveis), concretos (contextualizadas) e flexíveis, pois caracterizam o objeto de acordo com a situação (Lo Monaco et al., 2008). São os elementos periféricos que implementam o núcleo através das práticas e também o protegem das mudanças ambientais que possam contradizer a visão de

mundo que ele sustenta, mas que também podem levar à transformação das representações sociais.

A análise prototípica, a partir da técnica de evocação livre, revelou a existência de representações sociais acerca da carreira militar distintas para Aspirantes e Oficiais, já que os núcleos são diferentes. No provável núcleo central dos Aspirantes aparecem os elementos estabilidade e disciplina e o núcleo central dos Oficiais é composto por disciplina, estabilidade e hierarquia. Os resultados do Índice de Centralidade de Representações Sociais a partir de Evocações (INCEV) indica o estatuto dos elementos estabilidade, honra e patriotismo como centrais para os Aspirantes enquanto para os Oficiais a centralidade é indicada no elemento disciplina. São resultados que se diferenciam dos fornecidos pela análise prototípica em termos de centralidade, sobretudo no caso dos Aspirantes.

Na análise prototípica, os elementos honra e patriotismo aparecem na zona de contraste para os Aspirantes, ou seja, tiveram uma frequência de evocação baixa, mas foram prontamente evocados e, por isso, considerados importantes. É importante lembrar que a análise prototípica (Vergès, 1992) combina frequência e ordem de evocação, enquanto, no INCEV (Wachelke, 2009), o critério da ordem de evocação é substituído por critérios de frequência dos elementos em uma proporção denominada “valor simbólico pessoal”, ou seja, a evocação livre deve ser considerada como essencial para a caracterização do objeto social e ter elevada importância para o participante. As duas análises foram consensuais quando se destacam os elementos mais salientes e de maior importância: estabilidade para os Aspirantes e disciplina para os Oficiais.

Ao comparar as representações de Aspirantes e Oficiais observamos que alguns elementos comuns aos dois grupos ocupam posições diferentes na organização estrutural das representações apresentadas na análise prototípica. Para os Oficiais, com o passar do tempo e a experiência profissional, aumenta a importância de elementos normativos como a disciplina e a hierarquia. De acordo com Breakwell (1993), uma mesma representação social varia em sua importância atual para o grupo ao longo do tempo e através de situações. Enquanto os Oficiais estão olhando para o “agora”, ou seja, a situação profissional atual, os Aspirantes estão mirando o futuro, com maiores idealizações sobre a carreira. Podemos afirmar que se trata do mesmo grupo, mas ainda em posições distintas.

Todo o *corpus* representacional pode fornecer informações acerca do objeto pesquisado e não apenas de seus elementos. Para uma visão de todo o *corpus* representacional, foram calculados os índices de diversidade, raridade e comunidade. Estes índices indicaram

graus significativos de compartilhamento social a respeito da carreira militar para a população estudada.

Sabemos que o contexto propicia condições para ativação de determinados elementos e não outros; por isso, também é importante tecer algumas considerações sobre o atual contexto de formação de oficiais no Brasil. Atualmente, uma crise na identidade militar é colocada por Bachim (2009) em termos falta de clareza acerca do que seja mais adequado para os tempos atuais quando se pensa em que tipo de oficial se quer formar, e isto se reflete nos currículos dos cursos de graduação. Janowitz (1967) afirma que as academias militares fixam padrões de comportamento para a profissão militar, porém, a “verdadeira educação profissional” de um oficial começa após a graduação em sua experiência prática. De fato, verificamos que a prática profissional contribui para mudanças nas representações sociais acerca da carreira militar.

Castro (2013) fala de uma crise de identidade indicando o enfraquecimento da forte oposição que se estabelecia entre militares e civis. Janowitz (1967) enfatiza que o isolamento em relação à vida civil ajuda a manter características e valores próprios da profissão militar. As representações sociais também vão exprimir semelhanças intragrupo e a diferença intergrupo (Deschamps & Moliner, 2009). Os participantes da pesquisa destacaram como principais características da carreira militar, em relação às demais carreiras, determinados valores não priorizados em outros setores da sociedade como o comprometimento e a abnegação, a exigência de dedicação exclusiva e integral, o patriotismo e a estabilidade, dentre outros.

Observamos uma forte identidade social entre os militares quando valorizam aspectos positivos referentes à carreira como valores morais e também expressam uma tendência a dar explicações externas para os problemas vivenciados, que foram categorizados como aspectos negativos da carreira na análise dos questionários.

Embora certo isolamento em relação à vida civil esteja presente no processo de socialização ao meio militar, esta diferenciação diminui à medida que a prática profissional vai-se tornando mais administrativa do que operativa, conforme a descrição de alguns oficiais no que diz respeito a expectativas sobre a carreira. E a importância do administrador aumenta ao depender cada vez mais de uma tecnologia mais complexa, pois a guerra também se foi tornando mais tecnológica (Janowitz, 1967). Além disso, a maneira de fazer a guerra na atualidade está cada vez mais caracterizada por extrema flexibilidade, o que requer outro

perfil do combatente (END, 2008). Sendo o Brasil, um país pacífico, a operacionalidade também vai sendo substituída por funções mais burocráticas (Baquim, 2009).

Do ponto de vista social, o ingresso na carreira militar para oficiais tem sido de um grupo cada vez mais heterogêneo (Janowitz, 1967). Houve uma mudança no perfil dos ingressantes pela possibilidade de ascensão social oferecida pelas Forças Armadas aumentando o interesse da classe média baixa pela estabilidade empregatícia, o que sugere ao mesmo tempo um desinteresse da classe média alta e, historicamente dirigente, segundo Bachim (2009).

De acordo com a Estratégia Nacional de Defesa (2008), as escolas de formação de oficiais devem continuar atraindo candidatos de todas as classes sociais, pois “é importante para a defesa nacional que o oficialato seja representativo de todos os setores da sociedade brasileira” (p. 39). Este decreto coloca a valorização da carreira como exigência de segurança nacional, inclusive em termos de remuneração.

A mudança no perfil dos ingressantes explica, de certa forma, a centralidade da estabilidade como elemento estruturante das representações sociais acerca da carreira militar. O ingresso na vida militar visando ao oficialato vem do interesse pessoal e da admiração pela carreira, em alguns casos, motivada por influência familiar, dentre outros fatores mencionados pelos participantes desta pesquisa. Porém, a característica mais proeminente da carreira militar e atraente para os que nela ingressam e permanecem é a estabilidade, tanto funcional com sua progressão prevista no plano de carreira como financeira. Para Baquim (2009) a estabilidade financeira é um fator de relevo na escolha da profissão. Esta autora analisa a estabilidade como um processo de mão dupla, ou seja, não só como atrativo para o ingresso, mas também como auxílio para inculcar os preceitos militares que asseguram a permanência dos Oficiais na carreira.

Caracterizar uma estrutura de representações sociais é sempre descrever um estado representacional, pois as representações têm uma história e adaptam-se ao ambiente, mesmo que leve anos ou gerações para mudar (Wachelke, 2012). As representações sociais têm uma legitimação coletiva. Breakwell (1993) alerta para o fato de que uma nova ideia pode ser sufocada e nunca se tornar uma representação compartilhada se a dinâmica do grupo restringir sua exposição, aceitação e uso.

É preciso ter em conta que, mesmo utilizando técnicas variadas e complementares, podem-nos escapar aspectos importantes da dinâmica das representações sociais aqui descritas. Os elementos do núcleo das representações sociais são consensuais no grupo e

têm fortes raízes históricas e ideológicas (Wachelke, 2012). Nas representações sociais dos Oficiais sobre a carreira militar, observamos uma tendência à ancoragem em elementos normativos da instituição militar como a disciplina e a hierarquia. Os elementos periféricos protegem este núcleo do confronto direto com a realidade subjetiva, mas por serem mais maleáveis permitem adaptar as representações às evoluções do contexto.

Jovchelovitch (2003) esclarece que na estrutura interna das representações sociais há sentidos de resistência e de mudança. Por um lado, há o peso da história e da tradição, que são nucleares nas Forças Armadas como foi possível verificar pelos resultados, mas, por outro lado, as alterações também acontecem quando o antigo e o atual se confrontam através da fala, do discurso de seus membros. É através dos elementos periféricos que se torna possível promover as mudanças ou redefinições que autores como Nobre (2006) e Gomes (2006) apontaram levando em consideração as importantes transformações sociais e tecnológicas ocorridas no final do século XX e que têm se refletido nas práticas sociais.

6 REFERÊNCIAS

- Abric, J-C. (Org.). (1994). *Praticas sociales y representaciones*. México, Filosofia y Cultura Contemporanea.
- Abric, J-C. (1998). A abordagem estrutural das representações sociais. In A.S.P. Moreira & D.C. Oliveira (Orgs.), *Estudos interdisciplinares de representação social* (pp. 27-46). Goiânia: AB Editora.
- Abric, J-C. (2003). La recherche du noyau central et de la zone muette des représentations sociales. In J. C. Abric (Org.), *Méthodes d'étude des représentations sociales* (pp. 59-80) Saint-Agne: ÉRÈS.
- Albertini, L. P. (2009). O exército e os outros. In C. Castro & P. Leirner (Orgs.), *Antropologia dos militares: reflexões sobre pesquisa de campo* (pp. 75-90). Rio de Janeiro: FGV.
- Álvaro, J. L.; Garrido, A. (2007). *Psicologia social: perspectivas psicológicas e sociológicas*. São Paulo: McGraw-Hill.
- Arruda, A. (2002, nov). Teoria das representações sociais e teorias de gênero. *Cadernos de Pesquisa*, 117, 127-147.
- Atassio, A. P. (2009). A formação de praças no exército: experiência de campo na escola de sargento das armas (EsSA). In C. Castro & P. Leirner (Orgs.), *Antropologia dos militares: reflexões sobre pesquisa de campo* (pp. 171-186). Rio de Janeiro: FGV.
- Badaró, M. (2009). Dilemas da antropologia das instituições controvertidas: reflexões a partir de uma investigação etnográfica no exército argentino. In C. Castro & P. Leirner (Orgs.), *Antropologia dos militares: reflexões sobre pesquisa de campo* (pp. 187-197). Rio de Janeiro: FGV.
- Baquim, C. A. (2009). *O sonho feminino de Ícaro: a educação das pioneiras da aviação militar brasileira na academia da força aérea*. Tese de doutorado, Universidade de São Carlos, São Carlos, SP.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Bleger, J. (1975). *Temas de psicologia* (5a ed.). Buenos Aires: Nueva Vision.
- Breakwell, G. M. (1993). Social representation and social identity. *Papers on Social Representations*, Vol. 2 (3), 35-49.
- Cabecinhas, R.; Lima, M. E. O. & Chaves, A. M. (2006). Identidades nacionais e memória social: hegemonia e polêmica nas representações sociais da história. In J. Miranda & M. João (Eds.), *Identidades sociais em debate* (pp. 67-92). Oeiras: Celta.
- Campos, P. H. F. (2005). A abordagem estrutural e o estudo das relações entre práticas e representações sociais. In D. C. Oliveira & P. H. F. Campos (Orgs.), *Representação social:*

uma teoria sem fronteiras (pp. 21-36). Rio de Janeiro: Museu da República.

Castro, C. (1990). *O espírito militar: um estudo de antropologia social na academia militar das agulhas negras*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____. (2007, jul-dez) Goffman e os militares: sobre o conceito de instituição total. *Militares e política, 1*.

_____. (2013). O Ethos militar e as transformações da sociedade contemporânea: como avançar sem perder a identidade cultural? Conferência de Abertura do V Encontro Pedagógico do Ensino Superior Militar. Resende.

Castro, C., & Leirner, P. (Orgs.). (2009). *Antropologia dos militares: reflexões sobre pesquisa de campo*. Rio de Janeiro: FGV.

Cavilha, J. (2009). Das entrevistas aos rituais: dialogando com os militares. C. Castro & P. Leirner (Orgs.), *Antropologia dos militares: reflexões sobre pesquisa de campo* (pp. 129-150). Rio de Janeiro: FGV.

Chinelli, F. (2009). Pesquisa e aliança: o trabalho de campo com mulheres de militares. In C. Castro & P. Leirner (Orgs.), *Antropologia dos militares: reflexões sobre pesquisa de campo* (pp. 91-106). Rio de Janeiro: FGV.

Coelho, E. C. (1976). *Em busca de identidade: o exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

_____. (1985, 1º semestre). A instituição militar no Brasil: um ensaio bibliográfico. *BIB - Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, 19, 5-19.

Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008. Estratégia nacional de defesa. Brasília, DF.

Deschamps, J-C., & Moliner, P. (2009). *A identidade em psicologia social: dos processos identitários às representações sociais*. Petrópolis: Vozes.

Doise, W. (1986). *Level of explanation in social psychology*. Cambridge: Cambridge University Press.

_____. (1992). L'ancrage dans les études sur les représentations sociales. *Bulletin de psychologie*, vol. XLV, Paris, 405, 189-195.

Estado Maior das Forças Armadas (1995). *A profissão militar*.

Flament, C. (1994a). Estructura, dinámica y transformación de las representaciones sociales. In J-C. Abric, *Práticas sociais y representaciones* (pp.33-52). México, Filosofía y Cultura Contemporanea.

Flament (1994b) Aspects périphériques des représentations sociales. In C. Guimelli (Ed.), *Structures et transformations des représentations sociales* (pp. 85-118). Neuchâtel: Delachaux et Niestlé.

- Flament, C. e Rouquette, M.-L. (2003). *Anatomie des idées ordinaires*. Paris: Armand Colin.
- Foucault, M. (1979). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- Goffman, E. (1961). *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva S. A.
- Gomes, J. C. (2006). Educação militar : a formação do oficial na AMAN. In J. C. Gomes & S. L. Schaffel, *Coletânea de Artigos Científicos* (pp. 50-63). Rio de Janeiro: CEP.
- Janowitz, M. (1967). *O soldado profissional: um estudo social e político*. Rio de Janeiro: GRD.
- Jodelet, D. (2001). Representações sociais: um domínio em expansão. In Jodelet, D. (Org.), *As representações sociais* (pp.17-44). Rio de Janeiro, EdUERJ.
- _____. (2005). *Loucuras e representações sociais*. Petrópolis: Vozes.
- Jovchelovitch, S. (2003). *Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980*. Dispõe sobre o Estatuto dos Militares. Brasília, DF.
- Leirner, P. C. (1997). *Meia-volta, volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Lewin, K. (1965) *Teoria de campo em ciência social*. São Paulo: Pioneira.
- Lo Monaco, G., Lheureux, F. & Halimi-Falkowics, S. (2008). Le test d'indépendance au context (TIC) et structure des représentations sociales. *Swiss of Psychology*, 67(2), 119-123.
- Lyra, M. F. N. P. (Org.). (1999). *Tradições do mar: usos, costumes e linguagem*. Brasília: Serviço de Relações Públicas da Marinha. Ed. 7.
- Marinha do Brasil. (2001, 2013). *Nossa voga*.
- _____. (2007a). *Plano de carreira de oficiais da Marinha* (8ª revisão).
- _____. (2007b). *Voga para os oficiais da Escola Naval*.
- _____. (2008). *Regulamento da Escola Naval*.
- _____. (2010a). *Currículo curso de graduação de oficiais da Escola Naval*.
- _____. (2010b). *Normas do comando do corpo de aspirantes*.
- _____. (2010c). *Normas de graduação da Escola Naval*.
- _____. (2012). *Normas da superintendência de ensino* (5ª revisão).

_____. Diretoria de Pessoal Militar da Marinha (n.d.). *Poder Naval*. Recuperado em 07 fevereiro, 2013, do [http://www.dpmm.mb/site/frames/Int_arquivos/int.htm#Poder Naval](http://www.dpmm.mb/site/frames/Int_arquivos/int.htm#Poder%20Naval).

_____. Diretoria de Administração da Marinha (n.d.). *Anuário estatístico da Marinha*. Recuperado em 30 janeiro, 2014, do http://www.dadm.mb/Admstr/Aplica/Departamentais/Anemar/siteanemar2012_1.nsf.

Moliner, P. (1994) Les méthodes de repérage et d'identification du noyau des représentations sociales. In C. Guimelli (Ed.), *Structures et transformations des représentations sociales* (pp. 199-232). Lausanne: Delachaux et Niestlé.

Moliner, P. (1989). Validation expérimentale de l'hypothèse du noyau central des représentations sociales. *Bulletin de Psychologie*, 41, 759-762.

Moscovici, S. (1981). On social representations. In J. P. FORGAS (Ed.), *Social cognition: perspectives on everyday understanding* (pp. 181-209). London: Academic Press.

_____. (1984). The phenomenon of social representation. In R. Farr, & S. Moscovici (Eds.). *Social representations* (pp 3-69). Cambridge: Cambridge University Press.

_____. (1988). Notes towards a description of social representations. *European Journal of Social Psychology*, 18, 211-250.

_____. (2007). *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes.

_____.(2012). *A psicanálise, sua imagem e seu público*. Petrópolis: Vozes. (Obra original publicada em 1961).

Naiff, L. A. M. & Naiff, D. G. M. (2008). Educação de jovens e adultos em uma análise psicossocial: representações e práticas sociais. *Psicologia & Sociedade*, 20 (3), 402-407.

Nasciutti, J. (2001). A instituição como via de acesso à comunidade. In R. H. Campos (Org.), *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia*. Petrópolis: Vozes.

Nobre, E. B. (2005, out-dez) Treinamento em liderança na formação do oficial de Marinha – uma abordagem psicológica. *Revista Marítima Brasileira*, 125, (10/12).

_____. (2006) Liderança militar e motivação na contemporaneidade. *Revista de Villegagnon*, 1(1), 12-20.

Rodrigues, R.P. (2010). *As representações sociais da carreira militar para aspirantes a oficiais da Marinha do Brasil*. Monografia de especialização, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ.

Sá, C. P. (1998) *A construção do objeto de pesquisa em representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ.

Sá, C. P. (2002) *Núcleo central das representações sociais* (2ª ed.). Petrópolis: Vozes.

Sá, C. P. (2011). Sobre o pensamento social e sua gênese: algumas impressões. In A. M. O. Almeida; M. F. S. Santos & Z. A. Trindade (Orgs.). *Teoria das representações sociais: 50 anos* (pp. 283-304). Brasília: Technopolitik.

Silva, C. R. (2009). Explorando “o mundo do quartel”. In C. Castro & P. Leirner (Orgs.), *Antropologia dos militares: reflexões sobre pesquisa de campo* (pp. 107-128). Rio de Janeiro: FGV.

Souza, A. B. (2009). Pesquisando em arquivos militares. In Castro, C., & Leirner, P. (Orgs.), *Antropologia dos militares: reflexões sobre pesquisa de campo*. (pp. 199-219). Rio de Janeiro: FGV.

Takahashi, E. (2002). *Homens e mulheres em campo: um estudo sobre a formação da identidade militar*. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.

_____. (2009). Cadetes pioneiras na AFA: algumas considerações sobre a pesquisa, o campo e a pesquisadora. In C. Castro & P. Leirner (Orgs.), *Antropologia dos militares: reflexões sobre pesquisa de campo*. (pp. 53-74). Rio de Janeiro: FGV.

Tajfel, H. (1982a). *Grupos humanos e categorias sociais* (Vol. I). Lisboa: Livros Horizonte.

_____. (1982b). *Grupos humanos e categorias sociais* (Vol. II). Lisboa: Livros Horizonte.

Turner, J. & Reynolds, K. (2003). The social identity perspective in intergroup relations: theories, themes, and controversies. In R. Brown & S. Guertner (Orgs.), *Blackwell Handbook of Social Psychology: Intergroup Processes* (pp. 133-152). UK: Blackwell.

Vala, J. (1997). Representações sociais e percepções intergrupais. *Análise Social*, V. XXXII (140), 7-29.

Vala, J; Castro, P. (2013) Pensamento social e representações sociais. In J. Vala & B. Monteiro (Orgs.), *Psicologia Social* (pp.569-602). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Vergès, P. (1994). Approche du noyau central: propriétés quantitatives et structurales. In C. Guimelli (Ed.), *Structures et transformations des représentations sociales* (pp. 233-253). Lausanne: Delachaux et Niestlé.

_____. (2005). A evocação do dinheiro: um método para a definição do núcleo central de uma representação. In A. S. P. Moreira, B. V. Camargo, J. C. Jesuíno, & S. M. Nóbrega (Eds.), *Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais* (pp. 471-488). João Pessoa: Editora da Universidade Federal da Paraíba.

Wachelke, J. F. R. (2009). Índice de centralidade das representações sociais a partir de evocações (INCEV): exemplo de aplicação no estudo da representação social sobre o envelhecimento. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 22(1), 102-110.

_____. (2012). Social Representations: a review of theory and research from the structural approach. *Universitas Psychologica*, 11, 729-741.

_____. (2013). Beyond social representations: the conceptual bases of structural approach on social thinking. *Interamerican Journal of Psychology*, 41, 131-138.

_____. (no prelo). Qualitative questionnaire for the identification of cognems (Qualiquic): an exploratory technique to identify social representation contents and relations. *Psicologia Teoria e Prática*.

Wolter, R. P. e Wachelke, J. F. R. (2013). Índices complementares para o estudo de uma representação social a partir de evocações livres: raridade, diversidade e comunidade. *Revista Psicologia: Teoria e Prática*, 15(2), 119-129.

ANEXOS

A- Parecer do Comitê de Ética

B- Termo de Consentimento

C- Formulário Aspirantes

D- Formulário Oficiais

Anexo A – Parecer do Comitê de Ética



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COMISSÃO DE ÉTICA NA PESQUISA DA UFRRJ / COMEP

Protocolo Nº 395/2013

PARECER

O Projeto de Pesquisa intitulado “*Os sentinelas dos mares: representações sociais da carreira de militar para aspirantes e oficiais da Marinha do Brasil*” sob a responsabilidade do Prof. Denis Giovani Monteiro Naiff, do Departamento de Psicologia do Instituto de Educação, processo 23083.009411/2013-16, atende os princípios éticos e está de acordo com a Resolução 196/96 que regulamenta os procedimentos de pesquisa envolvendo seres humanos.

UFRRJ, 08/11/2013

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Jairo Pinheiro da Silva'.

Prof. Dr. Jairo Pinheiro da Silva
Pró-Reitor Adjunto de Pesquisa e Pós-graduação

Jairo Pinheiro da Silva
Pró-reitor Adjunto de
Pesquisa e Pós-Graduação
SIAPE nº 1109555

Anexo B – Termo de Consentimento

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE

Os Sentinelas dos Mares: a Carreira Militar e suas Representações Sociais para Aspirantes e Oficiais da Marinha do Brasil

Você está sendo convidado a participar da pesquisa acima citada. O documento abaixo contém todas as informações necessárias sobre a pesquisa que está sendo realizada. Sua colaboração neste estudo será de muita importância, mas se houver desistência em participar a qualquer momento, isso não lhe causará nenhum prejuízo.

Eu, _____
consinto em participar do estudo proposto.

Estou ciente que:

1. O estudo tem o objetivo de identificar as representações e identidades sociais existentes entre Aspirantes matriculados no Curso de Graduação de Oficiais da Escola Naval, a respeito da “carreira militar” e entre Oficiais do primeiro posto (2º Tenente) nas carreiras em seus respectivos Corpos (Armada, Fuzileiros Navais e Intendentes);
2. A participação nesta pesquisa não tem o objetivo de me submeter um tratamento, bem como não me acarretará qualquer ônus pecuniário com relação aos procedimentos efetuados com o estudo;
3. Tenho liberdade de desistir ou de interromper a colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação;
4. A desistência não causará nenhum prejuízo à minha saúde ou bem-estar físico;
5. Os resultados obtidos neste estudo serão mantidos em sigilo, mas concordo que sejam divulgados em publicações científicas, desde que meus dados pessoais não sejam mencionados;
6. Estou ciente que minha identidade e dados pessoais não serão divulgados, sendo mantidos em sigilo.
7. Caso eu deseje, posso pessoalmente tomar conhecimento dos resultados ao final desta pesquisa entrando em contato com os pesquisadores no endereço referido abaixo da assinatura do pesquisador responsável.
8. Assino o presente documento em duas vias de igual teor e forma, ficando uma em minha posse.

_____, _____ de _____ de _____.

Participante da pesquisa

Responsável pela pesquisa
Rosane Pinto Rodrigues (Psicóloga)
Telefone para contato: (21) 3974-1547
e-mail: rosane@en.mar.mil.br

Anexo C – Formulário Aspirantes

Prezado Participante,

o questionário a seguir é parte de uma pesquisa sobre a carreira militar que está sendo realizada pela pesquisadora Rosane Pinto Rodrigues, aluna do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGPSI) da UFRRJ e psicóloga lotada na Divisão de Avaliação/ SOEP da Escola Naval. Para preenchê-lo, não será necessário identificar-se. São solicitadas algumas informações na caixa inicial que serão consideradas na análise. Este instrumento é composto de 8 questões.

Para maiores esclarecimentos, está disponível o endereço eletrônico: rosane@en.mar.mil.br ou os telefones: 3974-1407/1547.

QUESTIONÁRIO “CARREIRA MILITAR”

Idade:
Posto:
Tempo na Marinha: _____ anos e _____ meses
Procedência: () CN () PSAEN
Corpo: () Armada () Fuzileiros Navais () Intendentes

- 1) Escreva as 5 primeiras palavras ou expressões que lhes venham à mente quando se fala em “CARREIRA MILITAR”

1- _____

2- _____

3- _____

4- _____

5- _____

- 2) Agora, organize as palavras ou expressões mencionadas de acordo com sua ordem de importância, sendo 1 para a mais importante e 5 para a menos importante na sua opinião:

1 2 3 4 5

- 3) Agora, olhando novamente para as palavras ou expressões evocadas acima, favor responder:

- a) É possível pensar em Carreira Militar sem pensar em(Palavra/expressão 1) () Sim () Não
- b) É possível pensar em Carreira Militar sem pensar em(Palavra/expressão 2) () Sim () Não
- c) É possível pensar em Carreira Militar sem pensar em(Palavra/expressão 3) () Sim () Não
- d) É possível pensar em Carreira Militar sem pensar em(Palavra/expressão 4) () Sim () Não
- e) É possível pensar em Carreira Militar sem pensar em(Palavra/expressão 5) () Sim () Não

4) Qual era a sua visão sobre a carreira militar antes de ingressar na Marinha?

5) O que sabia ou imaginava sobre a carreira antes do seu ingresso?

6) O que pensa atualmente sobre a carreira militar?

7) Em sua opinião, qual o diferencial da carreira militar em relação às demais carreiras?

8) O que o atraiu para a carreira militar?

- () estabilidade financeira
- () admiração pela carreira
- () influencia familiar
- () possibilidade de viagens
- () outro. Especifique: _____

Grata pela participação!

ANEXO D – Formulário Oficiais

QUESTIONÁRIO CARREIRA MILITAR GM-2010 e GM-2011

Prezado participante,

o questionário a seguir é parte de uma pesquisa sobre a carreira militar que está sendo realizada pela pesquisadora Rosane Pinto Rodrigues, aluna do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGPSI) da UFRRJ e psicóloga lotada na Divisão de Avaliação/ SOEP da Escola Naval. Para preenchê-lo, não será necessário identificar-se. São solicitadas algumas informações na caixa inicial que serão consideradas na análise. Este instrumento é composto de 8 questões.

Para maiores esclarecimentos, está disponível o endereço eletrônico: rosane@en.mar.mil.br ou os telefones : 3974-1407/1547

Se quiser colaborar clique para prosseguir. Se não, é só fechar a janela.
Grata pela colaboração.

Há 18 perguntas neste questionário

Identificação

1 [101]Idade: *

Por favor, coloque sua resposta aqui:

2 [102]Posto: *

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- Aspirante
- Guarda-Marinha
- Segundo Tenente
- Primeiro Tenente
- Capitão-Tenente

3 [103]Tempo na Marinha: Anos e meses *

Por favor, coloque sua resposta aqui:

4 [104]Procedência: *

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- CN
- PSAEN

5 [105]Corpo *

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- Armada
- Fuzileiros Navais
- Intendente

Evocação

6 [201]Escreva as 5 primeiras palavras ou expressões que lhes venham à mente quando se fala em "carreira militar" *

Por favor, coloque sua(s) resposta(s) aqui:

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5

7 [202]Agora, organize as palavras ou expressões mencionadas de acordo com sua ordem de importância, sendo 1 para a mais importante e 5 para a menos importante na sua opinião: *

Por favor, coloque sua(s) resposta(s) aqui:

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5

8 [203]Agora, olhando para as palavras ou expressões evocadas acima, favor responder: É possível pensar em Carreira Militar sem pensar em (Palavra/expressão 1)*

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- Sim
- Não

9 [204]É possível pensar em Carreira Militar sem pensar em (Palavra/expressão 2) *

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- Sim
- Não

10 [205]É possível pensar em Carreira Militar sem pensar em (Palavra/expressão 3) *

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- Sim
- Não

11 [206]É possível pensar em Carreira Militar sem pensar em (Palavra/expressão 4) *
Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- Sim
- Não

12 [207]É possível pensar em Carreira Militar sem pensar em (Palavra/expressão 5) *
Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- Sim
- Não

Segundo Bloco

13 [301]Qual era a sua visão sobre a carreira militar antes de ingressar na Marinha? *
Por favor, coloque sua resposta aqui:

14 [302]O que sabia ou imaginava sobre a carreira antes do seu ingresso? *
Por favor, coloque sua resposta aqui:

15 [303]O que pensa atualmente sobre a carreira militar? *
Por favor, coloque sua resposta aqui:

16 [304]Em sua opinião, qual o diferencial da carreira militar em relação às demais carreiras?
Por favor, coloque sua resposta aqui:

17 [305]O que atraiu para a carreira militar? *
Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- Estabilidade financeira
- Admiração pela carreira
- Influência familiar
- Possibilidade de viagens
- Outros

18 [306]Especifique *

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:

° A resposta foi na questão '17 [305]' (O que atraiu para a carreira militar?)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Enviar questionário

Obrigado por ter preenchido o questionário.

<http://www.en.mb/limesurvey/admin/admin.php?action=showprintablesurvey&sid=7645>